



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

SANDRA REGINA EVANGELISTA ARAUJO

**O LUGAR DA CULTURA QUILOMBOLA NA ORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO
INTEGRADO DA EPT: um estudo no Campus Palmas do Instituto Federal do
Tocantins**

**Palmas - TO
2024**

SANDRA REGINA EVANGELISTA ARAÚJO

**O LUGAR DA CULTURA QUILOMBOLA NA ORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO
INTEGRADO DA EPT: um estudo no Campus Palmas do Instituto Federal do
Tocantins**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Campus Palmas, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof. Dr^a. Khellen Cristina Pires Correia Soares

Palmas - TO
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

A6581 Araújo, Sandra Regina Evangelista
 O lugar da cultura quilombola na organização do currículo integrado da
 EPT : um estudo no Campus Palmas do Instituto Federal do Tocantins /
 Sandra Regina Evangelista Araújo. – PALMAS, TO, 2024.
 187 p. : il. color.

 Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e
 Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
 Tocantins, Campus Palmas, PALMAS, TO, 2024.

 Orientadora: Dra. Khellen Cristina Pires Correia Soares

 1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Currículo e cultura
 quilombola. 3. Educação Intercultural. I. Soares, Khellen Cristina Pires
 Correia. II. Título.

CDD 370

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins de estudo e
pesquisa, desde que citada a fonte.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos pelo(a)
autor(a).**



INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS
Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**



SANDRA REGINA EVANGELISTA ARAÚJO

**O LUGAR DA CULTURA QUILOMBOLA NA ORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO
INTEGRADO DA EPT: um estudo no Campus Palmas do Instituto Federal do
Tocantins**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em ____ de ____ de ____.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^ª: Dr. Khellen Cristina Pires Correia Soares - IFTO - Orientadora

Prof^º. Dr. Marcelo Rythowem - IFTO - Membro interno

Prof.^a Dr Dilsilene Maria Ayres de Santana - UFT - Membro externo



INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS
Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**



SANDRA REGINA EVANGELISTA ARAÚJO

**PROTÓTIPO DIDÁTICO PARA CURADORIA E CATALOGAÇÃO DE OBJETOS
CULTURAIS DA VISUALIDADE**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em ____ de ____ de ____.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a: Dr. Khellen Cristina Pires Correia Soares - IFTO - Orientadora

Prof^o. Dr. Marcelo Rythowem - IFTO - Membro interno

Prof.^a Dr Dilsilene Maria Ayres de Santana - UFT - Membro externo

Dedico este trabalho, primeiramente, a Deus, pela sua luz, bênção e presença em minha vida e por me conceber a realização dos meus sonhos. Dedico à minha mãe, Olizia Evangelista Araújo (in memoriam), pois, abaixo de Deus, nada é mais forte que o amor que sinto e sempre sentirei por você. Além da vida, você me ensinou os verdadeiros valores e tudo que preciso para ser feliz. Dedico, também, à minha irmã, Ione Evangelista Araújo (in memoriam). Ela que me apoiou e encorajou nas minhas escolhas, principalmente em relação ao universo quilombola, às minhas primeiras viagens, enquanto pesquisadora, para os quilombos, devo a ela. Foi uma grande defensora da causa quilombola no Tocantins. Essa minha conquista, tem fragmentos do seu legado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela vida, pelas bênçãos e proteção, e pela oportunidade de trilhar essa trajetória para chegar até aqui. Obrigada, Senhor. Gratidão!

Agradeço a todos os professores e professoras do PROFEPT- IFTO/Campus Palmas/ Turma 2022, que não mediram esforços para o sucesso da turma, em especial a professora Dr^a. Khellen Cristina Pires Correia Soares, minha orientadora, por toda paciência, dedicação e atenção, pois sempre que solicitei estava pronta para atender. Sua presença estará carinhosamente na minha memória.

Agradeço, carinhosamente, aos colegas do grupo de estudo Educação Intercultural, coordenado pela professora Dr^a. Khellen Cristina Pires Correia Soares. Participar das atividades deste grupo, com os debates e aprofundamento no tema, me fizeram sentir mais segura e confiante para prosseguir nesta jornada. Obrigada a todos vocês.

Agradeço também aos colegas da turma 2022, pelo convívio, amizade, apoio, e incentivo que foram de suma importância nessa jornada.

Agradeço a todos os meus familiares, irmã, irmãos, e meu pai. Obrigada por todo apoio, carinho e ensinamentos, sempre serei grata a vocês.

Agradeço imensamente a Rosolindo Filho Luís Baião, meu esposo, pois seu apoio, amor, carinho, torcida, paciência e companheirismo também foram fundamentais nesta jornada.

E, por fim, a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta jornada, os meus sinceros agradecimentos.

[...] a cultura de um povo é o seu maior patrimônio. Preservá-la é resguardar a vida, resgatar a história, perpetuar valores, valorizar costumes para ostentar tradições... É permitir que as novas gerações não rompam o elo com as suas raízes.

Nildo Lage, 2010

RESUMO

Esta pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica-PROFEPT, na linha de pesquisa Organização e Memória dos Espaços Pedagógicos na EPT, no macroprojeto 5, Organização do Currículo Integrado, que abrange projetos na perspectiva da organização do currículo Integrado na EPT. O objetivo foi investigar o lugar da cultura das comunidades quilombolas do Estado do Tocantins, na organização do currículo do Ensino Médio integrado da Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Tocantins/Campus de Palmas. Foram pesquisados o currículo dos 8 (oito) cursos do Ensino Médio integrado da Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Tocantins/Campus de Palmas, em vigência no ano de 2023. Escolhemos as disciplinas de História, Literatura e Artes das 2º séries de cada um dos cursos selecionados. Essa escolha foi feita em razão da Lei 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade do estudo da história e da cultura afro-brasileira nos currículos da educação pública e privada do nosso país, por meio das disciplinas de História, Literatura e Artes. Optou-se pela pesquisa qualitativa, com técnicas de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Na análise dos resultados, foi escolhido o método de Análise de Conteúdo proposto por Bardin (2016). Foi possível verificar que elaborar leis, decretos, normativas e diretrizes para a inclusão da temática cultura e história afro-brasileira nas escolas, por meio dos currículos, não é o suficiente. Verificou-se que, nas grades curriculares dos 8 (oito) cursos analisados, nenhuma das disciplinas aborda a temática cultura das comunidades quilombolas do estado do Tocantins. Com relação às disciplinas de História, Literatura e Artes, verificou-se também que seus conteúdos não fazem nenhuma referência ao retrospecto histórico, social, político, geográfico, e cultural desses povos, tanto a nível Brasil, quanto Tocantins. Assim, defende-se a necessidade urgente de que o Instituto Federal do Tocantins/Campus de Palmas reformule os currículos em questão, para incluir em suas práticas pedagógicas uma articulação e interação com outros saberes, histórias e culturas, principalmente, dos povos quilombolas do estado, para que a formação proposta no EMI seja de fato omnilateral, integrada e humana. Diante dos resultados encontrados, a presente pesquisa propôs um produto educacional no formato de uma cartilha de orientação.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica. Currículo e cultura quilombola. Educação Intercultural.

ABSTRACT

This research was developed in the Postgraduate Program in Professional and Technological Education-PROFEPT, in the Organization and Memory of Pedagogical Spaces research line at EPT, in macroproject 5, Organization of the Integrated Curriculum, which covers projects from the perspective of organizing the integrated curriculum at EPT. The objective was to investigate the place of the culture of the state's quilombola communities in the organization of the integrated High School curriculum of Professional and Technological Education at the Federal Institute of Tocantins/Campus de Palmas. The curriculum of the 8 (eight) integrated High School courses of Professional and Technological Education at the Federal Institute of Tocantins/Campus de Palmas, in force in the year 2023, was researched. We chose the subjects of History, Literature and Arts from the 2nd grades of each one of the selected courses. This choice was made due to Law 10,639/03, which establishes the mandatory study of Afro-Brazilian history and culture in the curricula of public and private education in our country, through the subjects of History, Literature and Arts. We opted for qualitative research, using bibliographic research and documentary research techniques. In analyzing the results, the Content Analysis method proposed by Bardin (2016) was chosen. It was possible to verify that developing laws, decrees, regulations and guidelines for the inclusion of Afro-Brazilian culture and history themes in schools, through curricula, is not enough. It was found that, in the curricula of the 8 (eight) courses analyzed, none of the subjects addresses the theme of culture of quilombola communities in the state of Tocantins. Regarding the subjects of History, Literature and Arts, it was also found that their contents do not make any reference to the historical, social, political, geographic, and cultural background of these people, both at Brazil and Tocantins level. Therefore, we defend the urgent need for the Federal Institute of Tocantins/Campus de Palmas to reformulate the curricula in question, to include in its pedagogical practices an articulation and interaction with other knowledge, histories and cultures, mainly those of the quilombola peoples of the state, so that the training proposed in the EMI is truly omnilateral, integrated and human. Given the results found, this research proposed an educational product in the format of an orientation booklet.

Keywords: Quilombos of Tocantins. Culture. Intercultural Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa do Brasil com distribuição dos Institutos Federais de Educação e Tecnologia no território brasileiro.....	25
Figura 2 - Mapa do estado do Tocantins com distribuição dos Institutos Federais nos municípios.....	28
Figura 3 - Prédio da Reitoria do IFTO.....	29
Figura 4 - Mapa do estado do Tocantins com a localização de Palmas.....	31
Figura 5 - Entrada do IFTO – Campus Palmas.....	32
Figura 6 - Biblioteca João Paulo II do Campus Palmas.....	33

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Com os 08 cursos, as disciplinas de Literatura, Artes e História, e as respectivas ementas.....	42
Quadro 2 -	Busca de ocorrências do tema no componente das disciplinas.....	47
Quadro 3 -	Busca de ocorrência na ementa da disciplina de Literatura.....	47 e 98
Quadro 4 -	Busca de ocorrência na ementa da disciplina de Artes.....	48 e 99
Quadro 5 -	Busca de ocorrência na ementa da disciplina de História.....	48 e 99
Quadro 6 -	Desembarque estimado de escravos africanos no Brasil, por procedência regional-períodos de 1701-1710 a 1801-1810.....	50
Quadro 7 -	Principais modalidades de danças dos quilombos e origem.....	58
Quadro 8 -	Principais artesanatos e matéria prima.....	61
Quadro 9 -	Comunidades quilombolas reconhecidas e certificadas no Estado do Tocantins.....	64

LISTA DE ABREVIATURA

FCP	Fundação Cultural Palmares
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
IFTO	Instituto Federal do Tocantins
UFT	Universidade Federal do Tocantins
PROFEPT	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
PE	Produto Educacional
EMI	Ensino Médio Integrado
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SEPLAN	Secretaria Estadual de Planejamento e Orçamento
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
MEC	Ministério da Educação e Cultura

SUMÁRIO

1	PARA INÍCIO DE CONVERSA.....	14
1.1	Conexões e trajetórias com a pesquisa.....	17
2	DE ONDE ESTAMOS FALANDO.....	23
2.1	O Instituto Federal do Tocantins IFTO.....	27
2.2	O lócus da pesquisa: o Campus Palmas.....	30
3	O TRILHAR DA PESQUISA- ASPECTOS INERENTES À METODOLOGIA UTILIZADA.....	35
3.1	Os documentos pesquisados.....	37
3.2	A análise e etapas	46
4	QUILOMBOS, DO PASSADO AO PRESENTE.....	49
4.1	A formação dos quilombos.....	51
4.2	A cultura quilombola.....	54
4.3	As comunidades quilombolas do Tocantins.....	62
4.3.1	Comunidade Quilombola Cocalinho.....	66
4.3.2	Comunidade Quilombola Morro de São João.....	69
4.3.3	Comunidade Quilombola Lagoa da Pedra.....	71
4.3.4	Comunidade Quilombola Mumbuca.....	72
4.3.5	Comunidade Quilombola Barra da Aroeira.....	74
4.3.6	Comunidade Quilombola Ilha de São Vicente.....	76
4.3.7	Comunidade Quilombola Dona Juscelina.....	78
5	PARA QUEM QUER SABER, O QUE É CURRÍCULO?.....	82

5.1	O currículo Integrado e a Educação Profissional e Tecnológica-EPT.....	86
5.2	O currículo na perspectiva decolonial.....	89
5.3	O currículo intercultural	93
6	O QUE DIZEM OS RESULTADOS.....	98
6.1	Discussões.....	100
7	PRODUTO EDUCACIONAL.....	105
8	CONSIDERAÇÕES.....	106
	REFERÊNCIAS.....	108
	APÊNDICE.....	120

1 PARA INÍCIO DE CONVERSA

O Tocantins é caracterizado por ser um Estado que apresenta uma diversidade sociocultural marcante, fato que está relacionado à dinâmica da ocupação deste território, primeiramente pelos povos indígenas, que já estavam nele, e os povos africanos, que, no período da escravidão, foram arrancados de seus territórios e trazidos para esta região para realizar trabalhos forçados nas recém descobertas minas de ouro. Essa realidade contribuiu para a formação de uma sociedade tocaninense diversificada, promovendo, na atualidade, aspectos singulares e específicos da cultura dessa região.

Dentre os povos que constituem essa diversidade cultural tocaninense, estão as comunidades quilombolas. Segundo dados da Fundação Cultural Palmares, no Estado, existem 46 comunidades quilombolas reconhecidas e certificadas. A historiografia por séculos manteve no esquecimento e na invisibilidade a história e a cultura desses povos, tanto a nível Brasil, quanto Tocantins.

A partir do ano de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, esses povos passaram a ter sua história e seus direitos reconhecidos, por meio do artigo 68 que determina: ” Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos” (Brasil, 1988). Este feito constitucional, além de ser um marco em termos de conquistas e direitos, representou um avanço na luta do povo quilombola brasileiro por melhores condições de vida.

Para além do reconhecimento e garantia da propriedade definitiva de seus territórios, a Constituição Federal de 1988 garante também o reconhecimento e a proteção de suas manifestações culturais, por meio do artigo 215: § 1º - “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (Brasil, 1988). Este artigo específico, não apenas reconhece as manifestações culturais desses povos, mas traz, em seu bojo, o intuito de que sejam preservadas a cultura, história e o modo de vida desses povos.

É importante destacar que, nas comunidades quilombolas, foram inseridos por estes povos, costumes, culturas, religiões e um modo de vida próprio, todos com simbologia africana, herdados de seus ancestrais e repassados de geração em geração.

O quilombo como constituinte, revela-se carregado de tradições e modos de vida particulares, com seus significados e dinâmicas próprias, por possuir aspectos históricos, culturais e ambientais de singularidade e de identidade dos moradores,

compreendidos como espaço vivido e produto das relações sociais. (Leite, 2021, p. 92).

O reconhecimento desse legado cultural na Constituição Federal mostra que a história dos povos quilombolas no Brasil foi, continua sendo marcada pelas tentativas dos colonizadores em promover uma homogeneização dessas culturas e identidades tanto dos que resistiram, quanto dos que ainda resistem .

Outro importante marco legal para os povos quilombolas é a Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do estudo da história e da cultura afro-brasileira nos currículos da educação pública e privada do nosso país. Ela representa um marco fundamental na construção de um currículo que valoriza a diversidade e coloca no debate educacional sujeitos historicamente marginalizados e excluídos da construção da história brasileira.

Neste ano de 2024, esta lei completou 21 anos de sua criação, a historiografia mostra que ainda há um longo caminho a percorrer para naturalizar de maneira efetiva a presença, a contribuição e a valorização da cultura afro-brasileira, em especial a dos quilombolas, nos currículos das escolas brasileiras.

Nessa perspectiva, é importante que as escolas, independente do nível, ou modalidade, através de práticas pedagógicas inovadoras, promovam propostas curriculares que tornem os valores, saberes e culturas dos povos marginalizados, em especial o povo negro, um instrumento pedagógico que possa dialogar e interagir com os demais valores saberes e culturas que constituem a sociedade.

Vinculada à linha de pesquisa Organização e Memória dos Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica - EPT, e dentro do macroprojeto 5, Organização do Currículo Integrado, o qual abriga projetos que trabalham na perspectiva da organização do currículo integrado na EPT, está esta pesquisa, que tem como tema, “O lugar da cultura quilombola na organização do currículo Integrado da Educação Profissional e Tecnológica-EPT, no Instituto Federal do Tocantins-IFTO/ Campus Palmas”. Nesta perspectiva, elaboramos o seguinte problema de pesquisa: a cultura quilombola está inserida na organização do currículo integrado da EPT nos cursos do IFTO - Campus Palmas?

Em relação aos objetivos, foi proposto como objetivo geral: Investigar o lugar da Cultura Quilombola na organização do currículo Integrado do Ensino Médio da EPT no Campus Palmas do Instituto Federal do Tocantins. Já os objetivos específicos foram:(1) Contextualizar sobre a cultura das Comunidades Quilombolas do estado do Tocantins. (2) Discutir os princípios do currículo integrado na Educação Profissional e Tecnológica. (3) Analisar o lugar ocupado pela cultura quilombola na organização do currículo integrado do

Ensino Médio da EPT no Instituto Federal do Tocantins/Campus Palmas. (4) Refletir como na atualidade o currículo pode se constituir como um dispositivo de (de) colonialidades.

Destaca-se a relevância desta pesquisa, pois, além de atender aos desígnios da lei 10.639/2003, busca promover os pressupostos da Educação Integral, Omnilateral, e contribuir para que o IFTO/Campus Palmas possa potencializar o debate das questões étnico-raciais em suas práticas pedagógicas, oportunizando aos estudantes, professores e servidores o conhecimento da história, da cultura, dos costumes, do modo de vida e da organização dos povos quilombolas do Tocantins.

Este trabalho intenciona provocar um olhar diferente quanto à educação para as relações étnico-raciais nessa instituição, e oferecer reflexões acerca dos saberes produzidos pela cultura quilombola no Tocantins, assim como apresentar possibilidades de uma educação intercultural para o reconhecimento, respeito e valorização destas e de outras culturas marginalizadas no Estado.

Para contribuir com o IFTO/Campus Palmas, na sistematização de conhecimentos referentes às manifestações culturais das 46 comunidades quilombolas reconhecidas no estado, construímos um Produto Educacional no formato de cartilha digital, intitulado **“Currículo aquilombado: caminhos outros para uma educação intercultural na Educação Profissional e Tecnológica no Tocantins.”**

Essa cartilha será um instrumento de busca para auxiliar tanto professores, coordenadores pedagógicos, diretores, alunos e servidores do IFTO-Campus Palmas e demais interessados no tema, a reconhecer a história e a cultura de comunidades quilombolas do estado do Tocantins. O objetivo é trazer, principalmente para a sala de aula, um material de apoio que fale da história e da cultura de povos quilombolas, em especial do estado do Tocantins.

A cartilha é composta por material textual que ressalta a história e cultura desses povos, por documentos que representam os marcos legais para o povo quilombola e por imagens das principais manifestações culturais das comunidades quilombolas do Tocantins. Também há um banco de dados, com uma seleção composta por livros, artigos, teses, dissertações e documentários, que abordam a história, modo de vida e cultura das comunidades quilombolas do estado do Tocantins, com QR Code de acesso.

Buscou-se, nesta dissertação, pensar em uma proposta de pesquisa que traga contribuições para uma Educação de formação humana e intercultural, que não silencie ou invisibilize conhecimentos, histórias e culturas dos diferentes povos. Refletir sobre essas questões é importante, necessário e urgente, uma vez que observam-se, na atualidade, vários

conflitos por motivos culturais aflorando em uma escala mundial, em que o discurso de ódio, a intolerância e a violência caminham para a construção de um único saber, uma cultura única e um poder único, em uma relação hierárquica e hegemônica.

A estrutura desta dissertação foi organizada em 8 (oito) seções. Na primeira seção, está a introdução, na qual estão inseridas também as conexões e trajetórias da pesquisadora com a pesquisa. Na segunda seção, trata-se a respeito do lugar sobre o qual estamos falando, o Instituto Federal do Tocantins, e o lócus desta pesquisa, o Campus Palmas.

Já na terceira seção e em suas subseções, foram abordados os procedimentos metodológicos que apoiaram esta investigação. Por meio de uma pesquisa qualitativa, optou-se pelas pesquisas bibliográficas e documental, a fim de realizar análise sobre os cursos, os currículos escolhidos, e as etapas e análise da pesquisa.

Na quarta e quinta seção e suas subseções, está a fundamentação teórica, situada nos teóricos que abordam sobre a temática investigada; a história, formação e culturas dos quilombos aqui no Brasil, e as comunidades quilombolas do estado do Tocantins; o currículo e suas perspectivas; integrado e a Educação Profissional e Tecnológica-EPT e, por fim, o currículo decolonial e o intercultural.

Na sexta seção, são mostrados os resultados encontrados na pesquisa, e as discussões sobre eles. Na sétima seção, é feita uma breve explanação a respeito do Produto Educacional. A oitava e última seção, são as considerações, que não são finais.

1.1 Conexões e trajetórias com a pesquisa

Trago este breve relato da minha trajetória pessoal, profissional e de pesquisadora para mostrar que ela e o fenômeno social pesquisado é um emaranhado de vivências e experiências, as quais tiveram implicações na escolha do tema desta pesquisa.

Venho de uma cidadezinha localizada na região Sudeste do estado do Tocantins, chamada Arraias, considerada uma das cidades mais antigas desse estado. Sua história tem origem nas descobertas de grandes minas de ouro, nos séculos XVIII e XIX, motivo pelo qual ficou conhecida na região por suas intensas atividades mineradoras.

A autora Cordeiro (1991) discorre que, por volta do ano de 1736, um grupo de escravizados fugitivos que se abrigavam na região descobriu grandes quantidades de ouro e iniciou a garimpagem. Com o passar do tempo, “a notícia logo se espalhou, e com ela o registro de que neste local havia abundância de ouro. A partir daí várias expedições partiram rumo ao eldorado (...)” (Cordeiro, 1991, p. 13).

A mola propulsora dessa atividade econômica foi o trabalho escravo, conforme Cordeiro (1991) relata: “Centenas de escravos são levados para trabalhar na extração do minério (...). A atividade mineradora tornou-se naturalmente a mais importante” (Cordeiro, 1991, p. 14). A pesquisadora e também historiadora Apolinário (2007) esclarece que

Arraias recebeu escravos de dois grandes grupos linguísticos africanos: os sudaneses e bantos. Os sudaneses eram, adquiridos na Bahia, procedentes do Golfo de Benin, na África Ocidental. Os bantos vinham do Porto do Rio de Janeiro, procedentes da África central. (Apolinário, 2007, p. 64-65).

Para a autora, os africanos escravizados que foram trazidos para Arraias eram de grupos diferentes e também de regiões africanas diferentes. Essa mistura de africanos vindos de diferentes regiões contribuiu para a formação cultural da cidade de Arraias. Hoje com 283 anos, sua história e cultura ao longo dos seus quase três séculos, preservaram e ainda preservam resquícios e expressões culturais dos africanos escravizados que viveram no município, e alguns desses aspectos culturais podem ser encontrados na culinária, nas cantigas de roda, na dança, na capoeira, nos muros de pedras que circundam a cidade, nas lendas e nas festas.

Além dessas características culturais, no município de Arraias há 4 (quatro) comunidades quilombolas reconhecidas e certificadas (Lagoa da Pedra, Kalunga do Mimoso, Kagados e Lagoa dos Patos). Elas demonstram uma forte ligação do município com um passado marcado pela presença dos africanos, e são responsáveis por guardar resquícios simbólicos de um modo de vida próprio, herdado de seus ancestrais e repassados de geração para geração.

Trago este breve relato da história de Arraias para mostrar que foi neste universo, com raízes históricas fincadas nas tradições e culturas dos povos negros, que origina minha história de vida. Sou filha de Irondes Evangelista Araújo, pai negro, que morava em um povoado próximo aos arredores do quilombola Lagoa da Pedra, minha mãe Olizia Evangelista Araújo (in memoriam) de pele mestiça, originária também da zona rural de Arraias.

Nasci no dia 11 de abril de 1974, sou a 5ª filha de 6 irmãos, meus pais foram ainda jovens para Brasília em busca de melhores condições de vida. Por ironia do destino, foram se conhecer em Brasília, se casaram em 1968 e passaram a morar no Gama, cidade-satélite de Brasília. Meu pai era caminhoneiro e minha mãe, dona de casa.

Quando eu e meus irmãos éramos ainda pequenos, meus pais decidiram retornar para Arraias, pois a vida em Brasília cada ano ia ficando mais difícil. Em Arraias, meus irmãos e

eu passamos a interagir mais com os primos e primas que moravam na cidade, os dias se tornaram mais agradáveis, pois, além das brincadeiras, tínhamos também a prática de tomar banhos nos rios que passam por dentro da cidade.

Durante a noite, brincávamos nas portas das casas. Nos finais de semana e feriados, meus pais nos levavam para passear nas chácaras e fazendas de parentes e amigos, que ficavam próximas da cidade. Nas férias, meus irmãos e eu íamos para a fazenda de nossos avós paternos.

Estudei nas Escolas Estaduais Silva Dourado e Brigadeiro Felipe, e por último, no Colégio Estadual Prof.^a Joana Batista Cordeiro, onde concluí o Ensino Médio.

Em 2003 fui aprovada no vestibular da UFT para o curso de licenciatura em Geografia, no campus de Porto Nacional, comecei o curso com muito entusiasmo, geografia era a disciplina que mais gostava no ensino médio, por isso optei por fazer o curso. No início percebi que cursar uma faculdade não é fácil, mas, com muito esforço, a gente consegue. O curso me fez pensar e criar novos conceitos sobre a vida, a sociedade, o mundo e a própria educação.

Na metade do curso, já estava apaixonada ainda mais pelo curso, principalmente pela Geografia humana, que aborda temas relacionados às relações do homem com a natureza, os aspectos sociais, econômicos, religiosos e culturais das sociedades.

No ano de 2006, comecei a trabalhar no Estado através de contrato, fui contratada para trabalhar na Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça(SECIJU). Nessa secretaria, havia duas coordenações específicas para tratar de assuntos relacionados a comunidades tradicionais do Estado, a Coordenação indígena, para tratar assuntos relacionados às questões Indígenas, e a Coordenação Afro, que trabalhava questões referentes à população negra, em especial as comunidades quilombolas do Estado do Tocantins. Por me identificar com as questões afro-brasileiras, preferi trabalhar nessa Coordenação.

Uma das atividades desta Coordenação era realizar o levantamento histórico, social e econômico das comunidades quilombolas no Estado para o processo de reconhecimento e certificação delas junto à Fundação Cultural Palmares-FCP. Tinha também o papel de articular, junto a outras Secretarias estaduais e ministérios do Governo Federal, políticas públicas para essas comunidades, através de um diagnóstico socioeconômico de cada uma.

Foi nestas viagens para realizar essas atividades que tive a oportunidade de conhecer as comunidades quilombolas do Estado. Nesse período o Tocantins já estava com 17 comunidades quilombolas reconhecidas e certificadas pela FCP, órgão do Governo Federal

responsável pelo reconhecimento e certificação das comunidades quilombolas do Brasil inteiro.

No ano de 2008, outra experiência profissional que contribuiu na minha relação com as comunidades quilombolas foi a aprovação no concurso público para o cargo de Assistente Administrativo da Universidade Federal do Tocantins/Campus de Arraias. A partir daí, tive e continuo tendo a oportunidade de participar de vários projetos de pesquisa e extensão dos cursos de Pedagogia e Matemática do campus, os quais são realizados nas comunidades quilombolas situadas no município de Arraias, e outras localizadas em municípios vizinhos.

Em decorrência das várias viagens que fiz e continuo fazendo para essas comunidades, ora como servidora, ora como pesquisadora, tenho a oportunidade e o privilégio de conhecer o modo de vida nesses espaços, as relações desses povos com a natureza, com o sagrado, conhecer as simbologias das festas, os conflitos fundiários, a vida no trabalho e as roças de subsistência. São espaços de trocas e partilhas de elementos simbólicos, carregados de um passado histórico, social e cultural, que têm ligações com a ancestralidade africana.

Em 2012 publiquei, com o apoio do meu orientador, meu primeiro artigo, uma parte do meu Trabalho de Conclusão do Curso-TCC, com o título “As contradições entre a realidade socioeconômica da comunidade quilombola Mimoso do Kalunga e a garantia dos Direitos Legais de Educação e Território”. Nesse artigo falo da realidade socioeconômica dessa comunidade, o modo de vida e a cultura, relato também os conflitos fundiários que ela estava sofrendo naquela época.

Pelo conhecimento e engajamento nas questões referentes às Comunidades Quilombolas, em 2013, fui convidada como especialista a fazer parte da banca de avaliação de TCC, do curso de Licenciatura em Pedagogia, da aluna Regilene Batista de Sena, cujo título do trabalho era: “A romaria do Vão do Moleque na comunidade quilombola Kalunga em Cavalcante-GO”.

Em 2016 fiz parte também de outra banca de avaliação. Desta vez foi de um curso de Pós-graduação em Educação do Campus, realizado pela Universidade Federal do Tocantins-UFT, em que avaliei o trabalho do aluno Itamar Pereira da Silva Junior, com o título “A educação escolar em comunidade quilombola: o caso do Kalunga do Mimoso-TO.

Participei, em 2017, como membro da comissão organizadora do projeto de extensão intitulado “Educação e Cidadania” da Universidade Federal do Tocantins-UFT- Campus Arraias, desenvolvido pela professora Doutora Magda Suely Pereira Costa. Parte desse projeto foi desenvolvido na comunidade Quilombola Mimoso do Kalunga, e buscou dar visibilidade à comunidade e seus direitos à plena cidadania. No final deste projeto, a

professora Magda publicou um livro com o título “Educação e Cultura: Olhar e sentir no chão do Mimoso”, que mostra, através de poesias e poemas, a cultura, educação e a realidade desta comunidade quilombola. Tive uma participação neste livro com o poema “A luta não para” no qual procurei mostrar o histórico de lutas e sofrimentos desta comunidade pela terra e sua sobrevivência nela.

Particpei do projeto de extensão intitulado “Observatório da Educação do Campo e quilombola” com a temática “A Educação do Campo em foco: uma análise interdisciplinar da realidade das escolas rurais do Sudeste do Tocantins.” Este projeto em 2014 produziu um documentário com o título “Educação quilombola, educação criativa”. O documentário procurou mostrar o cotidiano pedagógico e o trabalho docente em uma pequena escola da comunidade quilombola Mimoso do Kalunga, tive a oportunidade de participar das gravações.

Particpei em 2015 do “II Encontro de Pesquisadores Sobre os Quilombolas Kalunga, Políticas Sociais e Pesquisa no Território Kalunga” promovido pelos Programas de Pós-graduação em Geografia e em Direito Agrário da Universidade Federal de Goiás-UFG, em Goiânia -GO.

Em 2019 particpei como integrante da Comissão Organizadora do “IV Encontro de Pesquisadores Sobre os Quilombolas Kalunga” com a temática “Relações Étnicos-raciais, Direitos Humanos, Resistência: comunidades Quilombolas frente ao cenário político, econômico e social”, encontro promovido pela Universidade Federal do Tocantins-Campus Arraias.

Esse breve relato de trajetória de vida e profissional foi feito para mostrar o lugar de fala de uma mulher negra, pesquisadora e militante do movimento negro, que escreve a partir das lutas, reivindicações e tensões deste movimento, em busca um sistema educacional que supere as diversas formas de silenciamento e opressão.

Em 2022, fui aprovada no mestrado em Educação Profissional e Tecnológica-PROFEPT, realizado pelo Instituto Federal do Tocantins-IFTO/Campus Palmas-TO. Com isso, encontrei a oportunidade ideal para não apenas explorar as inquietações já mencionadas, como também para colaborar com um Produto Educacional-PE, que possibilite tanto professores, coordenadores pedagógicos, diretores, alunos, servidores, do IFTO-Campus Palmas e demais interessados no tema, a conhecer a história e a cultura de comunidades quilombolas do estado do Tocantins, e assim, fomentar a possibilidade de uma educação intercultural nesta instituição.

É a partir dessa trajetória que se origina meu esforço investigativo, e pretendo contribuir para a adoção de práticas pedagógicas que desnaturalizem ideologias hegemônicas que silenciam e invisibilizam histórias, culturas e saberes outros, no âmbito do Ensino Médio Integrado-EMI.

É importante destacar que a adoção de práticas pedagógicas que valorizem a história, a cultura e os saberes dos povos quilombolas no currículo do EMI, não resolverá o problema das ideologias hegemônicas, e também o preconceito e o racismo estrutural na educação brasileira, mas pode promover, no mínimo, uma visibilidade da presença e importância dos povos que fizeram e continuam fazendo parte na formação histórica e cultural da nossa sociedade.

Garantir esse olhar pautado em uma educação contra hegemônica é reconhecer a dívida histórica com os povos africanos e seus descendentes. É nesta perspectiva que esta pesquisa se orienta.

Neste sentido, é de suma importância e relevância apresentarmos a instituição de que estamos falando para conhecer sua história, trajetória e estrutura. Na seção seguinte, descrevemos de forma simples sobre a instituição onde foi realizada esta pesquisa.

2 DE ONDE ESTAMOS FALANDO

Neste tópico, apresentamos um breve histórico dos Institutos Federais e o tipo de formação oferecido por estas instituições. Apresentamos também o Instituto Federal do Tocantins - IFTO, história, estrutura, campus, e especificamente o Campus Palmas, locus desta pesquisa.

A origem e história dos Institutos Federais estão ligadas à criação das Escolas de Aprendizes Artífices em 1909, pelo então Presidente Nilo Peçanha (1909-1910) que assina o documento de criação delas. O objetivo dessas escolas era, entre outros, atender à população desfavorecida, uma vez que a educação, naquela época, era marcada pela divisão de classes. Para tanto, criou-se uma rede de dezenove Escolas de Aprendizes Artífices em todo Brasil, nas quais era ofertado o Ensino primário com conhecimentos em leitura, escrita e cálculo, além da formação técnica em desenho. De acordo com Ramos (2014), a criação das Escolas de Aprendizes Artífices e do Ensino Agrícola evidenciou um grande passo ao redirecionamento da educação profissional no país.

Esta rede de Educação Profissional brasileira passou por diversas transformações ao longo de 100 anos, recebeu outras denominações como Liceu Industrial, Escola Industrial, Escola Técnica Federal, Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) e, finalmente em 2008, com a Lei nº. 11.892/2008, criam-se os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia. Esse novo formato desta instituição reavalia a relevância do trabalho para a formação educacional, com o objetivo de desvincular-se dos princípios essencialmente capitalistas para o reconhecimento da importância de uma formação sólida, humana e cidadã.

O Ministério da Educação e Cultura - MEC (2008), em uma de suas postagens, apresenta a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica,

O Ministério da Educação, por meio de sua Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), criou no final de 2005, o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional. O objetivo foi ampliar a presença destas instituições em todo o território nacional. (...) O projeto buscou melhorar a distribuição espacial e cobertura das instituições de ensino e, conseqüentemente, ampliar o acesso da população à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no país. (Brasil, 2008).

Importante destacar que esse processo de expansão da Rede Federal de Profissional e Tecnológica, iniciou-se anteriormente à promulgação da lei de criação dos IFs. Todo o processo de expansão ocorreu em três fases,

Na primeira fase do plano de expansão, o projeto previu a criação de 5 (cinco) escolas técnicas federais e de 4 (quatro) escolas agrotécnicas federais, bem como a implantação de 33 novas unidades de ensino descentralizadas, contemplando 23 unidades da federação com a instalação de pelo menos uma instituição federal de educação tecnológica.

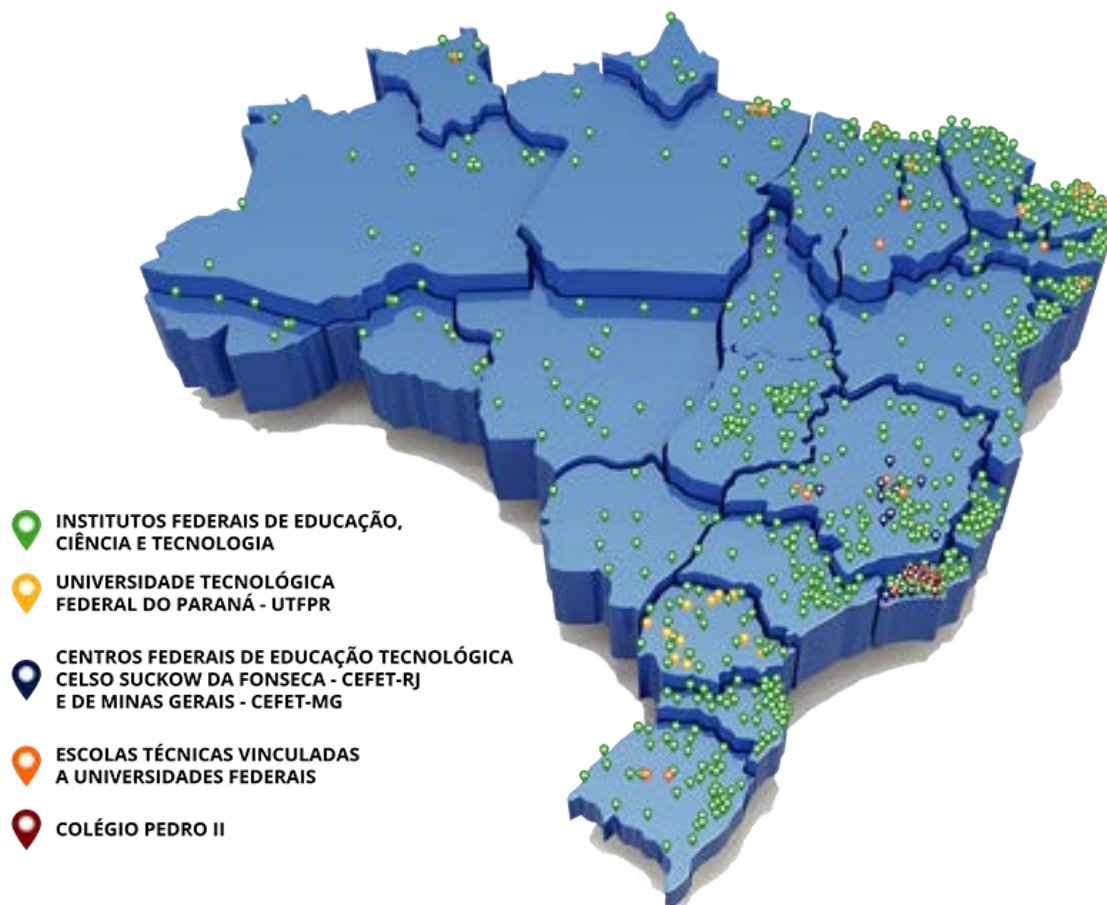
Em sua segunda fase, iniciada em 2007, a Setec/MEC estabelece como meta a criação, em quatro anos, de mais 150 novas instituições federais de educação tecnológica no marco do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica. As instituições foram distribuídas nos 26 estados e no Distrito Federal, contemplando 150 municípios diferentes escolhidos pelo próprio MEC e mediante manifestação de interesse por parte das prefeituras municipais.

Sua terceira fase, iniciada em 2011, estabeleceu um projeto de criação de 208 novas unidades até 2014, permanecendo o propósito de superação das desigualdades regionais e na viabilização das condições para acesso a cursos de formação profissional e tecnológica como ferramenta para melhoria de vida da população. (Brasil, 2008).

Neste sentido, podemos perceber que o aumento gradual do número destas instituições de Educação Profissional e Tecnológica, bem como sua expansão por várias partes do território brasileiro, mostram que, além de levar uma educação profissional de qualidade às regiões distantes dos grandes centros, objetivou-se também implementar estratégias de desenvolvimento regional e local.

A rede Federal de Educação Profissional possui instituições ramificadas por todo território brasileiro, ampliando assim o acesso e as ofertas de formação profissional e tecnológica a jovens e adultos da classe trabalhadora, aprofundando o diálogo entre educação, produção do conhecimento e desenvolvimento regional. Atualmente a rede é composta por 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com 644 unidades.

Figura 1- Mapa do Brasil com distribuição dos Institutos Federais de Educação e Tecnologia no território brasileiro



Fonte: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia tem como objetivo a oferta de cursos superiores, ensino médio e qualificação profissional, em um mesmo ambiente, como está previsto no artigo 6º da lei 11.892/2008,

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão. (Brasil,2008).

Essa integração de alunos em diferentes níveis de ensino, além de possibilitar um espaço de formação humana e emancipatória, promove também a superação da histórica dualidade e fragmentação dos saberes que eram oferecidos na educação profissional. Isso porque, como mostra a historiografia, a Educação Profissional esteve por séculos dividida entre a formação voltada exclusivamente para o trabalho, destinada às classes menos favorecidas, e a formação voltada para a elite.

Desta forma a Educação Profissional ofertada nos Institutos Federais representa as conquistas das lutas por uma formação mais humana, acessível a todos, que não fosse orientada pela lógica da formação dual e elitista, e sim por um projeto que, “(...) expressa uma concepção humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando a formação omnilateral dos sujeitos” (Ramos, 2014, p. 84).

Segundo Ciavatta(2015), a ideia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar.

O autor Frigotto (2018), compartilha com Ciavatta (2015) o mesmo entendimento em relação ao tipo de formação oferecida nos institutos,

Um ensino que não separa e sim integra, numa totalidade concreta, as dimensões humanísticas, técnicas, culturais e políticas e que também não estabelece dicotomias entre os conhecimentos gerais e específicos. (Frigotto, 2018, p.57).

O autor ressalta que esta formação defende uma educação que envolve, acima de tudo, a tecnologia, a cultura e a ciência, para que, desta forma, seja desenvolvido todo o potencial humano, seja ele o profissional e o intelectual.

Ramos (2010, p. 42) aponta que “é um compromisso ético-político da sociedade”, garantir uma educação básica unitária, norteada pela lógica de uma formação, omnilateral, humanística e integral. No entendimento que se refere à Educação Omnilateral, o autor Frigotto; Ciavatta(2012) destaca que:

Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para o seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois os mesmos não são simplesmente dados pela natureza (Frigotto; Ciavatta, 2012, p. 265).

Para o autor, a Educação Omnilateral é pautada no compromisso de uma formação plena do ser humano, que leve em consideração todas as condições sociais e históricas que norteiam a vida do sujeito. Ainda segundo Frigotto, Ciavatta (2012, p. 266), “sendo o trabalho a atividade vital e criadora mediante a qual o ser humano produz e reproduz a si mesmo, a educação omnilateral o tem como parte constituinte”. Neste sentido, segundo estes autores, a

educação omnilateral abrange uma formação e emancipação do ser humano em todos os aspectos e sentidos, não só para o trabalho, mas também para a vida em sociedade.

Para Pacheco (2015, p.10), “o que se propõe, então, não é uma ação educadora qualquer, mas uma educação vinculada a um projeto democrático, comprometido com a emancipação dos setores excluídos de nossa sociedade”. Em diálogo com tais princípios, novamente Pacheco (2015) postula que:

No conceito de inclusão, temos de abrigar o combate a todas as formas de preconceitos, também geradoras de violência e intolerância, por meio de uma educação humanista, pacífica, preocupada com a preservação da natureza e profundamente vinculada à solidariedade entre todos os povos independente de fronteiras geográficas, diferenças étnicas, religiosas ou em relação à orientação sexual. (Pacheco, 2015, p. 10).

Dessa forma, de acordo com o autor, a proposta de educação ofertada nos Institutos Federais, com essa concepção, é uma condição necessária para oferecer aos alunos uma formação plural, diversa e crítica, a qual comporta novas perspectivas que podem trazer para o cotidiano escolar uma atenção às culturas locais invisibilizadas, em especial a quilombola, e outras, cujas identidades, saberes e modo de vida encontram-se ameaçados e silenciados.

Segundo as ideologias que norteiam esta modalidade educacional, esta é uma educação contrahegemônica, ofertada a todos, sem distinção de cor, raça, ou classe social. Mas é importante destacar que toda ideologia é bonita, mas será se na prática tudo isso se configura como realidade ?

Dentre estas unidades, estão o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins- IFTO e o campus de Palmas.

2.1 O Instituto Federal do Tocantins- IFTO

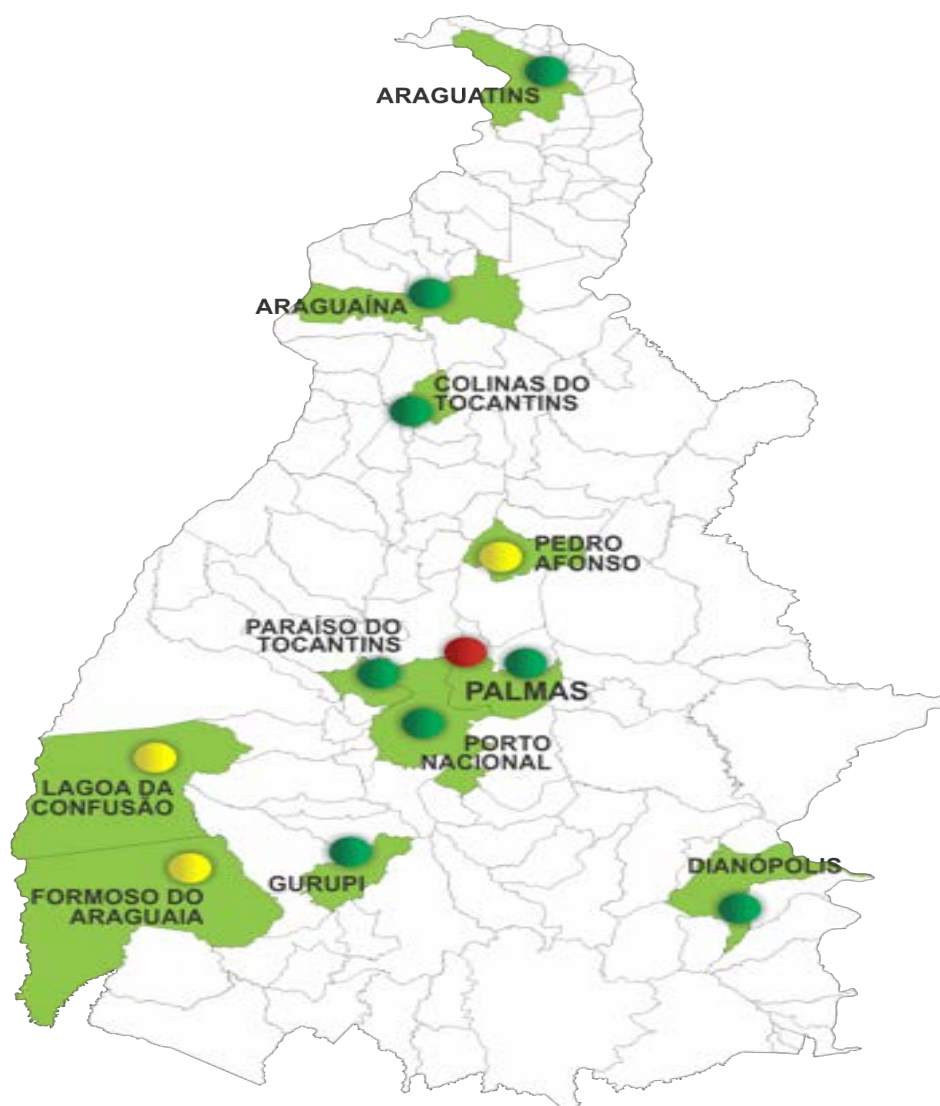
A história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Tocantins tem sua origem na junção da Escola Agropecuária Federal de Araguatins - EAFA e a Escola Técnica Federal de Palmas - ETF/Palmas, por meio da Lei nº 11.892 de 2008, a qual institui a rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia em todo território brasileiro. Essa junção pode ser encontrada no Artigo 5º da referida lei,

Art. 5ª Ficam criados os seguintes Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:
XXXVIII - Instituto Federal do Tocantins, mediante integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins. (Brasil, 2008).

Como observamos, a junção dessas duas instituições originou-se o IFTO e a Educação Profissional no Estado do Tocantins passa a ser ofertada em rede, contemplando outros municípios tocaninenses. Assim, foi se definindo como instituição de educação superior, básica, e profissional, portanto, se consolidando na oferta de Educação Profissional e Tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

O IFTO é uma instituição multicampi, está presente em vários municípios do estado do Tocantins e conta com onze *campi*: Araguaína, Araguatins, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão, Pedro Afonso, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Gurupi, Palmas, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional.

Figura 2 - Mapa do estado do Tocantins com distribuição dos Institutos Federais nos municípios



Em relação à administração, segundo o Regimento Geral do IFTO de 2021, esta instituição é composta por uma Reitoria e gestão independente entre si. A autora Burdzinski (2020) relata que,

A Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO, está localizada na cidade de Palmas e é o órgão executivo responsável pela coordenação de todas as unidades do IFTO, as quais estão sediadas nos municípios de Araguaína, Araguatins, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Formoso do Araguaia, Gurupi, Lagoa da Confusão, Palmas, Paraíso do Tocantins, Pedro Afonso e Porto Nacional. (Burdzinski, 2020, p. 44).

Segundo a autora, a reitoria é um órgão executor do IFTO e tem como uma de suas funções a de administrar e defender os interesses da instituição, com sede independente em Palmas.

Figura 3 - Prédio da Reitoria do IFTO



Fonte: <http://www.ifto.edu.br>

No Plano de Desenvolvimento Institucional elaborado para o período de 2020 a 2024, consta que o IFTO é norteado por ações, objetivos e metas, as quais são constantemente revisadas e apresentadas com vistas à tomada de decisões e a planejamentos futuros desta instituição. Neste documento encontramos também a Missão, Valores e Visão desta instituição:

Missão: Proporcionar o desenvolvimento regional por meio do ensino, pesquisa e extensão, prezando pela eficiência na formação acadêmica e na difusão do conhecimento.

Visão: Ser referência no ensino, pesquisa e extensão, com ênfase na inovação tecnológica de produtos e serviços, proporcionando o desenvolvimento regional sustentável.

Valores:

- I. Desenvolvimento Regional
- II. Produtividade e Eficiência
- III. Sustentabilidade
- IV. Estímulo à criatividade
- V. Gestão democrática
- VI. Foco no mercado de trabalho
- VII. Respeito aos princípios pedagógicos
- VIII. Gestão por resultados
- IX. Inovação tecnológica
- X. Pontualidade.

O IFTO se consolida como uma das mais importantes instituições educacionais na história da educação do Estado do Tocantins, onde forma profissionais qualificados que atendem tanto as metas de desenvolvimento do Tocantins, como também do Brasil.

Desta forma, a integração entre ensino, pesquisa e extensão, pautados na lógica dos arranjos produtivos locais, ganham destaque nesta instituição, promovendo desenvolvimento ao estado, pois atua em todas as microrregiões tocaninenses, tornando uma instituição educacional potente, com condições de promover e propagar uma educação de qualidade, intercultural e acessível a todos.

2. 2 O locus da pesquisa: o Campus Palmas

O Instituto Federal do Tocantins-Campus Palmas está localizado na cidade de Palmas, capital do Estado do Tocantins. Esta é a capital mais nova do Brasil, foi criada por meio da promulgação da Constituição Brasileira, em 05 de outubro de 1988, e foi fundada em 1989. Está localizada na região central do Estado, à margem do Rio Tocantins, e circundada pela serra do Carmo e Lajeado.

Figura 4 - Mapa do estado do Tocantins com a localização de Palmas



Fonte: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Brazil_Tocantins_Palmas_location_map.svg

Palmas foi erguida para promover o desenvolvimento sustentável do Estado, sendo o centro administrativo do Tocantins. Segundo o último censo demográfico realizado pelo IBGE (2022), Palmas conta com uma população de 302.692 habitantes e uma densidade demográfica de 135,9 habitantes por quilômetro quadrado.

Voltemos nosso olhar para o IFTO, em especial o lócus desta pesquisa, o Campus Palmas. Este, como dito anteriormente, com sede própria em Palmas, ocupa uma área de 128.508,39m, sendo 31.789,59m de área construída, possuindo 17 blocos dos quais dois são pertencentes à área administrativa, e os demais destinados às salas de aula, laboratórios e auditórios.

Figura 5 - Entrada do IFTO – Campus Palmas



Fonte: <https://portal.ifto.edu.br/imagens/unidades/campus-palmas.jpg/view>

No que se refere à natureza e à finalidade do campus, consta no Regimento Interno(2019) que:

Art. 2º O Campus Palmas, com sede na cidade de Palmas, do Estado do Tocantins, unidade descentralizada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, dotado de autonomia para realizar gestão administrativa, financeira, patrimonial, didática, acadêmica e disciplinar, tem por finalidade formar e qualificar profissionais, nos vários níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, realizar pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada. (IFTO 2019).

De acordo com o regimento, a estrutura dessa instituição traz, na sua finalidade, a formação e qualificação de seus estudantes em vários níveis e modalidades educacionais. Essa especificidade, que difere os IFs de outras instituições educacionais, tem como característica promover aos estudantes uma interação e transição entre os diferentes níveis de educação.

Em relação à Direção Geral do Campus, que é o órgão executor da instituição, tem a competência de implementar as políticas públicas do campus. Em sua estrutura, de forma subordinada, há outras quatro direções: Direção de Administração e Planejamento (DAP), Direção de Ensino (DIREN), Direção de Extensão, Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (DIEPPE), Direção de apoio ao ensino e ao servidor (DAE).

Já em relação ao órgão consultor do campus, é o conselho pedagógico que tem a função de subsidiar as decisões da direção geral, como exemplo dessas decisões, podemos citar a aprovação de ofertas, suspensão ou extinção de cursos.

Ainda em relação à estrutura, citamos a biblioteca, que recebeu o nome de João Pedro II. Esta disponibiliza aos usuários um total de 35 mil exemplares de livros, periódicos, multimídias, normas técnicas, mapas e DVDs. Foi construída recentemente e segue as normas da Lei de acessibilidade, com rampas de acesso e banheiros adaptados.

A biblioteca tem como missão “reunir, organizar e disseminar as informações contidas em seu acervo, visando atender às pesquisas, consultas e os empréstimos” (IFTO, 2019). Neste sentido, esta biblioteca, como todas as outras dos IFs, se configura como um espaço vasto de estudos, pesquisas e interações, pois os serviços e produtos ofertados aos usuários devem atender aos diferentes níveis educacionais, com um acervo adequado a cada público que a frequenta.

Figura 6 - Biblioteca João Paulo II do Campus Palmas



Fonte: <https://portal.ifto.edu.br/palmas/campus-palmas/ensino/biblioteca>

No que se refere à assistência aos alunos, o IFTO - Campus Palmas disponibiliza diversos auxílios para os estudantes através da assistência estudantil como: Auxílio Alimentação; Auxílio de Formação Profissional; Auxílio Creche; Auxílio Moradia; Auxílio Transporte Intermunicipal ou Rural; Auxílio Transporte Urbano; Auxílio Material Didático; Auxílio Emergencial; Auxílio Complementação Pedagógica e Bolsa atleta. No ano de 2014, totalizaram 1300 bolsas para os alunos.

Os estudantes recebem apoio e incentivos para a promoção de eventos, tanto interna quanto externamente. Os principais eventos são: Jornada de Iniciação Científica (JIC), Jogos dos Institutos Federais do Tocantins (JIFTO), Jogos dos Servidores, Mostras Científicas que ocorrem dentro da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, o Congresso dos estudantes do IFTO (CONEIFTO) e o Festival de Talentos Estudantis do IFTO (IFESTIVAL).

Atualmente o campus Palmas oferece cursos de:

- Qualificação - EJA/ PROEJA
- Técnicos - integrado regular e subsequente
- Graduação - Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogo
- Pós-Graduação - Especialização, Mestrado.

Em 2023, os cursos técnicos de nível médio passaram por reformulações, para que pudessem se adaptar às alterações instituídas pela Lei 13.415/2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e estabelece mudanças na estrutura dos cursos do ensino médio. As ofertas de vagas são preenchidas de acordo com os seguintes itinerários formativos.

Art. 35-A.

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas.

Com estas alterações, imaginamos a possibilidade para a concretização nos currículos destes cursos, da inclusão de conteúdos específicos, com foco nas culturas regionais e locais.

Diante destas breves informações sobre os IFs, o IFTO, em especial o Campus Palmas, cabe destacar a importância e relevância desta instituição como uma potente instituição capaz de levar e disseminar uma educação que realmente atenda às especificidades do nosso estado, com suas variadas e específicas dimensões regionais e locais, sobretudo seus aspectos culturais e históricos.

Depois de uma breve explanação sobre a instituição sobre a qual este estudo foi realizado, apresentaremos, na seção seguinte, o percurso metodológico que possibilitou a realização desta pesquisa.

3 O TRILHAR DA PESQUISA: ASPECTOS INERENTES À METODOLOGIA UTILIZADA

Nesta seção, seguem os procedimentos metodológicos que norteiam esta pesquisa, os aspectos inerentes à metodologia utilizada, o local da pesquisa, os cursos e os currículos analisados, a análise e as etapas da pesquisa.

A escolha do caminho metodológico a ser percorrido para a realização de uma pesquisa é um dos requisitos primordiais. Rodrigues, Oliveira e Santos (2021) abordam que o ato de pesquisar provoca a busca pelo conhecimento, essencial para compreensão das particularidades das ciências sociais e a realidade no entorno das relações interpessoais históricas e culturais.

Para o autor Gil (2021), a pesquisa pode ser entendida como um “(...) processo formal e sistemático de desenvolvimento de método científico. Seu objetivo é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos” (Gil, 2021, p 25).

Metodologicamente entendemos que a ação de pesquisa envolve um conjunto de procedimentos para encontrar a solução de um problema. Ou seja, a pesquisa é realizada quando se tem um problema para solucionar.

Desta forma, o problema que norteou esta pesquisa foi: a cultura quilombola está inserida na organização do currículo integrado da EPT nos cursos do IFTO - Campus Palmas?

A instituição educacional escolhida para a realização desta pesquisa, como mencionado acima, foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins-IFTO/Campus Palmas. Foi criado em 2008, através da Lei nº. 11.892/2008, e se destaca na região por ofertar Educação Superior, Básica e Profissional.

É uma instituição multicampi, está presente em vários municípios do estado do Tocantins, conta com onze campi: campi de Araguaína, Araguatins, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão, Pedro Afonso, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Gurupi, Palmas, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional.

Dentre estes 11 câmpus, está o Campus Palmas, localizado na cidade de Palmas, capital do estado do Tocantins, com sede própria. Ocupa uma área de 128.508,39m, com 31.789,59 m de área construída, possuindo 17 blocos, dos quais dois são pertencentes à área administrativa e os demais destinados às salas de aula, laboratórios e auditórios.

De acordo com o regimento, a estrutura dessa instituição traz na sua finalidade, a formação e qualificação de seus estudantes em vários níveis e modalidades educacionais. A modalidade educacional da pesquisa é o Ensino Médio integrado.

Para responder ao problema de pesquisa, recorreremos à abordagem qualitativa, uma vez que ela estuda aspectos subjetivos de fenômenos sociais e do comportamento humano, favorecendo uma compreensão geral dos problemas que norteiam os aspectos educacionais.

Segundo a autora Minayo (2014), pesquisa qualitativa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes. Corroborando o mesmo pensamento, Silva, Oliveira e Brito (2021) afirmam que a pesquisa qualitativa pode ser entendida como uma categoria de pesquisa que visa operar sobre uma problemática de cunho humano e social.

Com relação à abordagem adotada, optamos pela pesquisa bibliográfica como suporte para embasar os argumentos apresentados. Para o autor Gil (2021), a pesquisa bibliográfica é construída com base em material já publicado, que pode ser material impresso, como: livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos.

Desta forma, a pesquisa foi realizada por meio de consultas, em variadas fontes de informação, como: livros, artigos em periódicos, relatórios de pesquisa, dissertações e teses. Boa parte deles encontrados em bases de dados indexadas como: Google Acadêmico, Educaps, e Scielo.

Para a pesquisa bibliográfica referente à questão quilombola no Brasil, a cultura quilombola e as comunidades quilombolas no estado do Tocantins, recorreremos aos seguintes autores: Souza (2006), Thomaz (2022), Moura (2021), Munanga (1996), Arruti (2006), Leite (2021), Laraia (2019), Geertz (2008), Ferretti (1998), Santos (2009), Apolinário (2007), Karasch (1996), Silva (2022), Hall (2003), Teske (2013), Cavalcante (2018), Almeida (2019). Já a pesquisa e estudos sobre o que é currículo; currículo na perspectiva decolonial; currículo intercultural; e currículo integrado, foram sustentados pelos autores: Sacristán (2013), Apple (2008), Santomé (2011), Quijano (2005), Mignolo (2017), Davis (2016), Walsh (2019), Gomes (2012), Fleuri (2007), Arroyo (2014), Moreira; Candau (2008), Candau (2020), Ramos (2014), Lottermann; Silva (2016), Ciavatta (2005), Frigotto; Ramos e Ciavatta (2005). No que se refere ao Instituto Federal do Tocantins e o Campus Palmas, recorreremos a Frigotto (2018), Ciavatta (2015), Ramos (2010), Pacheco (2011;2015).

A outra abordagem adotada foi a pesquisa documental que, segundo Gil (2021), é aquela constituída com base em documentos elaborados com finalidades diversas.

Dentre os mais utilizados nesta pesquisa estão: 1- documentos institucionais, mantidos em arquivos de empresas, órgãos públicos e outras organizações. 2- documentos pessoais, como cartas e diários. 3- material elaborado para fins de divulgação, como folder, catálogos e convites. 4- documentos jurídicos, como

certidões, escrituras, testamentos, e inventários. 5- documentos iconográficos, como fotografias, quadros, e imagens. 6- registros estatísticos. (Gil , 2021, p. 29).

O autor faz um resumo dos principais tipos de documentos utilizados em uma pesquisa documental. Dessa forma, a escolha de um ou mais tipos de documento a ser utilizados em uma pesquisa poderá indicar o universo que será investigado. Os documentos que foram investigados foram internos institucionais, com disponibilidade pública, coletados no portal eletrônico do IFTO, local de publicação dos documentos oficiais desta instituição.

3.1 Os documentos pesquisados

Os documentos pesquisados são os currículos dos oito (8) cursos do Ensino Médio Integrado no Campus Palmas do Instituto Federal do Tocantins.

. São cursos presenciais, integrados ao Ensino Médio, que têm duração de 3 (três) anos.

Em um primeiro momento, tecemos algumas considerações sobre os referidos cursos, o objetivo deles, e apresentamos o que foi ou não encontrado nas grades curriculares de cada curso sobre o tema da pesquisa.

Já em um segundo momento, realizamos uma investigação nas ementas das disciplinas de História, Literatura e Artes do 2º ano de cada um destes cursos. Segue o 1º momento:

1. Técnico em Administração

A habilitação do curso é Técnico(a) em Administração, o eixo tecnológico é Gestão e Negócios. O curso é constituído de uma carga horária de 3.633,33 horas, a Base Nacional Comum é de 2.633,33 horas e a Formação Profissional é de 1.000 horas. A matriz curricular do curso apresenta 51 (cinquenta e um) elementos curriculares.

Objetivo: O Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio visa a formação de profissional habilitado para atuar junto ao setor de administração de empresas ou como gestor de sua própria empresa, com capacidade de avaliar e auxiliar na tomada de decisões nas áreas pessoal, financeira, econômica, patrimonial e afins, de acordo com os princípios éticos, humanos, sociais e ambientais.

Neste curso, observamos que a temática quilombola está ausente na grade das disciplinas ministradas durante os três anos de curso. No total dos 51 (cinquenta e um) elementos curriculares que envolvem as 4 (quatro) áreas do conhecimento e qualificações,

nenhuma faz menção a conteúdos que contemplem a temática cultura quilombola do estado do Tocantins.

2. Técnico em Agrimensura

A habilitação do curso é Técnico(a) em Agrimensura, o eixo tecnológico é em Infraestrutura. O curso é constituído por uma carga horária total de 4.033,33 horas, a Base Nacional comum é de 2.633,33 horas, e a Formação profissional é de 1.400 horas, sendo 40 horas de atividades complementares, e 1.600 horas de estágio/prática profissional e as demais 1.200 horas é de componentes curriculares. A matriz curricular do curso apresenta 54 (cinquenta e quatro) elementos curriculares.

Objetivo: Considerando as necessidades do Estado do Tocantins em implantar e consolidar o setor secundário da economia, a indústria e os serviços, e atendendo às exigências da legislação educacional em vigor, o Curso Técnico em Agrimensura tem por objetivo formar profissionais de nível médio para o exercício de atividades voltadas à aquisição, tratamento e análise de dados espaciais e à produção de mapas, plantas topográficas, laudos e memoriais, pertinentes ao profissional de agrimensura.

Neste curso, observamos que a temática quilombola está ausente na grade das disciplinas ministradas durante os três anos de curso. No total dos 54 (cinquenta e quatro) elementos curriculares que envolvem as 4 (quatro) áreas do conhecimento e qualificações, nenhum faz menção a conteúdos que contemplem a temática cultura quilombola do estado do Tocantins.

3. Técnico em Agronegócio

A habilitação do curso é Técnico(a) em Agronegócio, o eixo tecnológico é Recursos Naturais. O curso é constituído por uma carga horária total de 3.833,33 horas, sendo 2.633.33 horas de Base Nacional Comum e de 1.200 horas de Formação Profissional. A matriz curricular deste curso apresenta 48 (quarenta e oito) elementos curriculares distribuídos em 3 anos.

Objetivo: Preparar profissionais capacitados a viabilizar soluções tecnológicas competitivas para que o desenvolvimento e crescimento das empresas rurais alcance seus objetivos de forma eficiente, eficaz e com responsabilidade social e ambiental a partir do domínio da produção, processos e gestão do agronegócio.

Neste curso, observamos que a temática quilombola está ausente na grade das disciplinas ministradas durante os três anos de curso. No total dos 48 (quarenta e oito)

elementos curriculares que envolvem as 4 (quatro) áreas do conhecimento e qualificações, nenhum faz menção a conteúdos que contemplem a temática cultura quilombola do estado do Tocantins.

4. Técnico em Controle Ambiental

A habilitação do curso é Técnico(a) em Controle Ambiental, o eixo tecnológico é Ambiente e Saúde. O curso é constituído por uma carga horária total de 3993,3 horas, sendo 160 horas de estágio obrigatório.

Objetivo: Oportunizar a formação de profissionais habilitados para atuar com eficiência no controle do meio ambiente, planejando, executando, controlando, avaliando e gerenciando as questões ambientais, proporcionando ao educando conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional e da cidadania, possibilitando aos estudantes que tenham concluído o ensino fundamental, formação geral inseparável da formação profissional em nível médio.

Neste curso, observamos que a temática quilombola está ausente na grade das disciplinas ministradas durante os três anos de curso. No total dos elementos curriculares que envolvem as 4 (quatro) áreas do conhecimento e qualificações, nenhum faz menção a conteúdos que contemplem a temática cultura quilombola do estado do Tocantins.

5. Técnico em Eletrotécnica

A habilitação do curso é Técnico(a) em Eletrotécnica, o eixo tecnológico é Controle e Processos Industriais. O curso possui uma carga horária total de 3.833,33 horas, sendo 2.633,33 horas de Base Nacional Comum e 1.200 horas de Formação Profissional. A matriz curricular é composta por 52 (cinquenta e dois) elementos curriculares.

Objetivo: O Curso Técnico de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio em Eletrotécnica tem por objetivo formar profissionais, promovendo a construção de competências que contemplem habilidades, conhecimentos e comportamentos que atendam às demandas do setor produtivo e das relações sociais. Este curso busca principalmente o aprendizado de novas técnicas, atualização tecnológica, gestão de pessoas e problemas, tendo em vista uma resposta à demanda quantitativa da região e um significativo aumento da melhoria qualitativa das instalações elétricas prediais e industriais, automatização de sistemas industriais, manutenção elétrica e geração, transmissão e distribuição de energia.

Neste curso, observamos que a temática quilombola está ausente na grade das disciplinas ministradas durante os três anos de curso. No total dos 52 (cinquenta e dois)

elementos curriculares que envolvem as 4 (quatro) áreas do conhecimento e qualificações, nenhum faz menção a conteúdos que contemplem a temática cultura quilombola do estado do Tocantins.

6. Técnico em Eventos

A habilitação do curso é Técnico(a) em Eventos, o eixo tecnológico do curso é Turismo, hospedagem e lazer. O curso possui uma carga horária total de 3.700,00 horas, sendo 2.633,33 horas de Base Nacional comum, 1.066,67 horas de Formação Profissional, 40 horas de Atividades Complementares, 160 horas de Estágio / Prática Profissional e as demais 866,67 horas de Componentes Curriculares. A matriz curricular é composta por 48 (quarenta e oito) elementos curriculares.

Objetivo: Proporcionar ao estudante capacidade para o exercício do trabalho, aliando formação profissional técnica em eventos com escolaridade correspondente ao ensino médio.

Neste curso, observamos que a temática quilombola está ausente na grade das disciplinas ministradas durante os três anos de curso. No total dos 48 (quarenta e oito) elementos curriculares que envolvem as 4 (quatro) áreas do conhecimento e qualificações, nenhum faz menção a conteúdos que contemplem a temática cultura quilombola do estado do Tocantins.

7. Técnico em Informática para Internet

A habilitação do curso é em Técnico(a) em Informática para Internet, o eixo tecnológico do curso é Informação e Comunicação. O curso tem uma carga horária total de 3.633,33 horas, sendo 2.633,33 horas de Base Nacional Comum e 1.000 horas de Formação Profissional. A matriz curricular é composta por 50 (cinquenta) elementos curriculares.

Objetivo: Desenvolver programas de computador, seguindo as especificações e paradigmas da lógica de programação, acompanhando as constantes mutações da tecnologia.

Neste curso, observamos que a temática quilombola está ausente na grade das disciplinas ministradas durante os três anos de curso. No total dos 50 (cinquenta) elementos curriculares que envolvem as 4 (quatro) áreas do conhecimento e qualificações, nenhum faz menção a conteúdos que contemplem a temática cultura quilombola do estado do Tocantins.

8. Técnico em Mecatrônica

A habilitação do curso é Técnico(a) em Mecatrônica, o eixo tecnológico do curso é Controle e Processos Industriais. A carga horária total do curso é de 3.833,33 horas, sendo 2.633,33 horas de Base Nacional comum e de 1.200 horas de Formação Profissional. A matriz curricular é composta por 53 (cinquenta e três) elementos curriculares.

Objetivo: O Curso Técnico em Mecatrônica tem por objetivo formar profissionais, promovendo a construção de competências que contemplem habilidades, conhecimentos e comportamentos que atendam às demandas do setor produtivo e das relações sociais. Este curso multidisciplinar, resultante da junção da Mecânica, da Eletrônica e da Computação, busca principalmente o aprendizado de novas técnicas, atualização tecnológica, gestão de pessoas e problemas, tendo em vista uma resposta à demanda quantitativa da região e um significativo aumento da melhoria qualitativa dos processos industriais e da implantação, manutenção corretiva/preventiva de sistemas e equipamentos de automação industrial.

Neste curso, observamos que a temática quilombola está ausente na grade das disciplinas ministradas durante os três anos de curso. No total dos 53 (cinquenta e três) elementos curriculares que envolvem as 4 (quatro) áreas do conhecimento e qualificações, nenhum faz menção a conteúdos que contemplem a temática cultura quilombola no estado do Tocantins.

Após a verificação da grade curricular de cada curso com suas disciplinas, segue o 2º momento da pesquisa:

Neste momento da pesquisa, realizamos uma segunda investigação e elegemos como categoria as ementas das disciplinas de História, Literatura e Artes do 2º ano de cada um destes cursos. A escolha por estas disciplinas específicas foi em razão da lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do estudo da história e da cultura afro-brasileira nos currículos da educação pública e privada do nosso país, orienta em seu art. 1º, § 2º as principais áreas ou disciplinas que devem ser incluídas: “Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras”. (BRASIL, 2003).

O 2º ano foi escolhido por contemplar as três disciplinas em sua grade curricular. O propósito na investigação desses documentos foi buscar elementos que demonstrem, ou não, a inclusão da cultura quilombola no IFTO/Campus Palmas.

Quadro 01 - Ementa das disciplinas de Literatura, Artes e História.

CURSO	DISCIPLINA	EMENTA
Técnico em Administração	Língua Portuguesa e Literatura	Conhecimentos linguísticos e habilidades de leitura e produção de textos orais e escritos. Autores e obras do Humanismo, da Renascença e do Classicismo ocidental e português; Quinhentismo brasileiro; Barroco e Arcadismo na literatura ocidental e, em especial, no Brasil e em Portugal.
	Artes	Um estudo sobre as diversas linguagens artísticas e sua importância para a vida cotidiana, com ênfase na linguagem musical.
	História	O império colonial português; A colonização da América espanhola; O Atlântico negro: O tráfico de escravos e as relações comerciais com a África; A mineração na América portuguesa; As Treze Colônias e a formação dos EUA; O Iluminismo; Das Revoluções Inglesas à Revolução Industrial; Revolução Francesa; Independência das colônias espanholas; O processo de independência da América portuguesa; Sociedade e cultura no século XIX; A resistência do movimento operário; A monarquia brasileira; História Regional – Tocantins: Consolidação do povoamento e a luta pela autonomia do norte goiano. Enfoque do currículo integrado: Estado e a organização da sociedade civil; Mundo do trabalho e estratégias de gestão; História aplicada à área tecnológica do curso.
Técnico em Agrimensura	Língua Portuguesa e Literatura	Conhecimentos linguísticos e habilidades de leitura e produção de textos orais e escritos. Autores e obras do Humanismo, da Renascença e do Classicismo ocidental e português; Quinhentismo brasileiro; Barroco e Arcadismo na literatura ocidental e, em especial, no Brasil e em Portugal.
	Artes	Um estudo sobre as diversas linguagens artísticas e sua importância para a vida cotidiana, com ênfase na linguagem musical.
	História	O império colonial português; A colonização da América espanhola; O Atlântico negro: O tráfico de escravos e as relações comerciais com a África; A mineração na América portuguesa; As Treze Colônias e a formação dos EUA; O Iluminismo; Das Revoluções Inglesas à Revolução Industrial; Revolução Francesa e o império Napoleônico; Independência das colônias espanholas; O processo de independência da América portuguesa; Sociedade e cultura no século XIX; Ciência, nação e revolução no sec. XIX; O movimento operário e as ideias socialistas; A monarquia brasileira; História Regional – Tocantins: Consolidação do povoamento e a luta pela autonomia do norte goiano. Enfoque do currículo integrado: Estado e a organização da sociedade civil; Mundo do trabalho e estratégias de gestão; História aplicada à área tecnológica do curso.
	Língua Portuguesa e Literatura	Conhecimentos linguísticos e habilidades de leitura e produção de textos orais e escritos. Autores e obras do Humanismo, da Renascença e do Classicismo ocidental e português; Quinhentismo brasileiro; Barroco e Arcadismo na literatura ocidental e, em especial, no Brasil e em Portugal.

Técnico em Agronegócio	Artes	Um estudo sobre as diversas linguagens artísticas e sua importância para a vida cotidiana, com ênfase na linguagem musical.
	História	O império colonial português; A colonização da América espanhola; O Atlântico negro: O tráfico de escravos e as relações comerciais com a África; A mineração na América portuguesa; As Treze Colônias e a formação dos EUA; O Iluminismo; Das Revoluções Inglesas à Revolução Industrial; Revolução Francesa e o império Napoleônico; Independência das colônias espanholas; O processo de independência da América portuguesa; Sociedade e cultura no século XIX; Ciência, nação e revolução no sec. XIX; O movimento operário e as ideias socialistas; A monarquia brasileira; História Regional – Tocantins: Consolidação do povoamento e a luta pela autonomia do norte goiano. Enfoque do currículo integrado: Estado e a organização da sociedade civil; Mundo do trabalho e estratégias de gestão; História aplicada à área tecnológica do curso.
Técnico em Controle Ambiental	Língua Portuguesa e Literatura	Introdução à Língua Portuguesa; Conhecimentos linguísticos e habilidades de leitura e produção de textos orais e escritos; Conceituação de arte, literatura e linguagem literária; gêneros e estéticas literárias; literatura antiga e medieval; Autores e obras do Humanismo, da Renascença e do Classicismo ocidental e português; Quinhentismo brasileiro; Barroco e Arcadismo na literatura ocidental e, em especial, no Brasil e em Portugal. Diferentes escolas literárias como Romantismo, Realismo, Naturalismo, Parnasianismo, Simbolismo, Pré-Modernismo, Modernismo e Literatura Contemporânea no Ocidente, no Brasil e em Portugal. Língua Portuguesa articulada com a formação específica. Temas transversais.
	Artes	Introdução à Arte. Um estudo sobre as diversas linguagens artísticas e sua importância para a vida cotidiana, com ênfase na linguagem musical. Artes articulada com a formação específica. Temas transversais.
	História	Introdução à História; A produção do conhecimento histórico; Da Pré-história às primeiras civilizações; Civilizações clássicas: Grécia e Roma Antigas; A crise do Império Romano e a formação do feudalismo; Crise do feudalismo; A transição da Idade Média para a Idade Moderna; A África antes dos europeus; Cotidiano e cultura dos povos pré-colombianos; História Regional – Tocantins: colonização e povoamento. Enfoque do currículo integrado: Estabelecimento e caráter das instituições; Mundo do trabalho e estratégias de gestão; História aplicada à área tecnológica do curso. O império colonial português; A colonização da América espanhola; O Atlântico negro: O tráfico de escravos e as relações comerciais com a África; A mineração na América portuguesa; As Treze Colônias e a formação dos EUA; O Iluminismo; Das Revoluções Inglesas à Revolução Industrial; Revolução Francesa; Independência das colônias espanholas; O processo de independência da América portuguesa; Sociedade e cultura no século XIX; A resistência do movimento operário; A monarquia brasileira; História Regional – Tocantins: Consolidação do povoamento e a luta pela autonomia do norte goiano. Enfoque do currículo integrado: Estado e a organização da sociedade civil; Imperialismo; Arte ciência e tecnologia na Belle Époque; A Primeira Guerra Mundial; Entre-guerras; A Segunda Guerra Mundial; Guerra Fria; Séculos XIX e XX nas perspectivas Afro-asiática, Afro-indígena e Americana; Brasil nos séculos XIX e XX, História Regional – Séculos XIX e XX. Enfoque do currículo integrado: Mundo, mercado de trabalho e

		estratégias de gestão; História aplicada à área tecnológica do curso. História articulada com a formação específica. Temas transversais.
Técnico em Eletrotécnica	Língua Portuguesa e Literatura	Conhecimentos linguísticos e habilidades de leitura e produção de textos orais e escritos. Autores e obras do Humanismo, da Renascença e do Classicismo ocidental e português; Quinhentismo brasileiro; Barroco e Arcadismo na literatura ocidental e, em especial, no Brasil e em Portugal.
	Artes	Um estudo sobre as diversas linguagens artísticas e sua importância para a vida cotidiana, com ênfase na linguagem musical.
	História	O império colonial português; A colonização da América espanhola; O Atlântico negro: O tráfico de escravos e as relações comerciais com a África; A mineração na América portuguesa; As Treze Colônias e a formação dos EUA; O Iluminismo; Das Revoluções Inglesas à Revolução Industrial; Revolução Francesa e o império Napoleônico; Independência das colônias espanholas; O processo de independência da América portuguesa; Sociedade e cultura no século XIX; Ciência, nação e revolução no sec. XIX; O movimento operário e as ideias socialistas; A monarquia brasileira; História Regional – Tocantins: Consolidação do povoamento e a luta pela autonomia do norte goiano. Enfoque do currículo integrado: Estado e a organização da sociedade civil; Mundo do trabalho e estratégias de gestão; História aplicada à área tecnológica do curso
Técnico em Eventos	Língua Portuguesa e Literatura	Conhecimentos linguísticos e habilidades de leitura e produção de textos orais e escritos. Autores e obras do Humanismo, da Renascença e do Classicismo ocidental e português; Quinhentismo brasileiro; Barroco e Arcadismo na literatura ocidental e, em especial, no Brasil e em Portugal.
	Artes	Um estudo sobre as diversas linguagens artísticas e sua importância para a vida cotidiana, com ênfase na linguagem musical.
	História	O império colonial português; A colonização da América espanhola; O Atlântico negro: O tráfico de escravos e as relações comerciais com a África; A mineração na América portuguesa; As Treze Colônias e a formação dos EUA; O Iluminismo; Das Revoluções Inglesas à Revolução Industrial; Revolução Francesa; Independência das colônias espanholas; O processo de independência da América portuguesa; Sociedade e cultura no século XIX; A resistência do movimento operário; A monarquia brasileira; História Regional – Tocantins: Consolidação do povoamento e a luta pela autonomia do norte goiano. Enfoque do currículo integrado: Cidade e relações sociais, com ênfase nos eventos como espaços de afirmação de relações de poder; História aplicada à área tecnológica do curso.
	Língua Portuguesa e Literatura	Conhecimentos linguísticos e habilidades de leitura e produção de textos orais e escritos. Autores e obras do Humanismo, da Renascença e do Classicismo ocidental e português; Quinhentismo brasileiro; Barroco e Arcadismo na literatura ocidental e, em especial, no Brasil e em Portugal.

Técnico em Informática para Internet	Artes	Um estudo sobre as diversas linguagens artísticas e sua importância para a vida cotidiana, com ênfase na linguagem musical.
	História	O império colonial português; A colonização da América espanhola; O Atlântico negro: O tráfico de escravos e as relações comerciais com a África; A mineração na América portuguesa; As Treze Colônias e a formação dos EUA; O Iluminismo; Das Revoluções Inglesas à Revolução Industrial; Revolução Francesa e o império Napoleônico; Independência das colônias espanholas; O processo de independência da América portuguesa; Sociedade e cultura no século XIX; Ciência, nação e revolução no sec. XIX; O movimento operário e as ideias socialistas; A monarquia brasileira; História Regional – Tocantins: Consolidação do povoamento e a luta pela autonomia do norte goiano. Enfoque do currículo integrado: Estado e a organização da sociedade civil; Mundo do trabalho e estratégias de gestão; História aplicada à área tecnológica do curso.
Técnico em Mecatrônica	Língua Portuguesa e Literatura	Conhecimentos linguísticos e habilidades de leitura e produção de textos orais e escritos. Autores e obras do Humanismo, da Renascença e do Classicismo ocidental e português; Quinhentismo brasileiro; Barroco e Arcadismo na literatura ocidental e, em especial, no Brasil e em Portugal.
	Artes	Um estudo sobre as diversas linguagens artísticas e sua importância para a vida cotidiana, com ênfase na linguagem musical.
	História	O império colonial português; A colonização da América espanhola; O Atlântico negro: O tráfico de escravos e as relações comerciais com a África; A mineração na América portuguesa; As Treze Colônias e a formação dos EUA; O Iluminismo; Das Revoluções Inglesas à Revolução Industrial; Revolução Francesa; Independência das colônias espanholas; O processo de independência da América portuguesa; Sociedade e cultura no século XIX; A resistência do movimento operário; A monarquia brasileira; História Regional – Tocantins: Consolidação do povoamento e a luta pela autonomia do norte goiano. Enfoque do currículo integrado: A historicidade do processo de evolução técnica no âmbito do sistema de produção industrial e seus impactos sócio-culturais; História aplicada à área tecnológica do curso.

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

3.2 A análise e etapas

Para a análise dos dados, foi escolhida a técnica de Análise de Conteúdo. Existem, no campo da investigação científica, diversos conceitos a respeito dessa técnica, os quais apresentam características semelhantes. Nesta pesquisa foi adotada a técnica proposta pela autora Laurence Bardin (2016). Segundo ela, análise de conteúdo é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos objetivos e sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (Bardin, 2016, p. 48).

De acordo com a autora, esta técnica é compreendida como um conjunto de procedimentos de pesquisa que objetiva analisar diferentes aspectos da comunicação.

Outros autores que também escreveram sobre a Análise de Conteúdo foram Batista, Oliveira; Camargo(2021). Segundo eles, “essa técnica introduz explicitações, sistematizações e expressões dos conteúdos de mensagens, buscando realizar deduções lógicas e justificadas sobre a origem dessas mensagens”.(Batista; Oliveira E Camargo, 2021, P. 07).

Ainda segundo a autora Bardin (2016), esta técnica de pesquisa possibilita a compreensão de representações que residem por trás dos significados dos enunciados. Sua utilização se organiza em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

Na pré-análise, tem-se a organização e a sistematização do material a ser analisado. Ou seja, nesta fase, estabeleceu-se o corpus da pesquisa, que significa “(...) conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (Bardin, 2016).

Nesta etapa da análise, além dos currículos selecionados para a interpretação dos dados contidos neles, foi selecionada também a Lei 10639/03, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica/2021, e também a Base Nacional Comum Curricular-BNCC, documentos normativos que trazem em seus textos questões referentes ao tema da pesquisa. Em seguida, realizou-se a exploração deste material selecionado.

A exploração do material corresponde à segunda fase da análise que, conforme Bardin(2016), consiste em definir as categorias de estudo e identificar as unidades de registro.

Essa é considerada uma das etapas mais importantes da análise de conteúdo, uma vez que consiste na submissão do material coletado a um aprofundamento.

Nesta fase de exploração das ementas das disciplinas, foi realizada uma sistematização de um quadro contendo: 1) o tema, que corresponde à cultura quilombola; 2) Componente da ementa, corresponde ao conteúdo da ementa; 3) ocorrência do tema, que esclarece se, e quantas vezes o tema aparece no componente da ementas das referidas disciplinas.

Quadro 02 - Busca de ocorrências do tema no componente das disciplinas

TEMA	COMPONENTE DA EMENTA	OCORRÊNCIA DO TEMA
Cultura Quilombola (Dança, música, artesanato, culinária, artes, e outras)	Conteúdos	Quantas vezes aparece

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

A terceira e última fase da análise diz respeito ao tratamento dos resultados, a interpretação, “ocorre a condensação e o destaque das informações necessárias para a análise”. (Bardin, 2016).

Neste momento, a partir da sistematização das informações que ocorreu no quadro acima, fez-se a transferência do conteúdo das referidas disciplinas, individualmente, para o quadro criado.

Quadro 03 - Busca de ocorrência na ementa da disciplina de Literatura

TEMA	COMPONENTE DA EMENTA	OCORRÊNCIA DO TEMA
Cultura Quilombola (Dança, música, artesanato, culinária, artes, e outras)	Conhecimentos linguísticos e habilidades de leitura e produção de textos orais e escritos. Autores e obras do Humanismo, da Renascença e do Classicismo ocidental e português; Quinhentismo brasileiro; Barroco e Arcadismo na literatura ocidental e, em especial, no Brasil e em Portugal.	Nenhuma

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Quadro 04 - Busca de ocorrência na ementa da disciplina de Artes

TEMA	COMPONENTE DA EMENTA	OCORRÊNCIA DO TEMA
Cultura Quilombola (Dança, música, artesanato, culinária, artes, e outras)	Introdução à Arte. Um estudo sobre as diversas linguagens artísticas e sua importância para a vida cotidiana, com ênfase na linguagem musical. Artes articuladas com a formação específica. Temas transversais.	Nenhuma

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Quadro 05 - Busca de ocorrência na ementa da disciplina de História

TEMA	COMPONENTE DA EMENTA	OCORRÊNCIA DO TEMA
Cultura Quilombola (Dança, música, artesanato, culinária, artes, e outras)	O império colonial português; A colonização da América espanhola; O Atlântico negro: O tráfico de escravos e as relações comerciais com a África; A mineração na América portuguesa; As Treze Colônias e a formação dos EUA; O Iluminismo; Das Revoluções Inglesas à Revolução Industrial; Revolução Francesa; Independência das colônias espanholas; O processo de independência da América portuguesa; Sociedade e cultura no século XIX; A resistência do movimento operário; A monarquia brasileira; História Regional – Tocantins: Consolidação do povoamento e a luta pela autonomia do norte goiano. Enfoque do currículo integrado: Cidade e relações sociais, com ênfase nos eventos como espaços de afirmação de relações de poder; História aplicada à área tecnológica do curso.	Nenhuma

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Após a organização e sistematização das informações nos quadros acima, foi possível apontar o que estava contido ou não nas referidas ementas, a partir das ocorrências do tema.

O resultado e as discussões, bem como percepções e críticas serão tratadas na seção: Resultados e Discussões.

Na seção seguinte, falaremos da história, formação e culturas dos quilombos aqui no Brasil e, especificamente, das comunidades quilombolas do estado do Tocantins.

4 QUILOMBOS, DO PASSADO AO PRESENTE

Neste capítulo, abordaremos a história e o processo de formação dos quilombos, desde o período da escravização do povo negro no Brasil, o conceito de quilombo e a cultura que estes povos preservaram ao longo do tempo nestes espaços. Serão abordadas, também, as comunidades quilombolas do Tocantins e suas realidades socioeconômicas, História e principais manifestações culturais.

Na parte da escrita referente às manifestações culturais e à realidade socioeconômica das comunidades quilombolas do estado, destacamos livros, artigos, dissertações e teses escritas por autores(as) e pesquisadores(as) tocantinenses que se dedicam a falar desse movimento.

O comércio de pessoas no continente africano, antes da chegada dos europeus, já era um processo que acontecia entre as tribos que viviam em disputas pela soberania. Quanto maior o número de pessoas escravizadas, maior era seu poder. A historiadora Souza (2006) afirma que “(...)além dos enfrentamentos entre os guerreiros, o resultado dessas guerras eram aldeias queimadas e saqueadas, populações mortas ou escravizadas”. (Souza, 2006, p.63).

Além das guerras mencionadas pela autora, existiam também, no continente africano, outras formas de adquirir pessoas para serem escravizadas, segundo Thomaz (2022), como rapto, penhora, indenização, compra e venda, condenação criminal, entre outros.

Os africanos, capturados nas diversas regiões do continente, eram transformados em escravos e vendidos como mercadoria para os europeus. “Essas pessoas vinham de lugares diferentes, negociadas de mercado em mercado, do interior em direção ao litoral, onde as embarcações europeias esperavam pacientemente completar suas cargas humanas”. (Souza, 2006, p.63).

Para a autora, este comércio de pessoas escravizadas no continente africano, era lucrativo para os europeus e, cada vez mais, embarcações europeias atracavam nos portos do continente africano em buscas de pessoas escravizadas. Ainda segundo Souza (2006), os traficantes europeus tinham uma fome crescente de escravos, que movimentava as economias coloniais da América.

E um dos destinos deste mercado era o Brasil. Segundo fontes históricas, o Brasil foi um dos primeiros países no período colonial a receber esses escravizados africanos, porém foi o último a finalizar esta atividade, sendo categorizado, por isso, como o maior receptor de africanos escravizados, como demonstra o quadro abaixo:

Quadro 06 - Desembarque estimado de escravos africanos no Brasil, por procedência regional-períodos de 1701-1710 a 1801-1810

Períodos	Total	Costa do Marfim	Angola
1701-1710	153700	83700	70000
1711-1720	139000	83700	55300
1721-1730	146300	79200	67100
1731-1740	166100	56800	109300
1741-1750	185100	55000	130100
1751-1760	169400	45900	123500
1761-1770	164600	38700	125900
1771-1780	161300	29800	131500
1781-1790	178100	24200	153900
1791-1800	221600	53600	16800
1801-1810	206200	54900	151300
Total	1891400	605500	1285900

Fonte: IBGE, 2000.

O quadro do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia-IBGE 2000 aponta uma dimensão do quantitativo estimado de africanas e africanos escravizados que foram capturados no continente e transportados para o Brasil no período colonial. Importante destacar que, desde a captura e o transporte até chegar aos destinos, essas pessoas eram submetidas a todo tipo de sofrimento.

O martírio desses homens e mulheres africanas transformados em escravos e vendidos nos portos da África para os traficantes europeus só aumentava à medida que eram embarcados nos porões dos navios conhecidos como navios negreiros. Para Gavioli (2017), “(...)nestes espaços as condições vividas pelos africanos escravizados durante a travessia, eram desumanas”. O autor complementa ainda afirmando que:

Este ambiente insalubre dos porões dos navios provocou a morte de muitos africanos, porém este número de mortandade era extremamente variável em cada expedição. As principais causas de mortes durante a travessia eram: escassez de água, alimentos, maus-tratos e doenças. (Gavioli, 2017, p. 12).

Segundo o autor, as péssimas condições a que eram submetidos os homens, mulheres e crianças africanos capturados e transportados nos porões dos navios negreiros provocavam doenças e mortes.

Os historiadores afirmam que os africanos sobreviventes a essa travessia do Oceano Atlântico chegavam em péssimas condições de saúde, e como se não bastasse, já eram esperados nos portos dos Estados da Bahia, Recife e Rio de Janeiro para serem negociados, vendidos e distribuídos para várias regiões do Brasil para trabalhar de forma forçada em várias atividades econômicas da época. De acordo Moura (2021, p 21), “(...) esses escravos foram distribuídos de acordo com os interesses da economia colonial, na medida em que se desenvolviam as economias regionais, subordinadas às necessidades do mercado externo”.

As atividades laborais destinadas a estes homens e mulheres escravizados iam desde as lavouras de cana-de-açúcar, cacau e café, às atividades de mineração, como também nos serviços domésticos. Eram submetidos a todo tipo de violência, desde a violência física, como os castigos e a exaustão pelo trabalho forçado, a violências psicológicas que incluíam a dissolução de vínculos familiares, a proibição de manifestações de crenças religiosas e práticas culturais de suas regiões de origens.

4.1 A formação dos quilombos

Diante de um sistema cruel que os oprimia e lhes negava a condição de humanos, os africanos escravizados nem sempre costumavam aceitar de forma pacífica essa cruel realidade que lhes foi imposta e resistiam das mais variadas formas,

Dessa forma, os escravos negros, para resistirem à situação de oprimidos em que se encontravam, criaram várias formas de resistência, a fim de se salvaguardarem social e mesmo biologicamente, do regime que os oprimia. (Moura, 2021, p. 22).

Segundo o autor, as formas de resistências dos negros e negras escravizados foram uma reação às condições cruéis e degradantes que lhes eram impostas pelo sistema escravocrata.

A história mostra que esses movimentos de lutas e resistência foram processos contínuos e permanentes. Existiam várias formas de promoção dessas resistências que, de acordo com os autores Moura (1981) e Arruti(2006) incluíam motins, insurreições, assassinatos, suicídios e fugas, estas em sua grande maioria, resultaram na formação dos

quilombos. Assim, “(...) este último vai se configurar como o fato espacial mais expressivo, distribuído por quase todo o território brasileiro,” (Anjo, 2006, p. 09).

Para compreender o termo quilombo, apontamos algumas contribuições clássicas e históricas que auxiliam no entendimento sobre o termo e sua ressemantização ao longo dos tempos e permitem novas interpretações e abordagens, principalmente quanto aos aspectos culturais e históricos.

Segundo o antropólogo e pesquisador Kabengele Munanga (1996),

(...) o quilombo é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas bantos (kilombo, aportuguesado: quilombo). (...) Trata-se dos grupos lunda, ovimbundu, mundaú, kongo, imbangala, etc., cujos territórios se dividem entre Angola e Zaire. (Munanga, 1996, p.58).

Conforme o autor, quilombo é um termo originário do continente africano, falado nas várias línguas que constituem os diversos grupos, espalhados por muitos territórios desse continente.

Por terem sido trazidos para o Brasil no período escravocrata, esses movimentos quilombolas foram espalhados em todo território brasileiro. Segundo Moura (1981),

A primeira referência a quilombo em documentos oficiais portugueses data de 1559, mas só em 1740 o Conselho Ultramarino define-o como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (Moura, 1981, p. 16).

Para o autor, essa definição de quilombo pelas autoridades portuguesas naquele período representava apenas a manutenção e a preservação do território e estereotipava os negros como fugitivos. Aqui no Brasil, este conceito, ao longo da história, foi utilizado para se referir aos quilombos, mas não fazia menção a questões relacionadas às representações culturais, religiosas e identitárias que esses povos carregavam para esses espaços. Com o passar do tempo, esse conceito foi sendo desconsiderado, outros autores apontam uma releitura contemporânea do significado. Entre estes, está a autora Moura (2007), que afirma,

Quilombos contemporâneos são comunidades negras rurais habitadas por descendentes de escravos que mantêm laços de parentesco. A maioria vive de culturas de subsistência em terra doada/comprada/secularmente ocupada. Seus moradores valorizam tradições culturais dos antepassados, religiosas (ou não), recriando-as. Possuem história comum, normas de pertencimento explícitas, consciência de sua identidade étnica. (Moura, 2007, p. 09).

Para a autora, a significação do termo se sobrepõe ao conceito de espaço de negros fugitivos e se refere a espaços carregados de tradições e modos de vida particulares, com seus significados e dinâmicas próprias.

São várias as definições que surgiram ao longo da nossa história para designar o termo quilombo, elas variam muito de autor para autor, mas, em sua essência, são muito parecidas,

O conceito contemporâneo de quilombo efetivamente deu tradução legal a uma demanda coletiva pela pluralização dos direitos, sustentado na observação da diversidade histórica, étnica e cultural da população compreendida pelos limites territoriais do estado brasileiro. (Arruti, 2006, p. 338) .

Na perspectiva de Arruti (2006), além da visão conceitual e política que dá suporte ao termo quilombo, há também a base histórica, cultural e social que amplia a significação do termo. É importante destacar que nestes espaços foram inseridos costumes, culturas, religiões e uma visão de mundo própria, todas com simbologia africana.

O quilombo como constituinte, revela-se carregado de tradições e modos de vida particulares, com seus significados e dinâmicas próprias, por possuir aspectos históricos, culturais e ambientais de singularidade e de identidade dos moradores, compreendidos como espaço vivido e produto das relações sociais. (Leite, 2021, p. 92).

O reconhecimento dessa história e cultura mostra que a história dos quilombos no Brasil foi e ainda é marcada pelas tentativas dos colonizadores em promover uma homogeneização dessas culturas, assim como da identidade dos quilombolas que resistiram, e dos que ainda resistem,

Hoje, são territórios de resistência cultural e deles são remanescentes os grupos étnicos raciais que assim se identificam. Com trajetória própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a luta à opressão histórica sofrida, eles se auto determinam comunidades negras de quilombos, dados os costumes, as tradições e as condições sociais, culturais e econômicas específicas que os distinguem de outros setores da coletividade nacional (Brasil, 2005, p.06).

Devemos ter a percepção de que estamos falando de um espaço histórico, cultural e socialmente construído, livre da submissão do sistema escravista. Apesar dos processos de violência e sofrimentos que foram imputados aos africanos arrancados de sua pátria, o surgimento dos quilombos por todo território brasileiro, com sua trajetória de luta e sobrevivência nestes espaços ao longo do tempo, mostra que esses povos acima de tudo conseguiram manter e preservar suas manifestações culturais.

4.2 A cultura quilombola

Assim como o conceito de quilombo, o conceito de cultura também é discutido e debatido na atualidade. Neste sentido, definir o que é cultura não é tão simples como parece, pois é uma palavra que é estudada em diversas áreas do conhecimento como: Antropologia, Sociologia, História, Economia, entre outras.

O autor Laraia (2019) afirma que o termo cultura foi utilizado pela primeira vez por Edwar Tylor, em 1822. Segundo Laraia (2019), conforme consta no primeiro parágrafo do livro de Tylor “Primitive Culture”, o vocábulo cultura “(...) é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.” (Laraia (2019, p 14). Pode-se perceber, a partir daí, a importância da cultura e entendê-la como sendo todos os aspectos específicos que diferenciam uma sociedade da outra. O autor afirma ainda que,

Com esta definição Tylor abrangia em uma só palavra todas as possibilidades de realização humana, além de marcar fortemente o caráter de aprendizado da cultura em oposição à ideia de aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos. (Laraia, 2019, p.14).

Para o autor, a cultura não está internalizada no homem, através de ações e reações que não são próprias de sua vontade, mas seria um resultado das ações e interações entre os indivíduos dentro do contexto social que vivem.

O autor Geertz (2008), outro antropólogo que também discute sobre cultura, afirma que,

Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado (Geertz, 2008, p. 4).

A partir dessa afirmativa, podemos compreender que cultura é esse emaranhado de signos, significados e interações que o homem vai adquirindo ao longo de sua vida.

Compartilhando do mesmo pensamento de Geertz (2008), o autor Santos (2006) afirma que “(...) cultura é uma construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social. Ou seja, a cultura não é “algo natural”, não é uma decorrência de leis físicas ou biológicas” (Santos, 2006, p. 37). Portanto, entendemos que a cultura não deve estar ligada a um aspecto de origem natural, e sim a um processo histórico das ações humanas.

Para o autor Stuart Hall (2003), cultura se define como sendo:

“(...) os sentidos e valores que nascem entre as classes e grupos sociais diferentes, com base em suas relações e condições históricas, pelas quais eles lidam com suas condições de existência e respondem a estas; e também como as tradições e práticas vividas através das quais esses entendimentos são expressos e nos quais estão incorporados”. (Hall, 2003, p. 142).

Assim, de acordo com o autor, cultura acontece quando os homens interagem e organizam o seu modo de vida, com base nos valores e significados que vão adquirindo ao longo dos tempos. Ainda segundo Stuart Hall (1997), a cultura e os elementos que estão associados a ela adquirem relevância para interpretar as relações e os comportamentos entre os homens. Desta forma, a cultura só existe em função das ações humanas. Ao criar símbolos e significados que vão adquirindo um sentido para sua vida, o homem produz cultura.

À luz do entendimento de que a cultura se origina de valores, símbolos e significados adquiridos ao longo da trajetória dos homens, é importante destacar que os quilombolas, ao mesmo tempo que preservaram em seus territórios símbolos e aspectos da cultura africana, também ao longo dos tempos foram adquirindo outros símbolos e significados próprios do ser quilombola. Eles estão impressos no seu modo de vida, cotidiano, na religiosidade, na relação com a natureza, os quais se constituem e perpetuam de geração em geração e esses aspectos adquiridos têm uma forte ligação com a ancestralidade africana.

Como vimos anteriormente, por terem vindo de diferentes regiões da África, esses homens e mulheres tinham costumes e crenças religiosas diferentes também. Desta forma muitas comunidades quilombolas herdaram as tradições culturais que seus antepassados trouxeram dessas diferentes regiões africanas.

É importante ressaltar que, na atualidade, poucas comunidades conseguiram manter tais culturas ainda como seus antepassados deixaram, enquanto outras sofreram, e até hoje, têm sofrido transformações. Para Luvizotto (2009), “uma cultura necessariamente vai se transformar com o passar do tempo em consequência de fatores externos ou internos”. (Luvizotto, 2009, p. 33).

Mesmo com transformações e interações ocorridas ao longo do tempo, é perceptível, na medida em que avançam as pesquisas bibliográficas sobre o tema, que cada comunidade ainda mantém algumas particularidades próprias do ser quilombola, seja por meio da religiosidade, das festas, das cantigas, das danças, da culinária, do artesanato, entre outras.

No que se refere à religiosidade, observa-se que é um aspecto cultural marcante na identidade destes povos, uma vez que ela é permeada por uma mistura de crenças, ora o

catolicismo ou o protestantismo, ora religiões de matrizes africanas, configurando, assim, o sincretismo religioso:

O sincretismo pode ser visto como característica do fenômeno religioso. Isto não implica desmerecer nenhuma religião, mas constatar que, como os demais elementos de uma cultura, a religião constitui uma síntese integradora englobando conteúdos de diversas origens. Tal fato não diminui, mas engrandece o domínio da religião, como ponto de encontro e de convergência entre tradições distintas (Ferretti, 1998, p.114).

Segundo o autor, a expressão sincretismo implica uma gama de significados, os quais se relacionam com o contexto pesquisado. Essa mistura de crenças celebradas nestes espaços, além de promover atos de fé e devoção, promove também a garantia da preservação das tradições. Para Santos (2009, p.03), “é por meio do sincretismo que a religiosidade deste grupo se expressa e manifesta a partir de diversas expressões místicas que dão sentido à existência humana”.

Outro aspecto cultural importante são as festas que acontecem nesses espaços, em sua maioria, de cunho religioso, carregadas de símbolos e significados que vão além de um simples evento festivo. Esses eventos interrompem a rotina do trabalho, celebram reencontros entre amigos e familiares e principalmente reconstroem suas identidades. A autora Águas (2012) afirma que “(...) nenhuma festa pode, assim, ser entendida plenamente dentro de si mesma, mas deve ser inscrita na cadeia de significados” (Águas, 2012, p. 63).

A autora complementa ainda sobre os acontecimentos no tempo de duração da festa, “é um tempo de mescla e mediação, pois podem misturar-se corpos, ideias, ritmos, fiéis e celebrantes – tudo a partir de uma determinada marcação simbólica do tempo que se abre à festividade. (Águas, 2012, p 57).

Desta maneira, os momentos de festas são misturas de acontecimentos, encontros de socialização, práticas de tradições religiosas e também tempo de se alegrarem. Nessa perspectiva se inserem as festas quilombolas.

” (...) a vida nas comunidades negras rurais é intercalada por sons dos instrumentos de trabalho no campo e batidas de tambores nas festas, percussões que contam história, lutas, alegrias e tristezas do povo negro”.(Moura, 2012, p. 70).

Para estes povos, fazer a festa e estar em um espaço festivo têm um significado muito importante, pois, além da afirmação de suas devoções e fé, renovam suas esperanças, alegrias e também compartilham de suas tristezas. Desta forma as festas nos quilombos, sejam elas religiosas ou não, contribuem para a organização sociocultural dessas pessoas e a reafirmação de suas identidades.

Para além dos significados, citados neste trabalho, essas festas apresentam outro aspecto cultural relevante para estes povos: são as danças. De acordo com o dicionário da Língua Portuguesa Houaiss (2009), dança significa: “conjunto organizados de movimentos ritmados do corpo, acompanhados por músicas.” Houaiss (2009, p 594). Ou seja, a dança é uma expressão corporal. A história mostra que, desde os tempos primitivos, os homens já praticavam a dança ao redor das fogueiras. A dança, além de ser considerada uma expressão artística, também representa entretenimento e expressão do estado de espírito,

A dança é, portanto, um produto histórico da ação humana: cada corpo constrói uma dança própria que, no entanto, é relativa ao conjunto de acontecimentos disponibilizados em cada circunstância histórica e aos padrões associativos que o corpo desenvolve para estabelecer suas correlações com o mundo – outros corpos, outras danças, outros conhecimentos. (Britto, 2008, p. 30).

Segundo a autora, a dança é uma expressão presente na história da humanidade e adquiriu vários significados e símbolos nas diferentes etapas evolutivas da sociedade e, neste processo de evolução, várias formas e estilos.

No que diz respeito às danças nos quilombos, percebemos que elas também possuem símbolos e significados diferentes das danças praticadas em outros contextos sociais. De acordo com Santos (2015), nas comunidades quilombolas,

(...) as danças trazem consigo uma série de símbolos e códigos que lhe dão sentido e significados tanto para a comunidade que a tem como um elemento de identificação de sua cultura, como para os visitantes que a percebem como uma manifestação artística performática nas festas. (Santos, 2015, p. 04).

As formas e estilos das danças que são praticadas nos quilombos, dão forma e sentido ao conjunto de crenças e hábitos próprios desses povos. Existem diversas danças praticadas nos quilombos Brasil afora, algumas delas com maior expressividade, e outras não. Para mostrar essa variedade de danças, sistematizamos um quadro com as danças mais populares nos quilombos brasileiros.

Quadro 07- Principais modalidades de danças dos quilombos e origem

MODALIDADES DE DANÇAS NOS QUILOMBOS	GLOSSÁRIO
SUSSIA	A Sussa/Suça/Sussia é uma dança com origem afro. Essa manifestação cultural é uma tradição presente em muitos quilombos. A dança, ao som de tambores e músicas versadas, sem contato físico sempre acontece em momentos festivos. https://www.instagram.com/p/CMnHbtkn5IU/?img_index=1
CATIRA	A catira ou cateretê é uma dança folclórica, presente em vários estados brasileiros. Há controvérsias em relação à sua origem, entretanto, acredita-se que a catira contém influência indígena, africana, espanhola e portuguesa. Ela apresenta muitos elementos ligados à cultura caipira, sendo caracterizada pelo figurino dos dançarinos que acompanham o som das violas. https://pt.wikipedia.org/wiki/Dan%C3%A7a_folcl%C3%B3rica
CONGADA	A congada ou congado é uma manifestação cultural e religiosa afro-brasileira. Folguedo muito antigo, constitui-se em um bailado dramático com canto e música que recria a coroação de um rei do Congo. O cortejo executava coreografias, jogos de agilidade e de simulação guerreira, como a dança de espadas. Depois da coroação havia uma festa com baile, comidas e bebidas. https://pt.wikipedia.org/wiki/Congada
JIQUITAIA	Jiquitaia é uma dança que imita a presença de formigas no corpo. Fazendo menção ao constante ataque de formigas nas antigas senzalas, ela é uma espécie de paródia popular de um dos problemas que os escravos tinham de lidar. https://pt.wikipedia.org/wiki/Dan%C3%A7a_folcl%C3%B3rica
MARACATU	O maracatu é um ritmo musical com dança típica da região pernambucana. Reúne uma interessante mistura de elementos culturais afro-brasileiros, indígenas e europeus. Possui uma forte característica religiosa. Os dançarinos representam personagens (duques, duquesas, embaixadores, rei e rainha). O cortejo é acompanhado por uma banda com instrumentos de percussão (tambores, caixas, taróis e ganzás). https://pt.wikipedia.org/wiki/Dan%C3%A7a_folcl%C3%B3rica
JONGO	O jongo, também conhecido como caxambu e corimá ou, ainda, tambu, batuque ou tambor, é uma dança brasileira de origem africana que é praticada ao som de tambores, como o caxambu. É essencialmente rural. Faz parte da cultura afro-brasileira. https://pt.wikipedia.org/wiki/Jongo
TAMBOR DE CRIOLA	Tambor de crioula ou punga é uma dança de origem africana praticada por descendentes de escravos africanos no estado brasileiro do Maranhão, em louvor a São Benedito, um dos santos mais populares entre os negros. É uma dança alegre, marcada por muito movimento dos brincantes e muita descontração. https://pt.wikipedia.org/wiki/Tambor_de_crioula

CARIMBO	O carimbó ou curimbó é uma manifestação cultural brasileira de origem afro-indígena, formada por gênero musical e dança, criado no século XVII no então Império das Amazonas/Conquista do Pará (atual estado do Pará) na então América Portuguesa/Brasil Colônia. Evoluindo como uma celebração interiorana entre amigos e familiares após pescarias e plantios acompanhado pelo batuque do tambor artesanal curimbó, do qual se originou o nome da manifestação. https://pt.wikipedia.org/wiki/Carimb%C3%B3
LUNDU	O lundu, também conhecido como landum, lundum e londu, é uma dança e canto de origem africana introduzido no Brasil provavelmente por escravos de Angola. Originado no batuque africano, o lundu em fins do século XVIII não era ainda uma dança brasileira, mas uma dança africana no Brasil, e começou a ser mencionada em documentos históricos a partir de 1780. https://pt.wikipedia.org/wiki/Lundu
SÃO GONÇALO	A Dança de São Gonçalo, também chamada de Baile de São Gonçalo ou Roda de São Gonçalo, é uma tradição do folclore brasileiro, que consiste numa festa com música e dança em homenagem a São Gonçalo de Amarante, para pagar promessas e agradecer por graças alcançadas. Tem origem latino americana, podendo ser encontrada em diversos estados do Brasil, com características próprias em cada região, como na região Sudeste e Nordeste. https://pt.wikipedia.org/wiki/Dan%C3%A7a_de_S%C3%A3o_Gon%C3%A7alo

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

O quadro acima apresenta uma dimensão da variedade de danças que são praticadas nos quilombos, a maioria delas são de origens africanas, outras ao longo dos tempos foram introduzidas na cultura afro-brasileira e hoje são consideradas parte desta cultura.

As comunidades quilombolas, apesar de possuírem algumas semelhanças com outros segmentos sociais da zona rural, se diferem tanto pela composição histórica, como também pelo pensamento, costumes e ações coletivas, nesses territórios.

A relação com o território, o qual representa o suporte da vida social, econômica e, principalmente, cultural, é tão importante para eles que está inserida no conjunto de elementos que norteiam o processo de titulação de suas terras. Esta lógica está institucionalizada e pode ser percebida no Decreto n.º 4887/2003 e também na Instrução Normativa n.º 49/2008 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA, os quais dizem que:

Art. 2º, § 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos toda terra utilizada para a garantia de sua reprodução física, social econômica e cultural (BRASIL; INCRA, 2003a)

Art. 10º, § 7º Caracterização da ocupação atual indicando as terras utilizadas para moradia, atividade econômica, caminhos e percursos, uso dos recursos naturais, realização dos cultos religiosos e festividades, entre outras manifestações culturais. (BRASIL; INCRA, 2008b)

Desta forma, percebe-se que a vinculação das comunidades quilombolas com o território se caracteriza como fator importante e fundamental, pois, além de ser condição de sobrevivência física, social e econômica para o grupo, constitui-se também como instrumento relevante na afirmação de identidades culturais, garantindo assim a sobrevivência do grupo de geração em geração.

Dentre os elementos culturais próprios das comunidades quilombolas, citamos também o artesanato. Os autores Mello e Froehlich (2022) afirmam que “(...) consideramos artesanato como sendo toda atividade produtiva que resultante em artefatos acabados feitos manualmente, ou com a utilização de meios tradicionais, e que aliem destreza, habilidade e criatividade”(Mello; Froehlich, 2022, p.79) .

O artesanato feito nas comunidades quilombolas, além de desenvolver as habilidades e a criatividade, utiliza também recursos naturais próprios de seus territórios. Como existem comunidades quilombolas espalhadas por todo território brasileiro, o artesanato quilombola se baseia nas características dos recursos naturais próprios de cada região. Os mais utilizados no artesanato quilombola são: madeira, argila, palhas, folhas, capim, sementes e flores, utilizados para produção de objetos de decoração, utensílios de trabalho doméstico, vestimentas e outros.

No quadro abaixo, apresentamos os principais artesanatos e a matéria prima utilizada na confecção deles nos quilombos espalhados por todo território brasileiro.

Quadro 08 - Principais artesanatos e matéria prima

Artesanatos	Matérias Primas
Chapéus, balaies, luminárias, fruteiras, aparadores, e outros.	Cipó Timupeva, Cipó Imbé e tecidos.
Cestos, mandalas, fruteiras, colares, pulseiras e outros.	Palha da Palmeira piaçava
Vasos, chapéus, bolsas, colares, pulseiras, brincos, mandalas e outros.	Capim dourado, flores e folhas secas, seda do buriti, coco piaçava,
Panelas, potes, jarros, botijas, caricaturas humanas e outros.	Barro
Bonecas, cobertores, cestas e sacolas.	Tecidos, lãs, palhas, algodão.

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

O quadro mostra a variedade de artesanato realizado nos quilombos, bem como a variedade de matéria prima utilizada nestes artesanatos, mostrando, assim, o conhecimento que os povos quilombolas desenvolveram ao longo dos tempos.

Desta forma, a cultura significa todas as maneiras que os grupos de pessoas, neste caso, os quilombolas, usam para se expressar, seja por meio da religião, das festas, danças, seja por meio do artesanato, como também no modo de viver, com seus hábitos e costumes. Assim, as comunidades quilombolas espalhadas por todo território brasileiro, com suas manifestações culturais buscam resistir no tempo e espaço, demonstrando força e resistência às inúmeras tentativas de expulsão.

No mês de Junho de 2024, foi publicado um estudo pelo Instituto Socioambiental (ISA) em parceria com a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ), mostrando que 98,2% dos territórios quilombolas no Brasil estão ameaçados por grandes empreendimentos: mineração, agronegócio, barragens, hidrelétricas, rodovias, ferrovias e outros que, além de provocarem a retirada dessa população de seus espaços, promovem também grandes impactos ambientais a estes territórios,

(...)os impactos ambientais aos quilombolas incluem desmatamento, degradação florestal e incêndios. As consequências são a inviabilização dos modos de vida

tradicionais nos territórios, com violações de direitos humanos e falta de oportunidades socioeconômicas (ISA, 2024, p. 01)

Essas ações colaboram no passado e continuam colaborando nos dias de hoje para a retirada forçada e a destruição de centenas de quilombos de norte a sul do país. Os quilombos que conseguem resistir e persistir encontram nas manifestações culturais força e motivação para prosseguirem nas lutas. Por isso ressaltamos a importância de ações que promovam o incentivo e a valorização destas manifestações culturais e que colaborem para que estes povos ganhem definitivamente o direito pleno de seus territórios e assim tenham condições de praticar sua cultura e seu modo de vida próprio.

Portanto, um destes territórios impregnado por tais manifestações culturais e de resistências é o Estado do Tocantins. Hoje, conforme dados da Fundação Cultural Palmares, entidade do Governo Federal responsável pelo reconhecimento e certificação das comunidades quilombolas no Brasil, o Tocantins possui 46 comunidades reconhecidas e certificadas pela FCP.

4.3 As comunidades quilombolas do Tocantins

Nesta parte falaremos, de forma breve, como foi a ocupação da região conhecida como antigo norte goiano, hoje atual Estado do Tocantins. Buscamos destacar a contribuição dos africanos escravizados no processo de ocupação deste território e, consequentemente, a formação dos quilombos, tanto no período escravocrata, quanto após a abolição em 1888. Por fim, falaremos dos quilombos existentes na atualidade no Estado, suas características socioeconômicas, históricas e principalmente suas manifestações culturais.

Embora o Estado do Tocantins seja o mais novo da federação, com 35 (trinta e cinco) anos de criação (1988), a sua história e a de seu povo são mais antigas, pois está ligada à história do antigo norte do Estado de Goiás, o qual foi desmembrado em 05 de outubro de 1988. A historiografia mostra que a ocupação da região norte do estado de Goiás, atual estado do Tocantins, ocorreu por volta dos séculos XVII e XVIII.

A origem da ocupação histórica de boa parte desse território está ligada a duas circunstâncias: uma delas foi a exploração desta região pelos Missionários religiosos Jesuítas, chefiados pelo Frei Cristóvão de Lisboa, “a partir de 1753, o norte da capitania de Goiás na fronteira com o Pará foi palco das primeiras expedições dos missionários jesuítas”. (Apolinário, 2007, p.51). Estas missões percorreram as imediações do rio Tocantins formando

aldeamentos religiosos para catequizar os indígenas que aqui já estavam, as chamadas santas missões que, com o passar do tempo, se transformaram em núcleos urbanos dessa região.

A outra circunstância foi as descobertas de aluviões auríferos em várias partes do território, cuja atividade (mineração) perdurou por todo estado de Goiás, do século XVIII até meados do século XIV, e foi sustentada pelo trabalho escravo. Apolinário (2007) aponta que “a bandeira chefiada por Bartolomeu Bueno da Silva descobre as primeiras minas auríferas da futura capitania de Goiás em 1722” (Apolinário, 2007, p 41). Ainda segundo Apolinário (2007), “a atividade de mineração teve como elemento fundamental o trabalho escravo”. (Apolinário, 2007, p. 41).

Para trabalhar nas recém-descobertas minas de ouro do norte goiano, foram trazidos para esta região centenas de africanos escravizados, os quais, por muito tempo, representaram a mola propulsora desta atividade econômica.

Enquanto economia colonial, a mineração teve como elemento fundamental o trabalho escravo. A busca incessante de grandes descobertas auríferas, impulsionada pelos incentivos econômicos, sociais e políticos da metrópole, facilitou a utilização em grande escala da mão de obra africana. (Apolinário, 2007, p. 41)

Para a autora, todos os processos da atividade mineradora foram realizados pelo trabalho escravo, pois centenas de africanos escravizados faziam o trabalho de extração do ouro encontrado nas minas. Em razão desta busca incessante pelo ouro, surgiam, nesta região, diversos povoamentos que, com o passar do tempo, se transformavam em pequenas vilas ou arraiais.

Como em toda região brasileira oriunda da mineração, onde o trabalho dos escravizados era a mola propulsora da economia, aconteceram as revoltas e as fugas dos africanos e africanas escravizados, cuja meta consistia na liberdade. A partir dessas fugas, houve a formação dos quilombos.

Desta forma, no Estado do Tocantins, antigo norte goiano, não foi diferente. Segundo a historiografia, inúmeros quilombos se formaram nesta região ao longo dos tempos, como afirma Karasch (1996), “Toda localidade mineira de Goiás, já se disse, vivia à sombra dos quilombos”. (Karasch, 1996, p. 244). A autora Karasch (1996) aponta ainda que,

Embora possamos conhecer as razões de ter sido possível a formação de quilombos em Goiás, seu número exato é desconhecido. A afirmação mais comum nas fontes do século XVIII é que eram “numerosos”. (Karasch 1996, p 245).

Na fala da autora, podemos perceber que o quantitativo de quilombos que se formaram em Goiás era grande, embora não exista registro de quantos eram.

A partir da fala das autoras, Apolinário (2007) e Karasch (1996), percebemos que os africanos escravizados trazidos não só para esta região do antigo norte goiano, como para o território brasileiro como um todo, buscaram de toda forma meios de defesa e afirmação da sua liberdade, lutaram contra as crueldades impostas pelo sistema e se organizavam para as fugas e, conseqüentemente, formavam os quilombos.

Além das comunidades quilombolas que se formaram nos arredores de regiões mineradoras do antigo norte goiano, existem também, no estado, as comunidades quilombolas cuja origem não está ligada à atividade da mineração, nem tampouco ao período escravocrata, haja vista que são comunidades formadas a partir da migração de outros estados. Como aponta Lopes (2009), “os africanos fugidos do Maranhão, da Bahia e de Pernambuco percorreram a rota do sertão com destino ao norte e nordeste de Goiás” (Lopes, 2009, p. 04).

A forte presença destes povos nesta região influenciou e continua influenciando tanto as manifestações culturais do estado, quanto a composição da população tocaninense. De acordo com dados do IBGE (2022), a população do estado é composta em sua grande maioria por negros e negras, onde 76,6% da população declara preta ou parda. Ou seja, mais da metade da população tocaninense tem origens africanas.

Outra influência da presença do africano escravizado aqui no estado é o quantitativo de comunidades quilombolas existentes na atualidade em várias partes do território tocaninense. Hoje o estado do Tocantins possui 46 comunidades reconhecidas e certificadas pela FCP, como mostra o quadro abaixo.

Quadro 09 - Comunidades quilombolas reconhecidas e certificadas no Estado do Tocantins

ITEM	ANO	COMUNIDADE	MUNICÍPIO
01	2004	Lagoa da Pedra	Arraias
02	2005	Kalunga do Mimoso	Arraias
03	2006	Barra do Aroeira	Santa Tereza
04	2006	Cocalinho	Santa Fé do Araguaia
05	2006	Lajinha	Porto Alegre
06	2006	Mumbuca	Mateiros
07	2006	Prata	São Félix do Tocantins
08	2006	Baviera	Aragominas
09	2006	Redenção	Natividade

10	2006	São Joaquim	Porto Alegre
11	2006	São José	Chapada da Natividade
12	2006	Chapada da Natividade	Chapada da Natividade
13	2006	Córrego Fundo	Brejinho de Nazaré
14	2006	Morro de São João	Santa Rosa
15	2006	Malhadinha	Brejinho de Nazaré
16	2008	Grotão	Filadélfia
17	2009	Mata Grande	Monte do Carmo
18	2009	Santa Maria da Mangueiras	Dois Irmãos
19	2009	Carrapato	Mateiros
20	2009	Formiga	Mateiros
21	2009	Ambrósio	Mateiros
22	2010	Curralinho do Pontal	Brejinho de Nazaré
23	2010	Dona Juscelina	Muricilândia
24	2010	Rio das Almas	Jaú do Tocantins
25	2010	Lajeado	Dianópolis
26	2010	Manoel João	Brejinho de Nazaré
27	2010	Baião	Almas
28	2010	Ilha de São Vicente	Araguatins
29	2010	Pe do Morro	Aragominas
30	2014	Claro	Paranã
31	2014	Prata	Paranã
32	2014	Ouro Fino	Paranã
33	2014	Kágados	Arraias
34	2014	Lagoa dos Patos	Arraias
35	2014	Rio Novo	Mateiros
36	2014	Rio Preto	Mateiros
37	2014	Riachão	Mateiros
38	2015	Boa Esperança	Mateiros
39	2015	Água Branca	Conceição do Tocantins

40	2015	Matões	Conceição do Tocantins
41	2016	Carapiché	Esperantina
42	2016	Ciríaco	Esperantina
43	2016	Prachata	Esperantina
44	2021	Lagoa Azul	Ponte Alta do Tocantins
45	2022	Raiz	Silvanópolis
46	2023	Rio Preto	Lagoa do Tocantins

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Estas 46 comunidades quilombolas reconhecidas e certificadas apresentam um quantitativo populacional expressivo, um total de 12.881 pessoas, como apontou o IBGE em 2022. Localizadas de norte a sul do Estado, possuem características específicas que diferem uma das outras, mas no geral apresentam semelhanças no que se refere aos costumes, às tradições, ao respeito pelo sagrado e ao uso e ligação com a terra.

Boa parte delas continuam preservando esses princípios e mantendo suas tradições culturais, celebram a vida com suas danças e festas tradicionais, assim, reforçam o sentimento de pertencimento ao grupo e fortalecem sua identidade.

Selecionamos 07 comunidades quilombolas, para falar de suas manifestações culturais, realidade sócio econômicas e origens, a partir de publicações de autores que se dedicaram a pesquisar sobre estas comunidades.

Nessas publicações, há artigos, livros, dissertações e teses encontradas em bancos de dados das seguintes plataformas: Capes, Scielo, Repositórios Institucionais e no Google Acadêmico. São trabalhos de autores e autoras estiveram nas comunidades quilombolas pesquisando sobre: história e surgimento destas comunidades; modo de vida; suas manifestações culturais por meio de suas danças, cantos, artesanato, culinária; sincretismo religioso; realidade socioeconômica; relação com o território e conflitos pela posse e uso da terra.

O motivo da escolha das 07 dentre as 46 está no fato de serem comunidades que tive o privilégio de visitar a trabalho mais de uma vez, oportunidade que proporcionou conhecer suas histórias, modo de vida e suas manifestações culturais. Além disso, devido ao fato de ser um alto quantitativo e falar das 46 comunidades, poderia atrasar a finalização do trabalho.

4.3.1 Comunidade Quilombola Cocalinho

A comunidade quilombola Cocalinho está localizada no município de Santa fé do Araguaia, na região norte do Estado do Tocantins, fica a 11km da sede do referido município, recebeu o certificado de comunidade remanescente de quilombo em 2006 pela Fundação Cultural Palmares.

Em relação à origem da comunidade, de acordo com as publicações, o ponto central no processo de formação são os relatos da migração. Esta narrativa é evidente nas palavras de Pinheiro (2020).

É uma comunidade negra e rural, formada por descendentes de escravos. Teve sua origem por volta da década de sessenta com várias famílias migrando do Maranhão para o norte do antigo Goiás, onde com o passar dos tempos foram se constituindo em comunidade. (Pinheiro, 2020, p. 70).

Para o autor, a comunidade tem sua origem no processo de migração do Estado do Maranhão para o antigo norte goiano por descendentes de escravos. Outra narrativa sobre a origem da comunidade e sua relação com processo migratório é atestada pela autora Silva (2022, p.49)” (...) a comunidade surgiu a partir de processos migratórios por volta de 1960, quando um grupo familiar migrou do Maranhão (...)”. A autora complementa, ainda, afirmando que: “Assim surgiu a Comunidade Quilombola de Cocalinho, a partir da chegada de imigrantes maranhenses (Silva, 2022.p 50).

No que refere à atividade econômica desenvolvida na comunidade, o autor Pinheiro (2020) aponta que uma das principais atividades é a agricultura de subsistência, “ as principais produção da lavoura é o milho, arroz, mandioca e feijão. (...) no que se refere a criação de animais os principais são galinha e porco, que servem tanto para o consumo quanto para gerar uma renda extra, pois eles também vendem no comércio local”. (Pinheiro, 2020, p. 72).

Além da agricultura de subsistência, existe outra atividade praticada na comunidade, o extrativismo vegetal, que se trata da coleta do coco babaçu encontrado em abundância na região para a extração e produção de óleos.

Em relação às manifestações culturais desta comunidade, estão as festas, como por exemplo, o Dia da Consciência Negra em 20 de novembro e o 13 de maio que são os principais eventos realizados pela comunidade. Nesses eventos, várias tradições como a dança são praticadas pelos quilombolas, como a dança Lindô que é uma tradição na comunidade, dançada e celebrada pelos moradores durante os eventos festivos. A dança do Lindô “(...)trata-se de uma dança de roda, dançada em pares, onde a quantidade de participantes é definida de acordo com o espaço de realização da dança” (Sudré; Caldeira; Siores, 2021, p. 259).

As autoras Sousa e Andrade(2022) destacam que o Lindô

É constituído por uma dualidade com dança e canto, semelhante à dança de roda, mas com representação de pisadas e cantos que revelam traços da religiosidade, do cotidiano da vida rural, além da história de vida e da luta dos afro-brasileiros. (Sousa; Andrade,2022, p 96).

Ou seja, o Lindô é uma dança carregada de simbolismo para este povo, cujas músicas narram o cotidiano na comunidade e as lutas históricas dele.

Neste sentido, o Lindô é uma manifestação cultural expressiva da comunidade quilombola Cocalinho, a qual os moradores ativamente preservam, pois para além de estarem promovendo a valorização cultural de seus ancestrais, estão também fortalecendo a identidade do grupo.

Outra expressão que faz parte das manifestações culturais desta comunidade quilombola é a culinária. A comunidade ainda prepara pratos típicos, feitos , em sua maioria, pelas mãos dos mais velhos, que não são muito presentes no cotidiano da comunidade, apenas nos momentos religiosos ou festivos, como por exemplo o bolo de puba. Sobre isso, os autores Sudré, Caldeira e Siores (2021, p.10) relatam que “(...) um destes pratos típicos de Cocalinho é o bolo de puba assado na pedra, preparado apenas na Semana Santa”.

Importante destacar que, no ano de 2007, estivemos nesta comunidade em duas oportunidades a trabalho e em uma delas foi feito o bolo de puba. Não conseguimos acompanhar o preparo, apenas o provamos, mas nos foi relatado parte do preparo. Trata-se de um bolo que leva apenas ingredientes encontrados na própria comunidade, como a mandioca, as folhas de bananeira, entre outros.

O bolo de puba apresenta um processo de produção demorado e bastante complexo em termos de detalhes. Caracteriza uma comida com organização específica, onde aprender a preparar requer “mãos na massa” e não apenas observação. Até mesmo por isso, quem se coloca como aprendiz, aprende fazendo e não apenas olhando. Uma forma de transmissão que une oralidade e prática (Sudré, Caldeira; Siores, 2021, p.10)

Para as autoras, o bolo de puba do quilombo Cocalinho não segue uma lógica cartesiana de medidas padronizadas de ingredientes e tempo de preparo, mas é feito a partir da lógica e conhecimento herdados de seus ancestrais.

Essas manifestações culturais presentes na comunidade Quilombola Cocalinho, festividades religiosas, culinária, danças e os cantos são repassados de geração em geração e contribuem para o fortalecimento da cultura dela, levando a valorização e o reconhecimento de sua identidade cultural.

4.3.2 Comunidade Quilombola Morro de São João

A comunidade quilombola Morro de São João está localizada no município de Santa Rosa, região sudeste do Estado do Tocantins. Possui aproximadamente 113 habitantes, fica a 34 km da sede do município e recebeu a certificação como sendo comunidade Remanescente de Quilombo no ano de 2006, pela Fundação Cultural Palmares.

A Secretaria Estadual de Planejamento e Orçamento-SEPLAN(2016), por meio do Diagnóstico da Dinâmica Social e Econômica do estado do Tocantins, no tópico Populações Tradicionais, informa que a maior parte da atividade econômica nesta comunidade é a agricultura de subsistência, pois plantam milho, mandioca, feijão, arroz, abóbora, batata-doce e mandioca, praticam também pequenas criações de animais (bovinos, porcos, e galinha) na lógica da subsistência.

Ainda de acordo com esse diagnóstico, a comunidade apresenta a seguinte infraestrutura: energia elétrica, água encanada, escola de primeiro grau, pequeno comércio, quadra de esporte, igreja católica e o espaço da associação. As casas da comunidade são construídas com matéria-prima encontrada na própria comunidade. Como afirma Santos (2020, p. 14), “algumas das famílias que residem na comunidade ainda se abrigam em construções produzidas de forma artesanal com blocos de adobe e telhas de argila, formando um grande contraste com as casas construídas de blocos cerâmicos”.

Em relação à origem da comunidade, de acordo com as publicações, a sua origem está em torno de uma doação de terras de um padre a uma escrava, como afirma Santos (2020),

(...) o povoado existe há mais de 200 anos, e foi formado pelos descendentes do senhor Victor de Sena Ferreira, fruto do relacionamento entre a escrava Pelonha e o Padre Bernardino de Sena Ferreira, na época pároco da diocese de Goiás Velho, comarca de Natividade (Santos, 2020, p. 21).

Essa afirmativa de doação das terras da comunidade é ressaltada também pelos autores Souza e Chaveiro (2019) e trata-se de “(...) uma comunidade negra rural cuja formação remete a terras doadas por testamento a descendentes da relação entre um padre e uma escrava, no século XIX” (Souza; Chaveiro, 2019, p. 07).

Compartilham também da tese de que a comunidade em questão surgiu a partir de uma doação de terras envolvendo a igreja, conforme os autores Santos e Lira (2022) afirmam,

(...) a origem do território se entrelaça com a história da Família Sena Ferreira, constituída através da união de um Padre, Bernardino de Sena Ferreira, e sua escrava, Pelonha, gerando um filho, Victor de Sena Ferreira, negro, herdeiro de

engenhos e extensas glebas de terras, constituindo assim, o Quilombo Morro São João (Santos; Lira 2022, p, 29).

Desta forma, todos os relatos sobre a origem desta comunidade gira em torno dessa doação de terras por parte de um padre ao filho, fruto do seu relacionamento com uma negra escravizada.

As manifestações culturais presentes na comunidade Quilombola Morro de São João são carregadas de simbologias que caracterizam heranças africanas e são representadas pelas danças, capoeira e celebrações religiosas.

De acordo com os estudos de Santos (2020), na Comunidade Morro de São João, há três manifestações culturais religiosas que são as principais tradições do local,: São Sebastião comemorado em janeiro; os festejos de Santa Ana celebrado em julho e a celebração de Santas Almas Benditas celebrado em novembro acompanhada da tradicional dança dos Congos.

A celebração da festa das Santas Almas Benditas com o ritual dos Congos consiste em um evento grandioso e importante que acontece na comunidade. O ritual dos Congos é importante nesta celebração. Como afirma Santos (2020), esse ritual é realizado:

(...) através de danças e cantigas típicas das ancestralidades africanas, apresentadas no percurso da igreja ao “campo santo” (cemitério) do Quilombo, (...) com cânticos, louvor e respeito aos seus antepassados de descendência africana, que viveram há muitos anos no Quilombo. (SANTOS, 2020, p. 12).

Os rituais do Congo são celebrados em várias regiões do país e na Comunidade Quilombola Morro São João ocorre anualmente no Dia de Finados durante a festa das Santas Almas Benditas, como aponta Santos (2020):

Em virtude das diversas formas de tradições para esse ritual como um processo de manifestação religiosa, ele é constituído por um conjunto de pessoas, homens comuns, lavradores, funcionários públicos, comerciantes e pescadores que, na madrugada do dia 02 de novembro de cada ano, são personagens importantes na concretude do ritual. Destaca-se a presença das mulheres, que além de serem as cozinheiras, boleiras, costureiras, ornamentadas, rezadeiras, dançadoras de sussa e tambor, também são dançadoras de congo, (...) (Santos, 2020, p.77).

As manifestações culturais da Comunidade Quilombola Morro São João, assim como em outras comunidades, trazem a importância de um legado que é transferido de geração em geração e que resiste até os dias atuais. As manifestações são relevantes para os povos quilombolas, porque destacam a memória, a resistência e a identidade cultural de seus antepassados.

4.3.3 Comunidade Quilombola Lagoa da Pedra

A comunidade quilombola Lagoa da Pedra fica no município de Arraias, região Sudeste do Estado do Tocantins, a 34 km da sede do município. Foi a primeira do estado a ser reconhecida como Comunidade Remanescente de Quilombo no ano de 2004, pela Fundação Cultural Palmares.

As diversas vezes que estive na comunidade, presenciei falas dos mais velhos que a origem da comunidade está na doação de uma porção de terras férteis a um casal de ex-escravos, por seus senhores. A partir daí esse casal convidou parentes e famílias para morar no local, constituindo assim a comunidade. De acordo com Teske (2013, p. 49), “(...) a referida comunidade teve origem no início do século passado, quando Joaquim Evangelista Machado, um provável descendente de escravos, tomou posse de uma gleba de terra”.

A autora Nascimento (2017) afirma também que,

Em uma das versões contadas pelos moradores a comunidade se originou no início do século passado, quando um descendente de escravizados chamado Joaquim Evangelista Machado tomou posse de uma gleba de terra de 500 alqueires. (Nascimento, 2017, p. 46).

Neste sentido, a história em torno da origem desta comunidade se baseia em uma doação de terra a um casal de ex-escravos, versão encontrada em todas as publicações referentes a esta comunidade.

Com relação à atividade econômica desenvolvida nesta comunidade, os autores Vizolli, Santos e Machado (2012) afirmam que,

São cultivados uma série de produtos agrícolas (arroz, mandioca, feijão, milho, cana de açúcar, batata doce, melancia, abóbora e árvores frutíferas) e criam-se animais (equinos, suínos, bovinos e aves). Assim, grande parte da alimentação das pessoas é produzida pelas próprias famílias (Vizolli; Santos; Machado, 2012, p. 04).

De acordo com os autores, a sobrevivência da comunidade está na agricultura familiar, pois eles próprios produzem seus alimentos. Em relação à infraestrutura, a comunidade possui energia hidrelétrica, água encanada, escola e as casas são construções de alvenaria.

Essa comunidade existe há mais de (150 anos) e ainda guarda suas origens, crenças, hábitos e costumes herdados de seus ancestrais como: as cantigas de roda, a dança sussia, as folias e a roda de São Gonçalo.

No que diz respeito às manifestações culturais presentes na Comunidade Quilombola Lagoa da Pedra, os autores Vizolli, Santos e Machado(2012) afirmam que “(...) o

desenrolar do cotidiano na Comunidade Quilombola Lagoa da Pedra é repleto de saberes culturais, determinado pelo modo de ser e viver das pessoas, assim como das relações que estabelecem entre si e com o meio ambiente.” (Vizolli; Santos; Machado, 2012, p.591).

A Roda de São Gonçalo consiste em um evento repleto de simbologia. Na comunidade, é marcada por aspectos religiosos e sincréticos que representam a dinâmica de preservação das tradições locais. Teske (2008) relata que,

Na comunidade só ocorre a Roda de São Gonçalo por pagamento de alguma promessa, normalmente por duas razões: falta de chuva ou doença. Por outro lado, não é uma manifestação com data fixa, pois sempre irá ocorrer quando a pessoa que fez a promessa resolver pagá-la. (Teske 2008, p 08)

Para o autor, a roda de São Gonçalo é um evento raro que ocorre na comunidade, de cunho religioso, cuja organização gira em torno de pagamento de promessa, reforçando a devoção pelo santo São Gonçalo.

Essas manifestações culturais são fundamentais para a preservação e identificação da cultura da Comunidade Quilombola Lagoa da Pedra, são transmitidas de geração em geração e passam a pertencer ou a identificá-los. Essas tradições fazem parte do Patrimônio material e imaterial da Comunidade, sendo que alguns fazem parte apenas da memória dos seus moradores.

4.3.4 Comunidade Quilombola Mumbuca

A Comunidade Quilombola Mumbuca está localizada no município de Mateiros, região do Jalapão. Foi reconhecida e certificada em 2006 pela Fundação Cultural Palmares, é composta por 52 famílias, fica a uma distância de 35 km da sede do município de Mateiros e 360 km da capital Palmas.

Segundo informações do Relatório Antropológico do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a comunidade se formou há mais ou menos 250 anos atrás, sua origem está ligada à fuga de negros escravizados do sistema escravocrata, de senzalas no estado da Bahia (Brasil.INCRA, 2006, p. 06).

A autora Mota (2024) também compartilha essa ideia de fuga, pois a população da comunidade quilombola Mumbuca

“(…) pertence à uma linhagem de pessoas escravizadas fugidas, migrantes da Bahia, que entre o século XIX e XX chegaram à região em busca de melhores condições de vida, segundo relatos da tradição oral dos próprios quilombolas” (Mota, 2024, p. 2).

Segundo a autora, a origem dessa comunidade está ligada também a um processo migratório por um grupo de pessoas escravizadas do estado da Bahia, que estavam fugindo das crueldades do sistema escravista, em busca de melhores condições de vida.

Nesse mesmo sentido, os autores Sousa e Lima (2012) também afirmam que “o povoado foi formado basicamente por negros que deixaram a Bahia em busca de melhores condições de sobrevivência na primeira década do século XIX” (Sousa; Lima, 2012, p. 02). E, assim, nas publicações sobre a origem desta comunidade, os relatos são todos direcionados para um processo migratório, tendo a fuga como motivação.

No que se refere a atividades econômicas, Pereira (2012) aponta que “a Comunidade Mumbuca utiliza todo o seu território para desenvolver as atividades de produção de alimentos (agricultura, criação de animais e extrativismo) (Pereira, 2012, p. 124). Uma das alternativas do extrativismo praticado na comunidade está o artesanato, com destaque principal para a coleta de fios de Capim Dourado e da seda do Buriti. De acordo com Cavalcante (2018),

A história do artesanato com capim dourado da região é indissociável da Comunidade Mumbuca, tendo como engrenagem propulsora a Dona Miúda, à época matriarca da Comunidade e uma liderança política forte. Dona Miúda foi a grande responsável pela divulgação do capim dourado produzido na Comunidade, que, com a intensificação do turismo, viu nele a possibilidade de geração de renda. (Cavalcante, 2018, p. 54)

Desta forma o artesanato produzido nesta comunidade é uma arte que os mais velhos vem repassando para os mais novos, sendo produzida com matéria-prima encontrada na própria comunidade, o capim dourado. Através do trançado do capim dourado com a corda retirada do buriti, são feitos diversos objetos de decoração e também de utilização doméstica.

Além do artesanato com o capim dourado, a comunidade confecciona também a viola de buriti, um instrumento musical produzido com a tala do buriti pelos próprios moradores da comunidade. O autor Bonilla (2019), em sua tese, explica que “a Viola de Buriti é um instrumento de quatro ordens simples da mesma família das violas brasileiras e difere-se das demais violas pela construção de seu corpo principal feito a partir do talo das folhas da palmeira de buriti(...)” (Bonilla, 2019, p 90). Os autores Santos, Silva e Coelho (2019) também relatam como é a viola de buriti,

Uma experiência musical típica da Mumbuca é ouvir a “viola de vereda” ou “viola de buriti”, chamada assim porque é confeccionada a partir do talo do buritizeiro, uma palmeira abundante na região. Trata-se de mais um conhecimento repassado pela tradição. (Santos; Silva e Coelho 2019, P 368).

De acordo com os autores, esse instrumento musical, feito com material encontrado na própria comunidade, é uma arte que vem sendo transmitida de geração em geração.

O artesanato derivado do capim dourado com a seda de buriti e a viola de buriti são uma importante fonte de renda e de manutenção de práticas culturais na comunidade, pois "(...) é uma atividade comum tendo em vista que o povoado está inserido em um ambiente natural e o comportamento das famílias corresponde a uma prática tradicional onde a relação homem/natureza se faz de forma harmoniosa." (Pereira, 2012, p.162).

Os registros da história de vida da comunidade Mumbuca, constituída tanto com o artesanato do capim dourado, quanto com as violas de buriti, por muito tempo ficavam apenas na memória das pessoas mais velhas, as quais passavam para as mais novas, mas hoje a comunidade é alvo constante de exposição da mídia em programas de televisão e várias instituições educacionais com suas pesquisas acadêmicas. Essa visibilidade contribui para o fortalecimento das tradições culturais do povo da comunidade que acima de tudo luta e resiste para a afirmação de sua identidade cultural e de suas crenças.

4.3.5 Comunidade Quilombola Barra da Aroeira

A Comunidade Quilombola Barra da Aroeira está localizada no município de Santa Tereza do Tocantins, ela possui uma área total de 539,912 km², distante 86 km da capital Palmas. Foi certificada pela Fundação Cultural Palmares como remanescente quilombo no ano de 2006. Para Borges (2021), atualmente a Barra da Aroeira possui cerca de 170 famílias.

De acordo com as publicações, a história da origem dessa comunidade está ligada a uma circunstância histórica que ocorreu na guerra do Paraguai, no período de 1854 a 1870, como afirma Amaral (2017),

Os moradores da Barra de Aroeira carregam dentro de si a figura do herói fundador, aquele que lutou na guerra, que venceu e que conquistou a terra, ele é uma forte representação de força e identificação do grupo. [...] o que representa ter na história da comunidade uma figura que lutou na Guerra do Paraguai e venceu(...). (Amaral, 2017 p. 46).

Esse relato da origem desta comunidade, na visão do autor, é um fato histórico narrado por todos os moradores, os quais relacionam a existência da comunidade à guerra do Paraguai. Esta narrativa também pode ser encontrada nas afirmações da autora Borges (2021),

A Comunidade Quilombola Barra da Aroeira se constitui enquanto grupo étnico com identidade territorial que se originou em 1871, quando Dom Pedro II teria presenteado, com terras, um negro combatente na Guerra do Paraguai, Félix José Rodrigues, existindo, portanto, há 150 anos no mesmo território. (Borges, 2021 p. 53).

De acordo com a autora, esta comunidade é formada por várias famílias que partilham da mesma ancestralidade e sentimento de pertencer a um mesmo grupo, o qual teve como fundador um herói e ex-escravo, combatente da guerra do Paraguai.

No que se refere à atividade econômica, Nunes, Amaral e Alves (2021) destacam que,

Faz-se necessário situar a descrição da atividade econômica principal dessa localidade, que se pauta, sobretudo, na fabricação de farinha de mandioca e derivados. Como atividades econômicas secundárias é possível citar: criação de bovinos para corte; criação de bovinos para produção de leite; criação de suínos; criação de frangos para corte; serviços especializados para construção; comércio varejista de mercadorias em geral,(...) (Nunes; Amaral e Alves, 2021, p. 08).

Percebe-se pelo relato dos autores que esta comunidade é uma das poucas existentes no estado do Tocantins que possui uma atividade econômica diversificada: agricultura, pecuária, criação de pequenos animais e comércio.

Além destas atividades econômicas, na comunidade é praticado também o extrativismo. Como na Mumbuca, os moradores de Barra da Aroeira coletam o capim dourado para a confecção do artesanato (confeccionam bolsas, chapéus, colares, pulseiras, brincos, objetos de decoração e utensílios para casa).

O festejo religioso de São Domingos de Gusmão representa a manifestação cultural mais expressiva da comunidade. De acordo com Amaral (2017).

O principal ritual religioso é o Festejo de São Domingos de Gusmão, que acontece todos os anos, entre o final do mês de julho e começo do mês de agosto. Ele é marcado pelas rezas, pelo levante e derrubada do mastro e pelas festas, [...]. São nove dias de festa, que possui o caráter religioso, sagrado e também profano, com a comemoração se estendendo noite adentro com as festas dançantes (Amaral, 2017, p.75).

O festejo de São Domingos de Gusmão consiste numa grande e importante manifestação cultural religiosa na comunidade com novenas e ladainhas, em que atrai muitas pessoas para a comunidade e arredores

Além dos momentos religiosos que ocorrem neste festejo, sua abertura é marcada pela dança do lenço e pelo maculelê, danças tradicionais e próprias desta comunidade, presentes nas aberturas dos eventos festivos ou religiosos na comunidade,

A “Dança do Lenço”, uma apresentação artística cheia de simbolismo que homenageia os ancestrais que formaram os primeiros habitantes da região, é composta por nove membros, três bandeiras e roupas com as cores que representam a comunidade (Amaral, 2017, p. 81).

Essas danças, do lenço e o maculelê, são manifestações culturais da comunidade, apresentadas tanto na comunidade quanto em eventos fora dela, como mostra Amaral (2017), “(...) uma vez que a comunidade é convidada a participar de eventos fora e assim levar suas danças tradicionais, como a dança do lenço e o maculelê, conferindo visibilidade e atraindo maior apoio às suas lutas” (Amaral, 2017, p.121).

Neste sentido, essas manifestações de cunho religioso ou não representam o fortalecimento da tradição cultural e identificação dos moradores desta comunidade, além de reforçar as suas ancestralidades negras.

4.3.6 Comunidade Quilombola Ilha de São Vicente

A Comunidade Remanescente de Quilombo Ilha de São Vicente está localizada na região conhecida como do Bico do Papagaio, no extremo norte do estado do Tocantins, situada na própria Ilha de nome de São Vicente, na margem direita no rio Araguaia, no município de Araguatins. Esta comunidade é composta por 48 famílias.

A história de surgimento da comunidade remonta ao período de escravidão e pós-escravidão, contada pelos moradores e repassada de geração em geração. Conforme afirma o autor Souza(2018),

A Comunidade Quilombola da Ilha de São Vicente tem suas origens na história do município da qual faz parte, Araguatins-TO, eles descendem de escravos trazidos por Vicente Bernardino, fundador da cidade no ano de 1868, que recebeu os negros como pagamento por uma dívida em Carolina-Maranhão, um total de 8 escravos, sendo duas famílias com dois filhos cada uma. Vinte anos mais tarde após a abolição, eles foram libertos e fixaram moradia numa ilha em frente a cidade de Araguatins. (Souza, 2018, p 01)

Para o autor, a história da comunidade tem sua origem no surgimento do próprio município, onde um grupo de escravos foi levado para essa região e, tempos depois, se fixaram na ilha que leva o nome de São Vicente. Essa declaração do surgimento desta comunidade é ressaltada também pelos autores Almeida e Laroque(2019),

(...)os primeiros habitantes da localidade eram escravizados, dois casais vindos de Carolina do Maranhão, em 1869. Na época, os quatro escravos referidos, pertenciam a Vicente Bernardino e permaneceram nessa condição até a abolição; o que significa

que não se formou a partir da fuga, mas da libertação dos escravos, em 1888. (Almeida; Laroque, 2019, p. 11).

Compartilham também desta tese de que o surgimento da comunidade em questão está relacionado ao período de escravidão e pós-escravidão. A autora Lopes (2020) declara,

(...) então, em meados do século XIX, fazia parte do cotidiano comercializar pessoas escravizadas que, para muitos, não eram considerados pessoas e com esta concepção de mercadoria, que os antepassados do seu Salvador foram negociados, servindo de bens/produtos e levados a São Vicente do Araguaia, em 1869, para saldar uma dívida(...) a dívida foi paga com oito escravos no total, sendo quatro adultos (dois casais) e quatro crianças (Lopes, 2020, p 67)

Segundo a autora, a ocupação do território, hoje pertencente à comunidade Ilha de São Vicente, teve seus primeiros habitantes negros e negras escravizados. A autora compartilha ainda que “depois da assinatura da Lei Áurea, em 1888, a Ilha de São Vicente foi doada pela família de Vicente Bernardino aos seus ex-escravizados para morarem e produzirem seu sustento” (Lopes, 2020, p. 69).

A comunidade foi reconhecida e certificada pela Fundação Cultural Palmares como Remanescente de Quilombo no ano de 2010. Desde então, assim como outras comunidades quilombolas, vem lutando pelos seus direitos à titulação de suas terras. Como explicam as autoras Cruz e Torres(2023)

(...)entretanto, as ameaças de expropriação não cessaram e, somente em maio de 2020, a Justiça Federal determinou ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a publicação da portaria de demarcação do território remanescente quilombola. (Cruz; Torres 2023, p 15).

Segundo as autoras, a comunidade, assim como outras no estado, passou, ou vem passando por momentos de conflitos pelo direito e posse de seus territórios. Por isso a importância e urgência do processo de titulação deles.

Na comunidade, parte das pessoas tem o catolicismo como religião predominante, e a outra parte tem o protestantismo e frequentam a Igreja Assembleia de Deus. Com relação ao catolicismo, realizam festejos e cultuam alguns santos. Como relata Lopes (2020), “os santos homenageados nos festejos são: São José (19 de março), Nossa Senhora do Rosário (2º domingo de outubro) e São Lázaro (17 de dezembro)”(Lopes, 2020, p. 97).

Além dos momentos religiosos que acontecem nestes festejos, também há o momento das refeições, “durante o período que ocorre as celebrações são servidos refeições e lanches”(Lopes, 2020, p. 97).

De acordo com as publicações sobre esta comunidade, parte de suas manifestações culturais não foi preservada, e hoje estão apenas na memória dos mais velhos. Uma delas é a dança Sussa, que estão reintroduzindo na comunidade,

Na tentativa de retomar a dança da sussa na Comunidade, no dia 30 de abril de 2017, foi realizada uma roda de sussa, que aconteceu no barracão da Associação, com a presença do grupo de sussa de Araguatins do senhor Miguel Maria (Lopes, 2020, p. 97).

Segundo a autora, na busca de uma ressignificação de suas manifestações, a comunidade quilombola Ilha de São Vicente ainda guarda parte de cultura gravada na memória, principalmente dos mais velhos. São memórias pautadas nos saberes e fazeres partilhados de geração em geração por meio de significados simbólicos. Assim os moradores vão relembando e reintroduzindo elementos que constituem a cultura e também a identidade do ser quilombola.

4.3.7 Comunidade Quilombola Dona Juscelina

A Comunidade Quilombola Dona Juscelina está localizada na região norte do Tocantins no município de Muricilândia, dentro do perímetro urbano deste município, se configurando como uma comunidade quilombola urbana. De acordo com Santos (2018), a comunidade é composta por 236 (duzentas e trinta e seis) famílias. Recebeu o certificado de reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombo pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2010, tendo o processo de regularização de suas terras originais ainda em andamento pelo INCRA.

A origem desta comunidade está ligada ao processo de migração por um grupo de negros e negras para essa região, onde hoje encontra-se o município de Muricilândia. Segundo afirma a autora Santos (2018, p.64), "foi em 1952 que em Muricilândia chegaram os primeiros habitantes, se designando como romeiros e retirantes nordestinos, através de um processo de ajuntamento de pessoas dirigiram-se em rumo desconhecido".

Para a autora, esse processo migratório foi movido por um ideal: encontrar terras inexploradas e devolutas, onde o grupo pudesse se estabelecer. Outro autor que também compartilha essa tese de formação da comunidade, a partir de um processo migratório, é o autor Borges(2018):

Conforme o relato dos moradores mais antigos de Muricilândia, a cultura quilombola em Muricilândia, surge com a fundação da cidade em 1952, quando um

grupo de oito retirantes nordestinos em sua maioria negros, (...) partem da região de Araguaína abrindo caminhos na direção deste futuro município (Borges, 2018, p. 04).

Nas falas dos autores Santos (2018) e Borges (2018), percebe-se que a origem desta comunidade está ligada a um processo migratório que ocorreu na região na década de 1950, por um grupo de pessoas negras que tiveram como objetivo se fixarem no território onde hoje é o município de Muricilândia.

O nome “Dona Jucelina” foi uma homenagem à matriarca da comunidade, a senhora Jucelina, respeitada e admirada por todos, pela sua força, determinação e religiosidade. O autor Pereira Neto (2021) define essa matriarca como “(...)uma mulher guerreira, que luta na batalha de todos e todas, buscando sempre manter ou aperfeiçoar os aspectos culturais herdados e (re)produzidos ao longo dos seus noventa anos de idade” (Pereira Neto, 2021, p. 62).

Uma das principais fontes de renda na comunidade está na agricultura de subsistência com plantações de roças para produção de alimentos. Os moradores praticam também a atividade extrativista, através da coleta do coco-babaçu para a produção de artesanatos.

De acordo com Santos (2018), em relação às manifestações culturais desta comunidade, são percebidas várias tradições valorizadas e respeitadas pelos seus moradores, como as rezas, danças, ladainhas, cantos, festejos religiosos (Festa de Santo Reis ou Reisada, Festa do Divino Pai Eterno, Festa 13 de Maio, ou Festejo da Abolição ou Festa do Rebolado). Para a autora Santos(2021), a manifestação cultural

(...) possui fortes laços com o catolicismo popular sincretizado nas religiões afro-brasileiras presente nas manifestações religiosas, dentre estas estão as penitências, festa de Santos Reis, do Divino Pai Eterno, Divino Espírito Santo e outras divindades católicas. (...) outro laço cultural forte na comunidade é o Festejo da Abolição da Escravatura (neste evento acontece o seminário, a alvorada, o teatro e o cortejo pelas ruas da cidade), realizado todos os anos no dia 13 de maio desde 1968. O Festejo é um importante marco cultural do quilombo(...) (Santos, 2021, p.16).

Percebe-se que esta comunidade vem ao longo dos tempos preservando e valorizando sua cultura e seu modo de vida, mesmo situada no perímetro urbano da cidade. Como Borges (2018, p. 05)) afirma, “vale ressaltar, que apesar de estar localizada dentro do perímetro urbano de Muricilândia, apresenta fortes traços culturais afrodescendentes característicos que remontam a vida rural”.

Dentre os festejos mencionados pela autora Santos (2021), destacamos o festejo da Abolição, comemorado no dia 13 de maio, é considerado um dos principais eventos da

comunidade, pois é carregado de momentos repletos de um simbolismo cultural herdado de seus ancestrais. Essa festa, além dos significados que carrega, relembra a escravidão e a liberdade de seus povos e também “(...) gera um efeito de amálgama entre seus membros, em volta da Festa há danças e músicas tradicionais e contemporâneas, artesanatos, comidas típicas, encenação teatral e a transferência de saberes e fazeres” (Santos, 2018, p.109).

Por meio desta festa, os moradores de Dona Juscelina identificam-se como tal e reconhecem a memória de seus antepassados. Nela acontecem apresentações teatrais e danças típicas da comunidade. Os autores Tupinambá e Souza (2021) apontam que,

(...) o Teatro da Abolição é um ponto ápice, quando ocorre a encenação do sofrimento e maus tratos aos negros, seguido do anúncio da Lei Áurea pela princesa Isabel. Com o anúncio do fim da escravidão se iniciam várias manifestações culturais que simbolizam a comemoração por esse marco histórico dos ancestrais desta comunidade. (...) Em seguida ocorre o Lindô, uma dança que segundo os mais velhos originou-se dos escravos após a abolição, realizada como uma dança de roda com canções em forma de versos, em que todos os pares estão de branco. Durante a dança ocorre a troca de pares, por meio de um balancê. (Tupinambá; Souza 2021, p14)

As autoras descrevem com detalhes como são os momentos festivos na comunidade, ficando demonstrado que as tradições culturais desta comunidade estão expressas no cotidiano e na memória de seus moradores e vêm sendo transmitidas às gerações mais novas.

Na comunidade, existe um conselho responsável por manter e transmitir aos mais jovens a cultura e os saberes da comunidade. Nas palavras de Santos (2021),

(...) o Conselho de Griôs composto por sete anciãos quilombolas, responsáveis por preservar e transmitir os seus saberes e fazeres tradicionais (...) pela preservação e manutenção das tradições herdadas dos seus ancestrais para que a comunidade não perca o vínculo com o passado e não deixe enfraquecer suas manifestações. (Santos 2021, p 09)

Percebe-se que os mestres griôs, como são chamados, têm um papel importante e significativo para todos, assim como a matriarca. “Portanto, a identidade na comunidade Dona Juscelina teve como atores fundamentais os Mestres Griôs e Dona Juscelina, por serem exemplos de guardiões da memória, respeitados por todos na comunidade” (Tupinambá; Souza, 2021, p. 10).

Desta forma essas manifestações culturais praticadas na comunidade Dona Jucelina contribuem para o fortalecimento das relações identitárias de seus moradores, além de possibilitar a reprodução do que aprenderam para as gerações futuras e fomentam a criação de outras formas, outras ressignificações de saberes.

As discussões que foram concebidas ao longo desta seção trataram a respeito de: 1) a origem do processo de formação dos quilombos de norte a sul do Brasil. 2) a questão do que vem a ser cultura sob a luz da compreensão de que, ela decorre dos valores e significados adquiridos pelos grupos sociais. 3) as manifestações culturais pautadas na ancestralidade africana, que a maioria dos povos quilombolas criaram e preservaram nestes territórios, marcadas pela religiosidade, pelas danças, pelos contos, pela culinária e pelo artesanato, com destaque para as comunidades quilombolas do Tocantins.

Toda essa discussão objetivou demonstrar, de forma resumida, a riqueza dos aspectos culturais dos povos quilombolas e os elementos que compõem a identidade, memória, história, modo de viver e a cultura presentes nestas comunidades quilombolas.

Na próxima seção, abordaremos sobre o currículo e suas perspectivas: a modalidade integrado e a Educação Profissional e Tecnológica-EPT; o decolonial e o intercultural.

5 PARA QUEM QUER SABER, O QUE É CURRÍCULO?

Nesta seção, direcionamos nosso olhar para as discussões a respeito de currículo e suas influências nas práticas pedagógicas, com destaque especial para as seguintes modalidades de currículo: o currículo integrado na perspectiva da EPT; o currículo na perspectiva decolonial; o currículo intercultural. Nesse sentido, buscamos pensar na construção de um currículo capaz de mobilizar práticas educativas com uma visão crítica e emancipadora, tendo como horizonte o olhar para a cultura, história e saberes das minorias.

A definição de currículo é complexa e não é possível defini-lo de forma clara, pois, existem diversos currículos e, dessa forma, diferentes concepções e entendimentos.

De acordo com Sacristán (2013, p.16), o conceito de currículo “(...) deriva da palavra latina *curriculum* (cujra raiz é a mesma de *cursus* e *currere*)”. Isso teve início ainda na Roma Antiga quando se falava do *cursus honorum*, ou seja, a sombra das “honras”, em que a pessoa, ao realizar diversos cargos eletivos e judiciais, utilizava o termo para designar a sua trajetória.

No Brasil esse termo é pensado como percurso no decorrer das várias fases da vida de uma pessoa, ou seja, o currículo, “(...) também tem o sentido de constituir a carreira do estudante, os conteúdos deste percurso, sobretudo sua organização, aquilo que o aluno deverá aprender e superar(...)” (Sacristán, 2013, p. 16). Segundo o autor, o currículo possui também a caracterização relacionada ao processo de escolarização do aluno, contendo os elementos que vai aprender ao longo de sua trajetória estudantil. Para Libâneo, Oliveira; Toschi (2012), na educação escolar,

(...)há muitas definições de currículo: conjunto de disciplinas, resultados de aprendizagem pretendidos, experiências que devem ser proporcionadas aos estudantes, princípios orientadores da prática, seleção e organização da cultura. (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2012, p.489)

Essas definições dão uma ideia geral de que o currículo escolar pode compreender toda a formação dos/as estudantes e tudo que é ensinado a eles.

Assim, o currículo escolar é entendido como toda a organização das vivências e experiências que a escola nos proporciona. Essas experiências chegam aos alunos em forma de conteúdos, nos quais são abordadas diferentes temáticas dentro das áreas de conhecimentos e linhas de pensamentos. Dessa forma, o conceito de currículo escolar abrange as experiências e vivências que a escola deseja passar ao estudante em forma de conteúdo (Sacristán, 2013).

Para Libâneo; Oliveira; Toschi (2012), nas instituições escolares, existem diferentes manifestações de currículo: o currículo formal ou oficial; o currículo real e o currículo oculto. Primeiramente, o currículo formal ou oficial é o prescrito estabelecido pelos sistemas de

ensino, explícito nas legislações e diretrizes educacionais e curriculares, em que se espera que os docentes o adaptem à realidade dos educandos para garantir a aprendizagem.

Já o currículo real é o currículo da ação, ou seja, é aquele que realmente ocorre dentro da sala de aula, em consequência de planejamentos e dos planos de ensino docente. Por último, o currículo oculto é o que está implícito, diz respeito às manifestações que atingem o trabalho docente e a aprendizagem dos/as estudantes derivados de valores e das vivências culturais advindas dos meios sociais partilhados na escola. Ele não é prescrito e não está expresso nos documentos formais e nos planejamentos, mas nele existem sentidos e aprendizagens.

A diferenciação entre essas manifestações de currículo importam para entendermos que tudo que alunos e alunas aprendem ou não dentro da escola, não depende somente do que é ensinado nas disciplinas ou o que vem prescrito nas matrizes curriculares, pois é necessário compreender que existem diversos fatores que contribuem para a aprendizagem dos educandos (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2012). Contudo, existe um currículo formal e prescrito nas instituições escolares que muitas vezes nega as especificidades dos/as estudantes e que impõe o que o professor/a vai trabalhar em sala de aula, ou seja, prescrito como já vem nos livros didáticos.

Considerando o currículo na perspectiva de “*currere*”, Pinar (2016) enfatiza que esses currículos pensados apenas na perspectiva prescritiva e performativa, centrados somente no planejamento e na avaliação por exemplo, desconsideram a variedade e as características próprias e culturais que tem cada estudante, e o meio onde ele está inserido e, dessa forma, não consideram portanto as particularidades e especificidades destes. O currículo deve ser pensado a partir da perspectiva dialógica em que o sujeito também tenha participação nele, e contribua com suas histórias, saberes, experiências e conhecimentos. Segundo Sacristán (2013),

O currículo determina que conteúdos serão abordados e, ao estabelecer níveis e tipos de exigências para os graus sucessivos, ordena o tempo escolar, proporcionando os elementos daquilo que entenderemos como *desenvolvimento* escolar e daquilo em que consiste o progresso dos sujeitos durante a escolaridade. Ao associar conteúdo, graus e idades dos estudantes, o currículo também se torna um regulador das pessoas (Sacristán, 2013, p.18).

Essa ação reguladora faz com que o currículo seja um meio de estruturação da escolarização e das práticas de ensino, devido à função que ele possui de estabelecer regras e normas que são cruciais. Isso é notado por meio dos costumes e do uso do currículo nas instituições escolares desde o seu funcionamento até a aprendizagem dos estudantes. Assim, o

currículo possui uma relevância indispensável nas instituições escolares e em todo o processo de aprendizagem, pois:

(...) ele é a expressão do projeto cultural e educacional que as instituições de educação dizem que irão desenvolver com os alunos (e para eles) aquilo que consideram adequado. Por meio desse projeto institucional, são expressadas forças, interesses ou valores e preferências da sociedade, de determinados setores sociais, das famílias, dos grupos políticos, etc. Esse projeto idealizado não costuma coincidir com a realidade que nos é dada (Sacristán, 2013, p.23-24).

Nessa perspectiva, entende-se que o currículo é sempre encarnado numa certa cultura e numa determinada sociedade. Isso faz com que a idealização do projeto institucional do currículo escolar não contemple na íntegra o contexto social, cultural, econômico e político em que vivem todos os sujeitos, pois cada um é diferente e tem sua história, sofre influências culturais, ideias, emoções diversas que também são constituídas por outras pessoas em seu meio.

De acordo com Apple (2008), o currículo se encontra no campo extremamente político e envolve relações de poder, é visto como um território de disputas culturais, sociais, o que implica travamento de conflitos entre diferentes grupos na sociedade, influenciando no processo de construção de identidades.

Nessa direção, Santomé (2011) entende que toda a intervenção curricular tem por objetivo formar os/as estudantes para serem críticos e democráticos na sociedade. Para isso, é necessário:

“(...) que a seleção dos conteúdos do currículo, os recursos e as experiências cotidianas de ensino e aprendizagem que caracterizam a vida nas salas de aula, as formas de avaliação e os modelos organizativos promovam a construção dos conhecimentos, destrezas, atitudes, normas e valores necessários para ser bom/boa cidadão/ã” (Santomé, 2011, p.155).

Para Santomé (2011), existe uma tradição nas instituições escolares que dificulta essa formação de estudantes críticos e democráticos, haja vista que o ensino é resultado de modelos que exigem somente a formulação de objetivos e metodologias desconsiderando os conteúdos culturais.

Isso contribui para que os conteúdos que, de fato, são necessários, relevantes e deveriam estar no currículo sejam negligenciados. Um exemplo são os livros didáticos, cujos conteúdos selecionados são apresentados como únicos possíveis e pensáveis, desta forma os docentes ficam limitados e encontram dificuldades em pensar outros caminhos metodológicos e conteúdos diferenciados dos tradicionais a serem agregados ao trabalho. Consequentemente, isso leva ao ocultamento das diversas vozes negadas e silenciadas.

Santomé (2011), ao falar dessas vozes negadas e silenciadas nos currículos escolares, afirma que,

Quando se analisam de maneira atenta os conteúdos que são desenvolvidos de forma explícita na maioria das instituições escolares e aquilo que é enfatizado nas propostas curriculares, chama fortemente a atenção a arrasadora presença das culturas que podemos chamar de hegemônicas. As culturas ou vozes dos grupos sociais minoritários e/ou marginalizados que não dispõem de estruturas importantes de poder costumam ser silenciadas, quando não estereotipadas e deformadas, para anular suas possibilidades de reação. (Santomé, 2011, p.157).

A educação, especialmente as instituições de ensino, têm papel essencial na disseminação de conhecimentos referentes aos diversos grupos e classes sociais, pois os conteúdos culturais relevantes para estes grupos devem ser vistos nas disciplinas em sala de aula, como parte de estudo também fora das disciplinas com temáticas interdisciplinares, pois “o ensino e a aprendizagem que ocorrem nas salas de aula representam uma das maneiras de construir significados, reforçar e confirmar interesse sociais, formas de poder, de experiência, que têm sempre um significado cultural e político” (Santomé, 2011, p.161).

A forma como docentes e gestores tratam as temáticas relativas a grupos minoritários em sala de aula também pode contribuir para a negação das vozes de grupos sociais marginalizados como negros/as, homossexuais, quilombolas e outros grupos. Neste sentido, ao abordar esses temas eventualmente pode desenvolver planos e orientações em um currículo que Santomé (2011) chama de *currículos turísticos*, pois muito esporadicamente docentes tentam estudar a diversidade cultural.

Nessa perspectiva, o estudo das vozes negadas e silenciadas passa a ser trabalhado por meio de discriminações, distanciamentos e, muitas vezes, são apresentados de forma estereotipada. Como afirma Santomé (2011):

Essas modalidades de *currículo turístico* reproduzem a marginalização e negam a existência de outras culturas. Hoje são numerosas as pessoas que deixaram de ver as instituições com lugares para compensar a desigualdade, que perdem sua confiança nas possibilidades da educação como instrumento de democratização. As mulheres, as minorias étnicas, os grupos de lésbicas e gays, a juventude, denunciam constantemente como sua realidade continua sendo negada e/ou desvirtuada. Portanto, é preciso construir de maneira coletiva, com a participação de toda a comunidade educacional e, claro, dos grupos sociais mais desfavorecidos e marginalizados uma *pedagogia crítica e libertadora* (Santomé, 2011, p.170).

Isso leva a entender a relevância da Educação e das instituições escolares como espaço de resistências e enfrentamentos diante das práticas que negam essas vozes e que geram desigualdade e marginalização. A busca por uma pedagogia contra hegemônica e libertadora contribui para esse enfrentamento e para a formação de espaços políticos, onde a

críticidade é desenvolvida nos educandos para que possam construir o diálogo e as lutas necessárias. Nessa perspectiva, Santomé (2011) aborda alguns caminhos possíveis para essa construção:

É preciso que todo o professorado participe da criação de modelos de educação alternativos. Uma das maneiras de começar pode ser através da construção de materiais curriculares capazes de contribuir para um questionamento das injustiças atuais e das relações sociais de desigualdade e submissão (por exemplo, sexismo, racismo, classismo, etc.). Os conteúdos antirracistas, antissexistas, antibelicistas, ecológicos, etc. devem estar presentes em todas as disciplinas. Não podem ficar reduzidos a temas mais ou menos esporádicos, quando não marginais, a objeto de dias especiais, nem a matérias independentes. (Santomé, 2011, p.170).

Desse modo, a participação efetiva e coletiva de docentes e instituições escolares na construção de currículos diversificados que não sejam turísticos é capaz de ajudar nas indagações e posicionamentos críticos diante das injustiças e das desigualdades que grupos sociais minoritários e/ou marginalizados enfrentam. Daí a importância em compreendermos o que é currículo e suas implicações para a formação dos estudantes e, sobretudo, para o modelo de sociedade que se deseja.

5.1 O currículo Integrado e a Educação Profissional e Tecnológica-EPT

No campo da educação, o termo integrado é uma construção que tenta superar as limitações no campo do conhecimento fragmentado que norteiam as práticas escolares. Segundo a autora Ramos (2014, p.84), o termo integrado “(...) expressa uma concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos”. Dessa forma, o integrado é uma proposição pedagógica pautada na formação inteira que não condiz com a fragmentação do conhecimento, promovendo o direito de todos ao acesso a um processo formativo que promova o desenvolvimento de suas faculdades físicas, mentais e intelectuais.

Já em relação ao campo do currículo, “o conceito de currículo integrado emerge do interior da tradição do pensamento crítico e marxiano que tematiza a educação a partir de suas interfaces com o mundo do trabalho” (Lottermann; Silva, 2016, p. 17). Nesse sentido, o currículo integrado é ancorado na perspectiva educacional crítica, objetivando inverter a lógica capitalista e utilizar conhecimentos construídos ao longo da história, relacionando-os às condições de produção da existência humana, considerando que, “(...) em outros termos,

significa que a emancipação humana se faz na totalidade das relações sociais onde a vida é produzida”. (Ciavatta, 2005, p. 85).

Nesta perspectiva, essa modalidade de currículo considera a historicidade e a realidade do educando no processo formativo, ou seja, articula ciência e trabalho ao conhecimento produzido ao longo do processo evolutivo do sujeito. A autora Ramos (2011) afirma que “o currículo integrado elaborado sobre essas bases não hierarquiza os conhecimentos nem os respectivos campos das ciências, mas problematiza em suas historicidades, relações e contradições.” (Ramos, 2011, p. 776),

O currículo integrado vem na contramão de um currículo fragmentado, que divide em partes o conhecimento, levando os alunos a não interagir com os contextos do problema, constituindo em desafios para sua aprendizagem. A perspectiva de integração aqui traz a ideia de um currículo que integra conhecimentos, ideias, projetos, pessoas e instituições. Os autores Frigotto, Ramos; Ciavatta (2005) afirmam que:

O currículo integrado que aqui defendemos afirma a educação como meio pelo qual as pessoas se realizam como sujeitos históricos que produzem sua existência pelo enfrentamento consciente da realidade dada, produzindo valores de uso, conhecimentos e cultura por sua ação criativa. (Frigotto, Ramos; Ciavatta, 2005, p. 124)

Para os autores, o currículo integrado é uma oportunidade valiosa para que, de fato, se alcance uma educação plena, sem divisões e hierarquizações, pois torna possível explorar todo o potencial da prática educativa em todas as suas dimensões,

Afirmar o currículo integrado como proposta de uma educação transformadora, significa um posicionamento político que tem, em sua essência, o propósito de compreender e explicar a realidade a partir dos seus condicionamentos históricos. (Lottermann; Silva 2016, p 17).

Os autores ressaltam a importância de uma proposta pedagógica pautada no currículo integrado que leve em consideração, na aprendizagem, a realidade sociohistórica dos sujeitos. Esse currículo colabora na superação da visão utilitarista do ensino fragmentado e fomenta o desenvolvimento das capacidades de pensar, sentir e agir dos estudantes. Nesse sentido, os autores Alves e Melo (2021) destacam que,

Assim o currículo integrado não engloba apenas fragmentos da realidade humana, especialmente acerca do trabalho em seu sentido histórico, mas também ciência, tecnologia e cultura, garantindo aos trabalhadores o acesso a uma compreensão global do saber. (Alves; Melo 2021, p 135).

A integração, neste aspecto, norteia a harmonia que deve existir entre as disciplinas e a abordagem dos conhecimentos, principalmente de cunho histórico, social tecnológico e cultural, nas instituições educacionais. Para o Ministério de Educação e Cultura-MEC (2018),

A Educação Profissional e Tecnológica-EPT, é uma modalidade de educação prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, com a finalidade precípua de preparar para o exercício de profissões, contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade. (Brasil, 2018)

De acordo com o MEC (2018), esta modalidade educacional não prepara o sujeito apenas para atuar no mercado de trabalho. Afinal, a inserção do cidadão no mundo do trabalho vai além da lógica capitalista e neoliberal que rege o mercado do trabalho, portanto a EPT prepara o sujeito também para a vida em sociedade.

Aqui no Brasil, essa modalidade educacional integra-se à Educação Básica, por meio do Ensino Médio, e à Educação Superior, promovendo o desenvolvimento de jovens e trabalhadores, preparando-os para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, mas não um trabalho pautado na lógica da exploração.

Esse princípio está intimamente relacionado ao trabalho como princípio educativo, o qual ao ser assumido em uma educação integrada contribui para a formação de sujeitos autônomos que possam compreender-se no mundo e dessa forma, nele atuar, por meio do trabalho. (Ramos, 2014, p. 85).

Nesta perspectiva a interação entre trabalho e educação não pode ser desvinculada, haja vista que o trabalho exerce um caráter formativo e a educação, uma ação humanizadora, pois desenvolve todas as potencialidades humanas. “[...] formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais, subjacentes a todos os fenômenos” (Ciavatta, 2005, p. 85).

Ou seja, uma formação que não diz respeito apenas à aprendizagem de conteúdo específico, de cunho tecnicista, mas à possibilidade de proporcionar ao jovem e ao trabalhador a oportunidade de estar construindo uma formação com consciência mais crítica.

E assim, nesta perspectiva, o aluno ao mesmo tempo em que se forma como profissional, está também se formando como ser humano crítico e participativo, contribuindo para a construção de uma educação mais igualitária.

Neste sentido, o currículo integrado na EPT visa legitimar uma proposta educacional que valoriza o conhecimento como um todo, e não dividido, pela metade. Com a integração entre trabalho, ciência e cultura, é um currículo que tem, ou deveria ter, um olhar voltado para as lutas sociais, em especial no campo da cultura, uma vez que estão aumentando as manifestações com caráter de: gênero, religioso e étnico, por parte das minorias excluídas e

marginalizadas do sistema educacional brasileiro, que lutam por propostas pedagógicas pautadas na lógica da interculturalidade.

Diante do exposto, apontamos o significado de currículo e de suas variações: decolonial, intercultural e integrado na EPT. Algumas inquietações chamam a atenção em relação ao currículo do Ensino Médio do Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Tocantins-Campus Palmas. Esse currículo realmente integra outras culturas e outros povos em suas práticas pedagógicas? Quais as consequências da utilização de um currículo monocultural na proposta da Educação Profissional e Tecnológica? Ao se perceber um possível silenciamento de saberes e de culturas dos povos quilombolas em seu currículo, o Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Tocantins-Campus Palmas não estaria reforçando as desigualdades sociais e culturais presentes no Estado?

Como exposto anteriormente, no Estado do Tocantins, existem 46 comunidades quilombolas reconhecidas e certificadas, mas para além do reconhecimento desses povos e de sua cultura, o que é trabalhado no Instituto Federal do Tocantins/ Campus Palmas a respeito dessas comunidades quilombolas desse estado? Será que essas histórias e cultura estão representadas nos currículos desta instituição?

A seguir abordaremos o currículo na perspectiva decolonial, em que trata dos impactos da colonialidade, bem como do pensamento moderno e do capitalismo na construção dos saberes, culturas e valores atuais. Discutiremos ainda a influência desses elementos nos currículos escolares que prezam pela visão eurocêntrica, negando a existência de diferentes culturas, histórias e saberes.

5.2 O currículo na perspectiva decolonial

Para que possamos compreender o currículo na perspectiva decolonial, faz-se necessário adentrarmos em uma parte específica da história do Brasil, que está ligada à colonização, ou seja, ao período em que o país era colônia de Portugal.

Para Quijano (2005), existe uma estrutura de poder concentrada no eurocentrismo por meio das relações de exploração nas Américas. Devido aos eventos iniciados por volta do século XV no Brasil, período caracterizado pela modernidade, desencadeou-se a ideia de que as diversas nações dominantes, em especial a europeia, eram vistas e classificadas como sendo perfeitas e modernas, por meio de suas distinções raciais, que incluíam culturas e saberes.

Desse modo, a cultura europeia foi percebida como a principal cultura a ser seguida e idealizada, principalmente nas colônias e, conseqüentemente, as outras culturas importantes como cigana, indígena, africana, e outras, foram excluídas e/ou estereotipadas na sociedade.

De acordo com Quijano (2005), esse período da história, especificamente, impôs, por meio da violência física e simbólica, os padrões políticos, sociais e culturais europeus, centrados na expansão do capitalismo que foi erguido nessas condições, e se mantém nessa perspectiva até hoje. Para Quijano (2005), o eurocentrismo tem seus pilares baseados principalmente no capitalismo, na ideia de modernidade europeia ocidental e na concepção eurocentrada das relações sociais marcadas por diferentes maneiras de domínio e exploração.

Assim, essa estrutura além de marcar o princípio da modernidade, com ênfase no pensamento eurocêntrico que tornou o continente europeu modelo de desenvolvimento e civilização, também gerou o resultado de um elemento de poder amparado pelo capitalismo, desencadeando diferentes contornos de desigualdade e inferioridade que ainda prevalecem e são notados nos dias de hoje.

Segundo Tonial; Maheirie; Garcia Jr (2017, 2017, p.19), ao tratarem da colonialidade, afirmam que ela “se refere à ideia de que a lógica da relação colonial permaneceu entre os saberes, entre os diferentes modos de vida, entre estados-nação, entre os diferentes grupos humanos e assim por diante”. Segundo os autores, trata-se da perpetuação ao longo dos tempos dos valores e privilégios hegemônicos mantidos na história das sociedades.

Nessa perspectiva, Maia; Melo (2020) concordam com esse mesmo pensamento, de que colonialidade trata-se da perpetuação desse movimento que, mesmo após ter sido encerrado historicamente com a independência dos países colônias, ainda possui uma grande forma de dominação em diferentes âmbitos da vida dos povos colonizados.

Esta forma de conhecimento que nasce no bojo do processo de colonização, como a única racionalidade válida e como emblema da modernidade, pauta-se na classificação dos grupos humanos entre inferiores e superiores, irracionais e racionais primitivos e civilizados, tradicionais e modernos. (Quijano, 2010, p. 86).

Para o autor, a colonialidade representa o silenciamento e repressão de outras formas de produção do conhecimento que não sejam baseadas na europeia. Quijano (2005) afirma ainda que a colonização foi imprescindível na instauração dos discursos hegemônicos de dominação que alienam e desumanizam pessoas.

Compreende-se a colonialidade como um arcabouço de poder e valores fixados nas estruturas de um povo por meio de comportamentos e ideias coloniais. Mesmo com o término do período colonial, diversos modelos de vida, de domínios e conhecimentos dessa época não

foram extintos. Dessa forma, o processo de colonização ficou para trás, porém sua lógica não foi superada, pois ainda existem vestígios e reflexos dessa época que prevalecem no país e que refletem no que vivemos e somos hoje em dia.

Esses reflexos também são notados na educação, afetando sobretudo os currículos escolares, uma vez que essa lógica do enaltecimento da cultura dominante passou a ser seguida também nesse âmbito. Por meio de ações pedagógicas e principalmente de currículos escolares, legitimam e enaltecem a supremacia da história e da cultura europeia e, dessa forma, negam o legado de conhecimentos histórico-culturais dos povos africanos, afro-brasileiros, indígena, e outros grupos.

Ademais, Davis (2016) alerta sobre as consequências do colonialismo principalmente no campo da educação,

Talvez o pior crime que o colonialismo cometeu em nosso país, que na verdade cometeu em todas as ex-colônias, seja o sistema educacional. Isso porque aquele sistema era usado para ensinar ao nosso povo uma atitude de ódio a si mesmo, para fazê-lo abandonar nossa história, nossa cultura, nossos valores. (Davis, 2016, p. 161).

Para Davis (2016), as práticas pedagógicas do sistema educacional vigente são heranças desse passado marcado pela colonização e escravização das colônias. Isso mostra que a escola, por meio dos currículos e de suas práticas pedagógicas, ratifica a história e cultura do colonizador, como sendo única e soberana. Logo, “(...) os currículos monoculturais sustentam a herança colonial na escola, isto é, os mesmos padrões que valorizam uma única forma de ser, de saber e de viver: a eurocêntrica que permanece hegemônica mas práticas curriculares” (Ferreira; Silva, 2014, p. 27).

Ou seja, o currículo na história da sociedade foi, e ainda é pautado nas ideologias hegemônicas, as quais conduzem os estudantes a terem aprendizados e reflexões a partir de padrões a serem seguidos. De acordo com Silva (1999), o currículo é marcado por relações de poder, sempre em favor da elite, excluindo, assim, parte da sociedade.

Nessa direção, um currículo carregado de ideologias baseadas na colonialidade se torna um instrumento excludente e os conhecimentos trabalhados, muitas vezes, excluem as epistemologias e visões de mundo dos grupos marginalizados e excluídos.

Diante dessa perspectiva, é necessária a construção de um currículo em que os valores, ideias coloniais e hegemônicos possam ser superadas e banidas das escolas e consequentemente também da sociedade.

Dessa forma, esse currículo precisa estar centrado na decolonialidade, que é o oposto da colonialidade, como afirma Walsh (2019, p.72) “(...) decolonialidade é visibilizar as lutas

contra a colonialidade a partir das pessoas, das suas práticas sociais, epistêmicas e políticas”. De acordo com outro estudioso do tema, Mignolo (2017), a decolonialidade,

(...) são nada menos que um inexorável esforço analítico para entender, com o intuito de superar, a lógica da colonialidade por trás da retórica da modernidade, a estrutura de administração e controle surgida a partir da transformação da economia do Atlântico e o salto de conhecimento ocorrido tanto na história interna da Europa como entre a Europa e as suas colônias (Mignolo, 2017, p. 06).

Essa lógica se baseia na perspectiva de olhar para as retóricas que foram criadas na colonização e promover rupturas e desligamentos dessa base hegemônica de pensar e viver estabelecida, sobretudo nas colônias.

Ainda parafraseando Mignolo (2017), a decolonialidade se torna uma proposta inevitável e urgente contra os olhos da modernidade e da colonialidade. Paralelo a esta perspectiva, ressaltamos a importância, e necessidade desta postura nas escolas por meio das práticas pedagógicas e dos currículos. Segundo Gomes (2012), essa lógica, principalmente nos currículos,

(...)é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciemos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos (Gomes, 2012, p. 102).

Para a autora, essa mudança de paradigma dá oportunidade à educação, como também aos currículos, importantes contribuições de reconhecimento à diversidade cultural e histórica, não só do povo negro, como também de outros povos e culturas invisibilizadas.

Dessa forma, o currículo deve estar alicerçado na lógica da decolonialidade, primando pelo reconhecimento e valorização da história, cultura e identidades excluídas, superando assim a ideia de um currículo hegemônico, totalitário e colonial. Nesse sentido, ao valorizar e difundir narrativas, vozes e lugares de fala que sofrem silenciamentos nas práticas pedagógicas por meio do currículo, estamos transformando-o, em um instrumento potente de decolonialidade e, assim, promovendo o enriquecimento da produção do conhecimento e a valorização da cultura dos povos excluídos.

Diante do exposto, percebemos que toda a construção de saberes foi feita numa perspectiva eurocêntrica, a partir de uma única história e cultura, um único modo de pensar os saberes, a partir de modelos e padrões que invisibilizam outros saberes. Entendemos que a decolonialidade é um ato de resistência e de desconstrução desse processo, hegemônico e

eurocêntrico, que foram obrigatórios aos grupos vulneráveis e subalternos no decorrer dos tempos.

O currículo escolar, nessa perspectiva decolonial, é necessário e muito importante para os dias atuais, pois se torna um caminho para conceber espaços de oportunidades e visibilidades a esses grupos que tiveram grande parte de suas histórias silenciadas, além de ir contra um currículo eurocêntrico que abarca apenas valores e ideias das culturas e histórias europeias.

Contudo, esse processo não é uma tarefa fácil para educadores, é necessário engajamento, posicionamento crítico/político e, acima de tudo, interesse de todos os envolvidos na escola, por uma educação democrática com propostas e práticas pedagógicas que de fato desconstruam essa lógica.

Mediante o que foi exposto, a seguir abordaremos o currículo intercultural e sua relevância nas escolas para superar essas estruturas coloniais que ainda mantêm os padrões hegemônicos na sociedade. Abordamos também os desafios existentes nas instituições escolares para o reconhecimento e estudo da diversidade e superação da homogeneização cultural.

5.3 O currículo intercultural

A noção de interculturalidade está ligada a aspectos sociohistóricos, econômicos, políticos e culturais na sociedade. De acordo com Walsh (2009), a interculturalidade esteve em evidência no início dos anos 90, desde então está perceptível nas políticas públicas, nas mudanças educacionais e nas legislações, e isso é fruto “(...) das lutas dos movimentos sócio-político-ancestrais e das suas reivindicações por reconhecimento, direitos e a transformação social, também(...) (Wash, 2009, p.75-76).

Neste sentido, partir dos anos 90, houve certa preocupação e interesse com a diversidade étnico-cultural, diante da necessidade de propiciar conexões entre grupos e culturas diversas, com vistas ao enfrentamento do racismo, da exclusão e de outras formas de discriminação para “(...) formar cidadãos conscientes das diferenças e capazes de trabalhar em conjunto no desenvolvimento do país e na construção de uma sociedade justa, equitativa, igualitária e plural. A interculturalidade faz parte desse esforço” (Walsh, 2009, p.76).

Para Walsh (2009), o conceito da interculturalidade é explicado a partir de três diferentes perspectivas: a relacional, a funcional e a crítica. A relacional aborda o contato e a troca entre as diferentes culturas, “(...)isto é, entre diferentes povos, práticas, conhecimentos,

valores e tradições culturais, o que poderia ocorrer em condições de igualdade ou desigualdade(...)" (Walsh, 2009, p. 76). A perspectiva da interculturalidade funcional diz respeito ao reconhecimento da diversidade e das diversas culturas. Ou seja, "nesta perspectiva que procura promover o diálogo, a coexistência e a tolerância a interculturalidade é "funcional" para o sistema existente, não toca nas causas assimétricas da desigualdade social e cultural" (Walsh, 2009, p.77-78).

Já a perspectiva da interculturalidade crítica baseia-se no entendimento de que a diferença é fruto de uma estrutura colonial racial, e também de "(...) um reconhecimento de que a diferença é construída dentro de uma matriz de poder racializado e hierárquico, com brancos e pessoas "embranquecidas" no topo e povos indígenas e afrodescendentes nos escalões inferiores" (Walsh, 2009, p. 78).

Desse modo, considerando essas diversas perspectivas de interculturalidades apresentadas, Candau e Russo (2010) se posicionam em relação ao campo educacional e à perspectiva crítica da interculturalidade ao afirmar que

A perspectiva intercultural no âmbito educativo não pode ser reduzida a uma mera incorporação de alguns temas no currículo e no calendário escolar. Trata-se, de modo especial, da perspectiva crítica, que consideramos ser a que melhor responde à problemática atual do continente latino-americano, de uma abordagem que abarca diferentes âmbitos - ético, epistemológico e político -, orientada à construção de democracias em que justiça social e cultural sejam trabalhadas de modo articulado. (Candau; Russo, 2010, p. 167).

Nessa perspectiva, entende-se que o conceito de interculturalidade deve ser compreendido como uma forma e um projeto político que visa à mudanças estruturais em uma sociedade. No entanto, essas mudanças precisam estar em movimento e presente em um contexto educacional, político-social e, sobretudo, humano.

De acordo com Fleuri (2001), no início dos anos 60 no Brasil, houve grandes mobilizações urbanas e camponesas que desenvolveram vários trabalhos educativos que davam importância à cultura popular. Porém, com o golpe militar de 1964, esses movimentos sociais e de cultura foram censurados e controlados pelo regime, somente no final dos anos 70 que elementos, como a cultura do medo, começaram a se romper e surgiram assim novos movimentos populares e de lutas sociais. Ainda segundo o autor, esses movimentos associam-se em volta de suas identidades étnicas, culturais, de gênero, e as diferentes gerações (Fleuri, 2001).

O autor Arroyo (2014) afirma também que os grupos subalternos e os oprimidos que fazem parte desses movimentos

mostram-se presentes, existentes, reagindo a seu silenciamento e ocultamento. Reagindo às formas de ser pensados e tratados, de ser subordinalizados nas relações de poder, dominação. Os grupos sociais, étnicos, raciais, carregam para seus movimentos e para as escolas vivências de como foram pensados e alocados na ordem social, econômica, política, cultural e pedagógica (Arroyo, 2014, p. 37).

Desse modo, fez surgir muitas experiências educativas como, projetos e propostas interdisciplinares, de ações antirracistas. Essas perspectivas começaram a ser pensadas, com interesse e olhar nas pautas vindas das lutas sociais, realizadas em diferentes partes do mundo, incluindo aqui no Brasil.

Segundo Candau e Russo (2010), ao tratarem das discussões em torno da interculturalidade, afirmam que

o que está em questão atualmente, quando aprofundamos o debate sobre a interculturalidade na América Latina e a própria possibilidade de construção de estados pluriétnicos, plurilinguísticos e, inclusive, plurinacionais, assim como o reconhecimento, construção e diálogo entre diferentes saberes e a afirmação de uma ética na qual diferença cultural, a justiça, a solidariedade e a capacidade de construir juntos se articulem (Candau; Russo, 2010, p. 167).

Nesse sentido, entende-se que a interculturalidade se dá por meio da interação entre diferentes saberes, histórias e culturas diversas e, para que de fato essa interação ocorra, é necessário que nenhuma cultura se sobressaia, e subalternize outras. Assim, essas relações favorecem o respeito à diversidade e à pluralidade cultural, o que caminha para a necessidade de várias reformas educacionais.

(...) as diferentes reformas na área de educação incorporam a perspectiva intercultural, seja como um dos eixos articuladores dos currículos escolares, seja introduzindo questões relativas às diferenças culturais como temas transversais. (Candau; Russo, 2010, p.163).

As autoras lembram que as várias mudanças na educação, pautadas na pluralidade cultural e nos temas transversais, destacam a ótica da interculturalidade que ganha relevância por meio dos currículos.

Segundo Fleuri (2001, p. 48), “é a partir deste ponto de vista que pensamos em estabelecer o diálogo com os estudos que vêm se fazendo hoje no campo da educação intercultural”. Logo, essas experiências educativas contribuem para o entendimento de um currículo contra hegemônico nas escolas, superando a homogeneização cultural.

Nessa perspectiva, Moreira e Candau (2008) entendem que essa educação intercultural busca:

(...) promover uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação para a negociação cultural, que enfrenta os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades e é capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente incluídas. (Moreira; Candau, 2008, p. 23).

Nessa direção, as autoras concordam que a educação, por meio das escolas, desempenha uma função essencial no reconhecimento, valorização e empoderamento de grupos culturais excluídos e marginalizados. A autora colabora ainda, defendendo que isso:

Passa por processos de diálogo entre diferentes conhecimentos e saberes, a utilização de pluralidade de linguagens, estratégias pedagógicas e recursos didáticos, a promoção de dispositivos de diferenciação pedagógica e o combate a toda forma de preconceito e discriminação no contexto escolar (Candau, 2010, p.253).

Desse modo, para que a educação caminhe em direção a uma construção coletiva de práticas pedagógicas e de um currículo que incluam outros sujeitos, outros saberes e outras culturas, é preciso desafiar as estruturas coloniais que mantêm padrões hegemônicos (Arroyo, 2014).

Gomes (2012) adverte que os movimentos sociais, principalmente os de essência identitária, há muito tempo vem resistindo aos desafios por meio de reivindicações em instituições de ensino, especialmente no âmbito da formação docente, com reflexões pedagógicas que visem diminuir os conflitos e tensões que sempre existiram entre os grupos diferentes,

Não há nenhuma “harmonia” e nem “quietude” e tampouco “passividade” quando encaramos, de fato, que as diferentes culturas e os sujeitos que as produzem devem ter o direito de dialogar e interferir na produção de novos projetos curriculares, educativos e de sociedade. Esse “outro” deverá ter o direito a livre e expressão de sua fala e de suas opiniões. Tudo isso diz respeito ao reconhecimento da nossa igualdade enquanto seres humanos e sujeitos de direitos e da nossa diferença como sujeitos singulares em gênero, raça, idade, nível socioeconômico e tantos outros. (Gomes, 2012, p. 105).

Desse modo, a temática da interculturalidade na educação reforça a necessidade de reflexão sobre o educador frente a essas discussões, pois o seu papel é fundamental na mediação e na concretização de uma interculturalidade curricular efetiva no contexto educativo, pois a ele incumbe

A tarefa de propor situações que ativem as diferenças entre os sujeitos e entre seus contextos (histórias, culturas, organizações sociais). (...) o educador, neste sentido, é propriamente um sujeito que se insere no processo educativo de um grupo e interage com os outros sujeitos. (...) nestes contextos a tarefa do currículo e da programação didática, não será meramente a de configurar um referencial teórico para o repasse hierárquico e progressivo de informações. A função do currículo e da programação didática será a de prever e preparar recursos capazes de ativar a elaboração e

circulação de informações entre sujeitos, a partir de seus respectivos contextos socioculturais, de modo que se auto organizem em relação de reciprocidade entre si e com o próprio ambiente (Fleuri, 2001, p. 61).

Assim, é crucial tornar real uma formação de professores/as para a interculturalidade, com o desafio de pensar um fazer pedagógico a partir da diferença, criando assim possibilidades para discussões entre os sujeitos de diferentes grupos sociais. Isso implica processos pedagógicos outros que devem estar sustentados por práticas e ações de enfrentamento às ideologias de poder na educação.

Neste sentido, afirmamos a importância da valorização de um currículo integrado e intercultural, principalmente em uma sociedade na qual os processos de silenciamento e invisibilização de povos e culturas ainda são tão presentes nas práticas educacionais pedagógicas. É necessário e urgente buscar meios, formas e práticas pedagógicas pautadas na interculturalidade, que valoriza e interage com outros saberes, histórias e culturas. Consequentemente a efetivação dessa perspectiva contribuirá com a formação de consciências críticas e emancipatórias, que é um dos pilares da Educação Profissional e Tecnológica- EPT.

Na seção seguinte, falaremos dos resultados encontrados nesta pesquisa, bem como faremos as discussões pertinentes.

6 O QUE DIZEM OS RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os resultados e discussão da pesquisa realizada nos currículos dos 8 cursos do Ensino Médio Integrado do IFTO\ Campus Palmas, desenvolvida com o objetivo de responder ao questionamento do problema de pesquisa proposto. Para contribuir com as discussões, utilizou-se alguns marcos legais que falam da inclusão da temática quilombola nas escolas, como a Lei 10.639/2003, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica e a Base Nacional Comum Curricular-BNCC/2017.

Os currículos escolares são utilizados como parâmetros para as práticas pedagógicas de professores em sala de aula. O silenciamento e a invisibilidade da temática quilombola no processo ensino e aprendizagem por meio dos currículos das escolas, colaboram para o descumprimento da Lei 10639/03 e impossibilitam o esforço por uma educação inclusiva e intercultural.

A análise feita nas disciplinas da grade curricular dos 8 cursos pesquisados demonstrou que nenhuma destas disciplinas aborda a temática cultura das comunidades quilombolas do Estado do Tocantins. Com essa evidência, realizamos outra análise, a partir das ementas das disciplinas de História, Literatura e Artes, do 2º ano de cada um dos 8 cursos.

Para uma melhor compreensão, trouxemos novamente os quadros sistematizados na metodologia para encontrar os resultados.

Quadro 03 - Ocorrência na ementa da disciplina de Literatura¹

TEMA	COMPONENTE DA EMENTA	OCORRÊNCIA DO TEMA
Cultura Quilombola (Dança, música, artesanato, culinária, artes, e outras)	Conhecimentos linguísticos e habilidades de leitura e produção de textos orais e escritos. Autores e obras do Humanismo, da Renascença e do Classicismo ocidental e português; Quinhentismo brasileiro; Barroco e Arcadismo na literatura ocidental e, em especial, no Brasil e em Portugal.	Nenhuma

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

¹ A disciplina de Literatura está presente em todas as grades curriculares dos cursos, conforme mostra o quadro 03, pois ela é ministrada em conjunto com a disciplina de língua portuguesa.

Conforme mostrou o quadro 03, na ementa da disciplina de Literatura, evidenciamos a ausência da temática cultura quilombola, não foi encontrado nenhuma menção sobre o retrospecto histórico, político, geográfico e cultural desses povos, tanto a nível Brasil, quanto Tocantins.

Quadro 04 - Ocorrência na ementa da disciplina de Artes

TEMA	COMPONENTE DA EMENTA	OCORRÊNCIA DO TEMA
Cultura Quilombola (Dança, música, artesanato, culinária, artes, e outras)	Introdução à Arte. Um estudo sobre as diversas linguagens artísticas e sua importância para a vida cotidiana, com ênfase na linguagem musical. Artes articuladas com a formação específica. Temas transversais.	Nenhuma

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Conforme mostrou o quadro 04, na ementa da disciplina de Artes, evidenciamos também a ausência da temática cultura quilombola, não foi encontrado nenhuma menção sobre o retrospecto histórico, político, geográfico e cultural desses povos, tanto a nível Brasil, quanto Tocantins.

Quadro 05 - Ocorrência na ementa da disciplina de História

TEMA	COMPONENTE DA EMENTA	OCORRÊNCIA DO TEMA
Cultura Quilombola (Dança, música, artesanato, culinária, artes, e outras)	O império colonial português; A colonização da América espanhola; O Atlântico negro: O tráfico de escravos e as relações comerciais com a África; A mineração na América portuguesa; As Treze Colônias e a formação dos EUA; O Iluminismo; Das Revoluções Inglesas à Revolução Industrial; Revolução Francesa; Independência das colônias espanholas; O processo de independência da América portuguesa; Sociedade e cultura no século XIX; A resistência do movimento operário; A monarquia brasileira; História Regional – Tocantins: Consolidação do povoamento e a luta pela autonomia do norte goiano. Enfoque do currículo integrado: Cidade e relações sociais, com ênfase nos eventos como espaços de afirmação de relações de poder; História aplicada à área tecnológica do curso.	Nenhuma

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Na ementa da disciplina de História, presente em todas as grades curriculares dos cursos analisados, conforme mostrou o quadro 05, não foi encontrada nenhuma menção sobre o retrospecto histórico, político, geográfico e cultural do povo, tanto a nível Brasil, quanto Tocantins.

É importante destacar que, diferente das ementas das disciplinas de Literatura e Artes, na disciplina de História encontramos elementos que fazem referência a história da população negra e sobre a história do processo de povoamento do Tocantins, conforme mostra o quadro 05.

Sabemos que vários currículos não dão suportes necessários para os docentes se aprofundarem melhor em suas práticas pedagógicas, e contribuir para o reconhecimento, interação e valorização das culturas marginalizadas. E quando dão algum suporte, este é de forma simplória, descontextualizada e superficial, não aprofundando nas particularidades e especificidades destas culturas.

Isso ocorre no currículo analisado, pois os conteúdos que estão nas ementas da disciplina de História e que fazem referências, por exemplo, à escravidão, não esclarecem se a abordagem destes conteúdos são positivas, se exaltam a importância e relevância da cultura negra, ou se apenas reforçam estereótipos e preconceitos com relação à esta cultura. Ou ainda, se estão nesta ementa apenas para cumprir as normativas legais vigentes.

Outro exemplo, são as abordagens acerca das histórias e lutas no processo de povoamento do Estado do Tocantins. Não fica claro se, nestas abordagens, são tratadas as histórias, lutas e contribuições dos povos indígenas e negros, neste processo do povoamento, como as dos povos quilombolas que resistiram e que ainda resistem no Estado ou se apresentam apenas a história e lutas dos exploradores da região, ou seja, da movimentação puramente política.

6.1 Discussões

Diante da observação feita tanto na grade curricular dos 08 (oito) cursos analisados, quanto também na distribuição dos temas nas ementas das disciplinas analisadas, História, Literatura e Artes, constatamos que estas não estão em conformidade com a Lei 10.639/2003, com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica e com a Base Nacional Comum-BNCC. Para uma melhor compreensão desta discussão, é importante uma breve contextualização destes documentos. A Lei nº 10.639/2003, alterada

pela Lei nº 11.645/2008, torna obrigatória a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino da temática História e Cultura Afro-Brasileira e indígena. Em seu artigo 26, determina que:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (Brasil, 2008a)

Porém, a obrigatoriedade da inclusão da temática história e cultura afro-brasileira nos currículos das escolas brasileiras não nasce com a promulgação da lei 10.639 de 2003 ou com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER) de 2004. Isso é fruto de reivindicações e lutas dos movimentos sociais, em especial do movimento negro que, muito antes desses marcos legais, já se preocupava com a valorização das diferentes histórias e culturas em salas de aula.

Essa lei representa um marco legal para a população negra, haja vista ser ela uma ação afirmativa que visa trazer as contribuições históricas e culturais dos povos africanos e afro-brasileiros para os currículos da educação brasileira. Além disso, ela veio destacar a diversidade cultural presente na nossa sociedade e, assim, resgatar e valorizar a rica história do povo negro brasileiro.

Nessa perspectiva, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), através do IFTO/Campus Palmas, que traz em seus fundamentos a formação humana integral e omnilateral, contextualizada com propósitos de emancipação do indivíduo, passa pela necessidade de uma seleção de conteúdos culturais que tenham como propósitos a história produzida por povos diversos, e não por uma falsa democracia que homogeneíza a sociedade.

Nos currículos pesquisados, também não há conformidade com a resolução CNE/CP nº 01 de 05 de novembro de 2021, que define as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica/2021**. Este documento apresenta,

O conjunto articulado de princípios e critérios a serem observados pelos sistemas de ensino e pelas instituições e redes de ensino públicas e privadas, na organização, no planejamento, no desenvolvimento e na avaliação da Educação Profissional e Tecnológica, presencial e a distância (Brasil, 2021, p 1).

Nos Princípios Norteadores desta resolução, apresentados no capítulo III, artigo 3º, há 19 pontos, dentre os quais destacamos:

Art. 3º São princípios da Educação Profissional e Tecnológica:

XIII - reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas, populações do campo, imigrantes e itinerantes;

Como podemos observar, em relação aos princípios norteadores, estas diretrizes trazem para a Educação Profissional e Tecnológica a importância do reconhecimento identitário dos povos quilombolas e indígenas, bem como outros, considerando realidades históricas e culturais de povos até então marginalizados.

A incorporação da história e cultura destes sujeitos neste documento representa a oportunidade da Educação Profissional e Tecnológica trazer para a realidade educacional um compromisso de assegurar uma formação mais humana, inclusiva e plural.

No que se refere à **Base Nacional Curricular Comum-BNCC/2017**, este é um documento de normatização curricular que:

“(...) define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE)”. (Brasil, 2018, p 07)

Importante destacar que a BNCC/2017 é um documento criticado e, de certo modo, contestado por uma grande parcela de professores e pesquisadores educacionais, por se tratar de uma política educacional curricular que se fundamenta nos princípios de uma formação pautada nas competências, e não na perspectiva histórico-crítica.

Não é nossa intenção adentrarmos nesta seara, citamos a BNCC neste trabalho por duas razões: uma delas é o fato de na atualidade ser o documento norteador da Educação Básica; a segunda é que este documento traz, em seu bojo, orientações sobre os povos quilombolas.

Na etapa que orienta sobre o Ensino Médio, dentro da área de Ciências Humanas e Sociais, no que se refere às competências específicas, encontramos a seguinte orientação:

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 3

Nessa competência específica, propõe-se analisar os paradigmas que refletem pensamentos e saberes de diferentes grupos, povos e sociedades (incluindo-se os indígenas, quilombolas e demais povos e populações tradicionais), levando em consideração suas formas de apropriação da natureza, extração, transformação e comercialização de recursos naturais, suas formas de organização social e política, as relações de trabalho, os significados da produção de sua cultura material e imaterial e suas linguagens. (BRASIL 2018, p 574)

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 6-HABILIDADES

Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo as quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país. (Brasil, 2018, p 579)

Neste sentido, com a possibilidade do desenvolvimento dessas competências, a BNCC aponta a necessidade da superação das desigualdades sofridas por minorias excluídas e de que os currículos devem ser planejados com foco na diversidade cultural existente em nosso país.

Percebemos que, mesmo com diversas legislações vigentes que garantem a inclusão nos currículos das instituições educacionais, conteúdos referentes à história e à cultura negra, em especial do povo quilombola, ainda observamos currículos que continuam silenciando e invisibilizando culturas, histórias e saberes como estes analisados.

O Estado do Tocantins é reconhecido como um estado multicultural, com a presença de identidades étnicas expressivas, como a que já falamos neste trabalho, identidade negra, indígena, ribeirinhos, quebradeira de coco, e outras.

Diante disso, a perspectiva da culturalidade dessa população coloca as instituições educacionais, em especial o IFTO/ Campus Palmas frente aos desafios de articular, fomentar e promover práticas e metodologias pedagógicas que sejam capazes de dialogar com os saberes, culturas e identidades, em especial dos quilombolas.

Infelizmente evidenciamos nos resultados da análise feita nos currículos dos cursos pesquisados, que o IFTO/Campus Palmas, deixa claro que pouco tem refletido sobre essa diversidade cultural, mesmo com uma gama de documentos normativos oficiais, ressaltando a importância do reconhecimento, da valorização, e interação dessa diversidade cultural, e de outras, nas salas de aula.

Ficou notório que os currículos analisados deixaram de abordar conteúdos importantes de povos que fizeram parte do processo de formação histórica de boa parte do estado do Tocantins. O autor Silva (2011, p. 161) alerta que “os currículos planejados e desenvolvidos nas salas de aula vem pecando por uma grande parcialidade no momento de definir a cultura legítima, os conteúdos culturais que valem a pena.

Nesse contexto, o IFTO/Campus Palmas contribui para que suas salas de aulas se tornem espaços de legitimação de conhecimentos e culturas hegemônicas. Essa percepção, nestes currículos, clama por alterações urgentes, na perspectiva de dar visibilidade à história e

à cultura dos povos quilombolas do Tocantins. Assim contribuirá para a diversidade e pluralidade na Educação Profissional e Tecnológica. Nas palavras de Moura (2012a), esta instituição

Precisa promover o pensamento crítico-reflexivo sobre os códigos de cultura manifestados pelos grupos sociais ao longo da história. (...) e a partir daí, contribuir para a construção de novos padrões de produção do conhecimento. (Moura, 2012, p 04)

Para a autora, os Institutos Federais, por meio de seus processos de formação, podem proporcionar uma aprendizagem significativa, voltada para a transformação de seus alunos. Portanto, (...)” é necessário que eles recebam uma educação integral, que os tornem capacitados a produzir conhecimentos. O enciclopedismo pedagógico gera seres humanos passivos e conhecimentos descartáveis” (Pacheco, 2015, p.34).

Refletir sobre a importância da inclusão da temática cultura quilombola nos currículos e nas práticas pedagógicas do ensino médio integrado dos Institutos Federais, em especial do IFTO/Campus Palmas, evoca os compromissos assumidos pela Educação Profissional e Tecnologia, de uma formação, omnilateral, unitária, integrada e humana, pautada na prática do currículo integrado, visto que “(...) o ensino médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a ‘travessia’ para uma nova realidade.” (Frigotto, Ciavatta; Ramos, 2005, p. 43)

As comunidades quilombolas são sinônimos de existência e resistência, são espaços de manutenção e preservação de saberes, de conhecimentos, de ressignificação da identidade e de práticas ligadas à ancestralidade africana. Todos esses atributos culturais próprios do ser quilombola devem estar nas escolas, em suas práticas pedagógicas e principalmente nos currículos, inclusive no IFTO/Campus Palmas, contribuindo para uma instituição escolar mais plural e humana.

7 PRODUTO EDUCACIONAL

Nesta seção, apresentamos o Produto Educacional (PE), elaborado a partir dos resultados encontrados nesta pesquisa. trata-se de uma cartilha digital de orientação intitulada: **Currículo aquilombado: caminhos outros para uma educação intercultural na Educação Profissional e Tecnológica no Tocantins.**

Este material é um instrumento de busca para auxiliar tanto professores, coordenadores pedagógicos, diretores, alunos, servidores do IFTO-Campus Palmas e demais interessados no tema a conhecer a história e a cultura de comunidades quilombolas do Estado do Tocantins. A intenção foi fornecer, principalmente, para a sala de aula um material de apoio que fale da história e da cultura de povos quilombolas deste Estado.

Esse material vem de encontro ao descumprimento dos currículos analisados em relação ao que determinam os marcos legais sobre a importância da valorização da cultura quilombola nas salas de aula. Durante a pesquisa, ficou notório que os currículos analisados deixaram de abordar conteúdos importantes de povos que fizeram parte do processo de formação histórica de boa parte do Estado do Tocantins.

A confecção da cartilha criará possibilidades para a ressignificação do currículo do EMI da EPT no IFTO/ Campus Palmas, contribuindo para uma educação intercultural que valorize a história e a cultura afro-brasileira e africana, e assim, poderá desconstruir padrões discriminatórios, racistas e excludentes nas práticas pedagógicas e nos currículos desta instituição.

A cartilha é composta por material textual, que ressalta a história e cultura desses povos; documentos que representam os marcos legais para o povo quilombola; também uma espécie de banco de dados, com uma seleção composta por livros, artigos, teses, dissertações e documentários, que abordam a história, modo de vida e cultura das comunidades quilombolas do Estado, com QR Code.

Foram inseridos também, em várias páginas desta cartilha, pequenos trechos do livro que foi uma das inspirações para a elaboração desta cartilha: “Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade” da autora Bell Hooks. Neste livro, a autora apresenta suas experiências vivenciadas em sala de aula como estudante e professora negra e formula críticas aos processos formativos centrados em ações e práticas pedagógicas hegemônicas. Além disso, expõe que o processo educativo deve contribuir para a promoção de ações inclusivas, de reconhecimento e respeito às diversidades.

8 CONSIDERAÇÕES

A existência de comunidades quilombolas espalhadas por todo território brasileiro é sinônimo dos processos de lutas, resistências e reexistências que estes povos travaram ao longo dos tempos. São espaços de manutenção e preservação de saberes, histórias e conhecimentos, de ressignificação da identidade e de práticas culturais ligadas à ancestralidade africana.

Durante um longo período na história do Brasil, todo esse legado cultural e histórico foi silenciado e marginalizado, por parte da sociedade brasileira. Diante do exposto, acreditamos que os atributos culturais próprios do ser quilombola devem estar presentes nas escolas, em suas práticas pedagógicas cotidianas e principalmente nos currículos. Esse processo deve ser pensado e formulado a partir da lei 10639/2003, a qual, embora tenha completado 21 anos de criação, ainda não é uma realidade efetiva em boa parte das instituições educacionais brasileiras.

Na atualidade é imprescindível que todo esse legado seja trabalhado em salas de aula. Os alunos devem aprender e compreender que o povo negro foi fundamental no processo de formação identitária do país, e que, como falamos anteriormente, toda essa história foi omitida e silenciada.

Neste sentido, esta pesquisa se propôs investigar se a cultura quilombola está inserida na organização do currículo integrado da EPT nos cursos do IFTO/Campus Palmas?

De acordo com os resultados obtidos por meio da pesquisa documental, foi possível constatar que não basta apenas formular leis, decretos e resoluções para a inclusão da cultura dos povos marginalizados, em especial, o povo quilombola nas escolas. Verificamos que nos currículos analisados, não existe nenhuma referência a história, cultura e saberes dos povos quilombolas do Tocantins, o qual existem na atualidade 46 comunidades quilombolas espalhadas por todo território

Esse fato foi evidenciado quando analisamos a grade curricular dos referidos cursos, e os componentes curriculares das disciplinas de Literatura, História e Artes de cada um dos 8 cursos. Os resultados encontrados na análise comprovaram que os conteúdos presentes nas referidas disciplinas se contrapõem aos marcos legais que norteiam sobre a temática em discussão.

A invisibilidade e o silenciamento desses povos nos referidos currículos ferem não apenas os preceitos de uma formação humana e integral, pautada nos princípios da tecnologia, ciência, cultura, educação e trabalho, mas também, a perspectiva de uma educação

intercultural, que é capaz de desenvolver processos de ensino e aprendizagem que promovam a interação e articulação de histórias, culturas e saberes entre sujeitos. Nesse sentido, a identidade, a autonomia e a consciência crítica estariam presentes, em uma relação de reciprocidade, e não na lógica do poder e da hegemonia.

Ademais, notou-se que estes mesmos currículos passaram por revisões no ano de 2023. Diante deste fato, ficaram algumas inquietações: por que e para que se revisa currículos? O currículo revisado busca melhorias de que e de quem? Na nossa concepção, quando revisa-se um currículo é porque ele já não atende de forma satisfatória as demandas atuais da sociedade e assim precisam ser melhorados. Mas o que percebemos é que os currículos dos 8 cursos do Ensino Médio do IFTO/Campus Palmas permaneceram com a mesma lógica do silenciamento e invisibilidade de vozes, culturas, histórias e saberes dos povos quilombolas que fizeram e continuam fazendo parte da história do Estado.

Diante do exposto, defendemos a necessidade de mudanças concretas e efetivas nos currículos dos cursos analisados, com perspectivas no encontro e interações de saberes, culturas e histórias nas práticas pedagógicas. Para isso, defendemos, também, uma proposta de educação intercultural para a formação de professores, com foco em novas estratégias de ensino e aprendizagens, e por último, atividades de aprendizagens que contemplem os marcos legais que normatizam sobre a interação, respeito e valorização na educação da história, saberes e culturas de outros povos. A nossa educação não precisa e não deve ser baseada em uma história e cultura únicas.

Por hora, esperamos que este trabalho possa trazer contribuições para que outras pesquisas também falem, debatam e exponham temas referentes à inclusão da história e cultura desses povos, não apenas no IFTO/Campus Palmas, mas em outras instituições educacionais, com o intuito de reconhecer e preservar esse legado cultural que, em alguns casos, está ficando apenas na memória dos mais velhos. Afinal, ainda há muito que conhecer sobre as comunidades quilombolas, uma vez que, das 46 comunidades reconhecidas no Estado, as publicações (livros, teses, dissertações) que estão disponíveis em sites e repositórios, fazem referências apenas sobre metade delas.

REFERÊNCIAS

- ÁGUAS, Carla Ladeira Pimentel. **Quilombo em festa: Pós-colonialismos e os caminhos da emancipação social**. Tese de Doutorado. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2012. Disponível em: https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/23383/1/Quilombo%20em%20festa_Carla%20%C3%81guas.pdf . Acesso em: 12/07/2022.
- ALMEIDA, Cristina de Sousa Fonseca. **Comunidade Remanescente Quilombola Ilha de São Vicente/Tocantins: história de lutas, conquistas e conflitos**. Universidade do Vale do Taquari - Univates Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento. Lajeado, 2019. Disponível em: <https://www.univates.br/bduserver/api/core/bitstreams/8548da50-1740-4e4e-af04-223d90d27dc7/content>. Acesso em: 27/09/2023.
- ALMEIDA, Cristina de Souza Fonseca; LAROQUE, Luiz Fernando da Silva. Territorialidade, identidade e cultura da Comunidade remanescente de quilombo Ilha de São Vicente-Tocantins. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 73, p. 333-357, set./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/1982-5153.2019v34n73p333/41805>. Acesso em: 18/07/2023.
- ALVES, Diego dos Santos; MELO, Beatriz Medeiros de. Presença e/ou ausência da história quilombola no currículo: análise dos livros didáticos utilizados no Ensino Médio Integrado. **Revista de História, Dourados**, vol. 22, núm. 40, pp. 173-192, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5882/588265217008/html/>. Acesso em: 07/ 10/2023.
- ALVES, Diego dos Santos; MELO, Beatriz Medeiros de. A questão quilombola no currículo da EPT: por uma Educação Omnilateral. **Educação profissional e tecnológica em revista**, 5(Especial), 124-148, 2021. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1109>. Acessado em : 05/02/2023.
- AMARAL, Glaucia Bastos do. **As Territorialidades da Juventude na Comunidade Quilombola Barra de Aroeira, em Santa Tereza do Tocantins – TO**. Mestrado (acadêmico). Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins, Campus Porto Nacional. Porto Nacional, 2017. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/870/1/GI%20a%20Bastos%20do%20Amaral%20-%20Disserta%20a%20a%20a.pdf>. Acesso em: 02/09/2022.
- ANJO, Rafael Sanzio Araújo Dos. **Cartografia e quilombos: territórios étnicos africanos no Brasil**. 2006. Disponível em : <file:///C:/Users/UFT/Downloads/root,%20default.groups.name.manager%20%23%23,+7286-23970-1-CE.pdf>. Acesso em : 22/08/2023.
- APPLE, Michael W. **Currículo, Poder e Lutas Educacionais: com a palavra, os subalternos**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Escravidão Negra no Tocantins Colonial: vivências escravistas em Arraias, (1739-1800)** Goiânia: kelps, 2007.

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ARRUTI, José Maurício. Mocambo. **Antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru: Edusc, 2006. 370 p.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BATISTA, Heloisa Fernanda Francisco; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; CAMARGO Clarice Carolina Ortiz de. Análise de conteúdo: pressupostos teóricos e práticos. **Revista Prisma**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 48-62, 2021.

Disponível em: <https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/download/42/35>. Acesso em: 12/07/2023

BONILLA, Marcus Facchin. **Minha viola é de buriti**: uma etnomusicologia aplicada-participativa-engajada sobre a musicalidade no quilombo Mumbuca, no Jalapão (TO). Tese(doutorado), Instituto de Ciências da Arte. Universidade Federal do Pará, Belém 2019. Disponível em: https://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/11410/1/Tese_MinhaViolaBuriti.pdf_Acesso em: 22/05/2022.

BORGES, Maria Helena. **“Agora nós é quilombo, mais nossa raiz é a mesma”**: de campesinato e território Quilombola, A história narrada da Barra da Aroeira. Mestrado (profissional). Universidade Federal do Tocantins. Câmpus de Porto Nacional. Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em História das Populações Amazônicas. Porto Nacional -TO. 2021. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/3669/1/Maria%20Helena%20Borges%20-%20Disserta%20c3%a7%20a3o.pdf>. Acesso em: 17/03/2023.

BORGES, Aristóteles Franklyn Chaves. **O festejo da abolição na comunidade quilombola Dona Jucelina/ Muricilandia-TO**: o turismo cultural e patrimônio imaterial. Dissertação (Mestrado), Tecnologia em Gestão de Turismo, Universidade Federal do Tocantins – Campus universitário de Araguaína, ARAGUAÍNA- TO 2018. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/4834/1/ARYST%20c3%93TELES%20FRANKLYN%20CHAVES%20BORGES%20-%20TCC%20-%20TURISMO.pdf>_Acesso em: 08/12/2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. 1988. Disponível em : https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em : 04/09/2023

BRASIL. **Programa Brasil Quilombola**: diagnóstico das ações realizadas. Brasília: SEPPIR, 2005. Disponível em : <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/a.pdf> . Acesso em : 03/08/2022.

BRASIL. Ministério da Educação-MEC . **Lei 11.892/2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em : https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm . Acesso em: 20/12/2022

BRASIL. **Lei no 10.639/2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências. Disponível em:

https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10639&ano=2003&ato=431MTTq10dRpWTbf4_ Acesso em: 23/11/2023.

BRASIL. **Lei 13.415/2017**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 21/09/2023.

BRASIL. **Lei 11.645/2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. 2008a. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 12/008/2023.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica**. 2021.

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/janeiro-2021-pdf/167931-rcp001-21/file_ Acesso em: 12/008/2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**, 2017. Disponível em:

https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf Acesso em: 28/11/2023.

BRASIL. INCRA. **Decreto nº. 4887/2003**. Disponível em :

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. 2003a. Acesso em : 12/09/2022.

BRASIL. INCRA. **Instrução Normativa nº.49/2008**. Disponível em:

https://www.gov.br/incra/pt-br/centrais-de-conteudos/legislacao/in_49_2008.pdf. 2008b. Acesso em: 02/10/2022.

BRASIL. INCRA. **Relatório Antropológico Comunidade Mumbuca**.2006.

BRITTO, Fabiana Dultra. **Temporalidade em Dança**: parâmetros para uma história contemporânea. Belo Horizonte: FID EDITORIAL, 2008.

BURDZINSKI. Carla Simon. **Características socioeconômicas dos estudantes do Instituto Federal do Tocantins – Campus Palmas**. Dissertação(Mestrado),em Desenvolvimento Regional, Centro Universitário Alves Faria – UNIALFA, Goiânia ,2020.

Disponível em:

<http://tede.unialfa.com.br/jspui/bitstream/tede/260/2/CARLA%20BURDZINSKI%20DISSERTA%20c3%87%c3%83O%202020.pdf>. Acesso em : 12/06/2023.

CANDAU. Vera Maria. Diferenças, educação intercultural e decolonialidade: temas insurgentes. **Rev. Espaço do Currículo (online)**, João Pessoa, v.13, n. Especial, p. 678-686,

dez., 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/54949/32178>. Acesso em 14/09/2023

CANDAU, Vera Maria Ferrão; RUSSO, Kelly. Interculturalidade e educação na América Latina. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 10, n. 29, p. 151-169, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189114444009.pdf>. Acesso em 22/12/2023.

CAVALCANTE, Jéssica Painkow Rosa. **Regularização territorial do quilombo Mumbuca: identidade e memória como fundamento da propriedade quilombola**. Dissertação(mestrado), Pós-Graduação Stricto Sensu em Direitos Humanos, da Universidade Federal de Goiás, Goiânia 2018. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstreams/d90f85ce-b221-41a2-a9ea-8f1bde5bc2e3/download>. Acesso em:18/09/2023.

CIAVATTA, M. **O trabalho docente e os caminhos do conhecimento: a historicidade da Educação Profissional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

CIAVATTA, M. (2005). A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, 3(3), 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 13\08\2023.

CORDEIRO, Rosolinda B. Abreu. **Arraías, suas raízes e sua gente**. Goiânia: Abril, 1991.

CRUZ, Edna Souza; TORRES, Bianca de Sousa. **Comunidade remanescente do quilombo Ilha de São Vicente: território de Memória, resistência e afeto**. 2023.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo. 2016.

FERREIRA, Michele Guerreiro; SILVA, Janssen Felipe da. Protagonismo dos movimentos sociais negros na superação da herança colonial, nos currículos colonizados das escolas brasileiras. **Tópicos Educacionais**, Recife, v. 20, n.1, jan/jun. 2014. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/topicoseducacionais/article/view/22380/18575>. Acesso em 23/08/2023.

FERRETTI, Sérgio E. **Sincretismo afro-brasileiro e resistência cultural**. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/QWFNFZz6HMYcJzMPJ5j8sgC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23/07/2022.

FLEURI, Reinaldo Matias. Desafios à Educação Intercultural no Brasil. **PerCursos**, Florianópolis, v. 2, 2001. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1490>. Acesso em: 12 set. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio; RAMOS, Marise; CIAVATTA, Maria (Org). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. 2018. Disponível em:

https://proen.ifes.edu.br/images/stories/Institutos_Federais_de_Educa%C3%A7%C3%A3o_Ci%C3%Aancia_e_Tecnologia_-_Rela%C3%A7%C3%A3o_com_o_Ensino_M%C3%A9dio_

Integrado_e_o_Projeto_Societ%C3%A1rio_de_Desenvolvimento.pdf. Acesso em: 14/09/2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. In: SALETE, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, p. 748-759, 2012

GAVIOLI. Janice Silva. **Tráfico negreiro: a diáspora de um continente**. TCC - Pós-graduação Lato Sensu em História da África. juiz de Fora-MG, Instituto de Ciências humanas, 49 P, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/5739/1/janicesilvagavioli.pdf>_Acesso em: 11/04/2021.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2021.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012. Disponível em http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/5_Gomes_N%20L_Rel_etnico_raciais_educ%20e%20descolonizacao%20do%20curriculo.pdf. Acesso em 28 dez. 2023.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n. 2, v. 22, p. 5, 1997. Disponível em : <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71361/40514>. Acesso em: 09/10/2023

HOUAISS. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IBGE. **População Palmas-Tocantins**, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/palmas/panorama>. Acesso em: 07/12/2023

IBGE. **Desembarque estimado de escravos africanos no Brasil, por procedência regional - períodos de 1701-1710 a 1801-1810**. 2000. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros/regioes-de-origem-dos-escravos-negros.html>. Acesso em: 25/08/2022.

IBGE. Censo Demográfico Quilombolas, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102016.pdf>. Acesso em: 15/08/2022.

IFTO. **Plano de Desenvolvimento Institucional, PDI 2020-2024**. Disponível em <https://portal.iftto.edu.br/iftto/colegiados/consup/documentos-aprovados/planos/pdi/pdi-iftto-2020-2024.pdf/@@download/file/pdi-iftto-2020-2024.pdf>_Acesso em: 26/08/2023.

IFTO. **Regimento interno do Campus Palmas, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins**, 2019. Disponível em:

https://portal.ifto.edu.br/palmas/centrais-de-conteudos/documentos/documentos-para-colaboracao/regimento_interno.pdf/@@download/file/regimento_interno.pdf_Acesso em: 13/08/2023.

ISA. **Mais de 98% dos territórios quilombolas no Brasil estão ameaçados**.2024.

Disponível em:

<https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/mais-de-98-dos-territorios-quilombolas-no-brasil-estao-ameacados>. Acesso em: 22/08/2024

KARASCH, M. Os quilombos de ouro na capitania de Goiás. REIS, J. J.; GOMES, F. S. (org). In: **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. 4. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1996. p. 240-258

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro. Zahar, 2019.

LEITE. Maria Edimaci Teixeira Barbosa. **Comunidades remanescentes de quilombo em Paranã-Tocantins: educação escolar, história, memória, cultura e narrativas**, 2021. Tese (Doutorado em Educação) –Educação, Sociologia e Cultura, Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia-GO, p. 229. 2021. Disponível em:

<https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/4712/2/Maria%20Edimaci%20Teixeira%20Barbosa%20Leite.pdf>. Acesso em: 23/09/2022.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVERIA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. rev. e ampl. - São Paulo: Cortez, 2012.

LOPES, Maria Aparecida de oliveira. **Experiências históricas dos quilombolas no Tocantins: organização, resistência e identidades**. 2009.

Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/download/116/518>. Acesso em: 09/11/2023.

LOPES, Rita de Cássia Domingues. **Identidade e Territorialidade na Comunidade Remanescente de Quilombo Ilha de São Vicente- Tocantins**. Palmas: EDUFT. 2020.

LOTTERMANN, Osmar; SILVA, Sidinei Pithan da. A Gênese do Currículo Integrado: referenciais teóricos e suas implicações políticas, epistemológicas e sociais. In: HAMES, Clarinês; ZANON, Lenir Basso; PANSERA-DE-ARAÚJO, Maria Cristina (Org.). **Currículo integrado, educação e trabalho: saberes e fazeres em interlocução**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2016.

LUVIZOTTO. Caroline Kraus. Etnicidade e identidade étnica. 2009. In: LUVIZOTTO, CK. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul [online]**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 93 p. Disponível em:

<https://books.scielo.org/id/kkf5v/pdf/luvizotto-9788579830082-04.pdf>. Acesso em: 24/03/2022.

MAIA, Bruna Soraia Ribeiro; MELO, Vico Dênis Sousa de. A colonialidade do poder e suas subjetividades. **Teoria e Cultura**. 2020. Disponível em

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/30132>. Acesso em 20/09/2023.

MEC. **Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional**. Brasília: Junho, 2008.

Disponível em; <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoes/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 24/11/2023.

MEC. **Educação Profissional e Tecnológica**. 2018. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept/apresentacao-ept>. Acesso em: 15/08/2023.

MELLO, Carolina Iuva de ; FROEHLICH, José Marcos. Território feito à mão: o artesanato como expressão identitária em comunidades remanescentes quilombolas. **Tessituras**, Pelotas, v.10, n.2 Jul-Dez 2022. Disponível em:

<https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/tessituras/article/view/4885/4194>. Acesso em : 25/08/2023.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais-RBCS**. São paulo, Vol. 32, nº 94, junho. 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPx5Zr3yrMjh7tCZVk/abstract/?lang=pt>. Acesso em : 17/10/ 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MOURA, Dante Henrique. **A organização curricular do ensino médio integrado a partir do eixo estruturante: trabalho, ciência, tecnologia e cultura**. 2012a. Disponível em:

https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/23326/1/2012_art_drmoura.pdf. Acesso em: 16/09/2023.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. 5ª ed. - Teresina : EdUESPI, 2021.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões na senzala, quilombos, insurreições, guerrilhas**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

MOURA, Glória. A educação e as comunidades remanescentes de quilombos. **Revista Palmares em Ação**, Brasília, Ano I, n. 1, 2007. Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Educacao-quilombola.pdf>. Acesso em 22/06/2023

MOURA; Glória. **Festas dos quilombos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012. Disponível em:

<https://www.editora.unb.br/downloads/24H/As%20festas%20dos%20quilombos-web.pdf>. Acesso em: 13/07/2022.

MOTA, Alice Agnes Spíndola. **Infrapolítica no quilombo de Mumbuca, no Tocantins: negociação e resistência no processo de elaboração de um termo de ajustamento de conduta**.

2024. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/55970/35966>. Acesso em: 15/04/2023.

MOREIRA, A. F. B. e CANDAU, V. M. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 245 p.

MUNANGA, Kabengele. **Origem e histórico do Quilombo na África**, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28364/30222>. Acesso em: 22/ 01/2023.

NASCIMENTO, Solange Aparecida do. **Entre o vivido e o sentido na escola: uma experiência formativa na comunidade quilombola Lagoa da Pedra, TO**. Tese(doutorado), Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/1095/1/Solange%20Aparecida%20do%20Nascimento%20-%20Tese.pdf>. Acesso em: 07/11/2023.

NUNES, Otília Paiva; AMARAL, Leila Dias Pereira do; ALVES, Sérgio Roberto Jorge. O Protagonismo das mulheres quilombolas da Comunidade Barra da Aroeira em defesa de seu território. **Revista Humanidades e Inovação**, v.8, n.58, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5521/3479>. Acesso em: 23/05/2023.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos Institutos Federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. Natal: IFRN, 2015. Disponível em : <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1018/Fundamentos%20Poli%CC%81tico-Pedago%CC%81gicos%20dos%20Institutos%20Federais%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 09/ 02/2023.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. 2011. Disponível em: https://www.fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2019/12/67_Institutosfederais.pdf Acesso em: 09/ 04/2023.

PEREIRA, Ana Lúcia. **Famílias quilombolas: história, resistência e luta contra a vulnerabilidade social, insegurança alimentar e nutricional na Comunidade Mumbuca – Estado do Tocantins**. Doutorado (acadêmico). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Araraquara/SP, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/b13ef5a8-5335-4032-bf21-a1aff9a9b4b1/content>. Acesso em: 25/11/2022.

PEREIRA NETO. Marcos Antônio . **Territórios e trajetórias socioespaciais da comunidade quilombola Dona Jucelina em Muricilandia-TO**. Dissertação (Mestrado), em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás (UFG), GOIÂNIA 2021. Disponível em: https://repositorio.bc.ufg.br/tedeserver/api/core/bitstreams/6fa9f969-54bb-48dd-996b-def4f49f8619/content_Acesso em: 03/12/2023

PINAR, W.F. **Estudos Curriculares: ensaios selecionados**. São Paulo: Cortez, 2016.

PINHEIRO; Ailki de Souza. **A atuação do sistema de justiça na efetivação do direito fundamental à territorialidade das comunidades quilombolas tocantinenses**. (Relatório Técnico) Pós-Graduação Stricto Sensu. UFT.Palmas, 2020. Disponível Em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/2067/1/Ailk%20de%20Souza%20Pinheiro%20-%20Disserta%20c3%a7%20c3%a3o.pdf>. Acesso em: 20/09/2021.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4386378/mod_folder/content/0/Quijano%20Colonialidade%20do%20poder.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 23/07/2023

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade de poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de S.; MENESES, Maria P. (Orgs.) **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

RAMOS, Marise. **História e política da Educação Profissional**. Curitiba, PR: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 23/07/2023.

RAMOS, Marise. O currículo para o ensino médio em suas diferentes modalidades: concepções, propostas e problemas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 771-788, jul.-set. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/NrgqwnZ4vG6DP8p5ZYGn4Sm/?format=pdf&lang=pt_ Acesso em: 22/09/23.

RAMOS, Marise. Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, J. (org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

RODRIGUES, Tatiane Daby de Fatima Faria. OLIVEIRA, Guilherme Saramago de. SANTOS, Josely Alves dos. **As pesquisas qualitativas e quantitativas na educação**. 2021. Disponível em : <https://revistaprisma.emnuvens.com.br/prisma/article/view/49/41>. Acesso em : 11/09/2022.

SACRISTÁN, José Gimeno. O que significa currículo? In: SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Tradução: Alexandre Salvaterra revisão técnica: Miguel Arroyo. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOMÉ, Furjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. 9. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SANTOS, Katiane da Silva. **Do passado ao presente: a Festa 13 de Maio da Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO**. Dissertação (mestrado acadêmico). Universidade Federal do Tocantins. Campus Universitário de Araguaína. Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares de Cultura e Território. Araguaína-TO, 2018. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/1647/1/Katiane%20da%20Silva%20Santos%20-%20Disserta%3%a7%3%a3o.pdf>. Acesso em: 28/10/2022.

SANTOS. Mayana Fernandes dos. **Os laços culturais e a organização social como fatores para desenvolvimento da comunidade Dona Jucelina em Muricilândia-TO**. 2021.

SILVA, T. T. da. **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos e identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999

SOUSA, Ruberval Rodrigues de ; LIMA, Maria Dilma de. A endogeneização no povoado Mumbuca, no Jalapão/TO: uma ferramenta para o desenvolvimento local. **Interface**, Porto Nacional, ed. 05, Out. 2012. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/interface/article/view/361/256_ Acesso em: 06/12/2023.

SOUSA, Jane Guimarães; ANDRADE, Karylleila dos Santos. **Cantigas de lindô na comunidade remanescente de quilombola de Cocalinho: uma “pisada boa” .2022**. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/39027/26334> Acesso em: 23/08/2023

SOUZA. Alex Montel de. **Memória, processos de identidade cultural e desobediência epistêmica na/ da Comunidade quilombo Ilha de São Vicente em Araguatins- TO**. 2018. Disponível em: https://abralic.org.br/anais/arquivos/2018_1547575697.pdf. Acesso em: 12/03/2024.

SOUZA. Lucas Barbosa; CHAVEIRO. Eguimar Felício. Território, ambiente e modos de vida: conflitos entre o agronegócio e a Comunidade Quilombola de Morro de São João, Tocantins. **Soc. Nat.**, Uberlândia, MG, v.31,| p.1-26,| 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/42482/25855>. Acesso em: 22/08/2022.

SOUZA. Maria de Mello e. **África e Brasil africano**. São Paulo: Ática, 2006.

SUDRÉ, Stephanni Gabriella Silva; CALDEIRA, Regiane Culinária; SIARES, Tiago Diniz. **Culinária Tradicional Quilombola: expressões culturais e potencialidades turísticas da Comunidade Cocalinho -Tocantins**. 2021. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/15960/9696>. Acesso em: 18/09/2022

TESKE. Wolfgang. Comunidade quilombola Lagoa da Pedra, Arraias (To) e seu patrimônio imaterial. **Revista Mosaico**, Goiânia, v. 6, n. 1, p. 65-76, jan./jul. 2013 . Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/2746/1672>. Acesso em: 03/12/2022.

TESKE. Wolfgang. **A Roda de São Gonçalo na comunidade quilombola Lagoa da Pedra em Arraias (TO): um estudo de caso de processo folkcomunicacional**. Goiânia: Kelps, 2008.

THOMAS. Fernanda. **Um breve passeio pela história e culturas africanas**. Juiz de Fora : Editora UFJF, 2022. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/editora/wp-content/uploads/sites/113/2022/11/Um-breve-passeio-pela-historia-e-cultura-africanas-Fernanda-Thomaz.pdf>. Acesso em: 23/07/2023

TONIAL, Felipe Augusto Leques; MAHEIRIE, Kátia; GARCIA JR, Carlos Alberto Severo. A resistência à colonialidade: definições e fronteiras. **Revista de Psicologia da UNESP**, 16(1), 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/revpsico/v16n1/v16n1a02.pdf>. Acesso em 02/10/ 2022.

TUPINAMBÁ, Khalla Ribeiro ; SOUZA, Ivanise Borges. A comunidade quilombola Dona Juscelina (Muricilândia, To): inventário, turismo e educação patrimonial. Revista **Temporis[ação]** , [S. l.], v. 21, n. 01, p. 25, 2021. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/10580>. Acesso em: 12/08/2022.

VIZOLLI, Idemar; SANTOS, Rosa Maria Gonçalves; MACHADO, Renato Francisco. Saberes Quilombolas: um estudo no processo de produção da farinha de mandioca. **Bolema**, Rio Claro (SP), v. 26, n. 42B, p. 589-608, abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bolema/a/LM5VKtbPWQSbVdnFcb5pjZs/abstract/?lang=pt>_Acesso em: 22/06/2022.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL)**, Pelotas, v. 5 n. 1, 2019. Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/revistadireito/article/view/15002>. Acesso em :15 /12/2022.

WALSH, Catherine.. **Interculturalidade crítica e educação intercultural**. Seminário “Interculturalidade e Educação Intercultural”. 2009.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Produto educacional



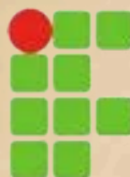
INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
TOCANTINS



Curriculo aquilombado:

**caminhos outros para
uma interculturalidade
na Educação Profissional
e Tecnológica do
Tocantins.**

Curriculo aquilombado: caminhos outros para uma interculturalidade na Educação Profissional e Tecnológica do Tocantins.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
TOCANTINS



Ficha catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

A658c Araújo, Sandra Regina Evangelista
 Currículo aquilombado: : caminhos outros para uma
 interculturalidade na Educação Profissional e Tecnológica do
 Tocantins / Sandra Regina Evangelista Araújo, Khellen Cristina Pires
 Correia Soares. – PALMAS, TO, 2024.
 67 p. : il. color.

 Formato: Cartilha
 Produto Educacional (Mestrado Profissional em Educação
 Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência
 e Tecnologia do Tocantins, Campus Palmas, PALMAS, TO, 2024.

 Orientador: Dr. Khellen Cristina Pires Correia Soares

 Produto Educacional vinculado à Dissertação:

 1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Currículo e cultura
 quilombola. 3. Educação Intercultural. I. Soares, Khellen Cristina
 Pires Correia. II. Soares, Khellen Cristina Pires Correia III. , . IV.
 Título.

CDD 370

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins
de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a).

Descrição técnica

Título do Produto: Currículo aquilombada: caminhos outros para uma Educação intercultural na Educação Profissional e Tecnológica no Tocantins.

Origem do Produto: Criado a partir da dissertação intitulada “o lugar da cultura quilombola na organização do currículo integrado da EPT : um estudo no Instituto Federal do Tocantins-Campus Palmas” desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Campus Palmas, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.

Área do conhecimento: Ensino

Linha de pesquisa: Organização e Memória dos Espaços Pedagógicos na EPT.

Público-alvo: Professores, coordenadores pedagógicos, diretores, alunos, servidores do IFTO-Campus Palmas e demais interessados em conhecer a história e a cultura de comunidades quilombolas do estado do Tocantins

Categoria do produto: Cartilha digital / institucional

Finalidade: Fornecer, principalmente para a sala de aula, um material de apoio que fale da história e da cultura de povos quilombolas do estado do Tocantins.

Organização do Produto: Este produto é composto por uma cartilha dividida em 8 (oito) seções, contendo textos e fotografias que ressaltam a história e cultura das comunidades quilombolas do estado do Tocantins.

Registro: Biblioteca João Pedro II do IFTO/ Campus Palmas

Disponibilidade: Irrestrita, desde que sejam respeitados os direitos autorais.

Divulgação: Formato digital no site:

<https://educapes.capes.gov.br/>.

Idioma: Português

Cidade: Palmas -TO

País: Brasil

Ano: 2024



Autoras



SANDRA REGINA EVANGELISTA ARAUJO

Graduada em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins/Campus de Porto Nacional, Especialista em Gestão Pública e Legislação pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Assistente Administrativo da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Arraias, Tocantins.

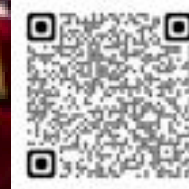
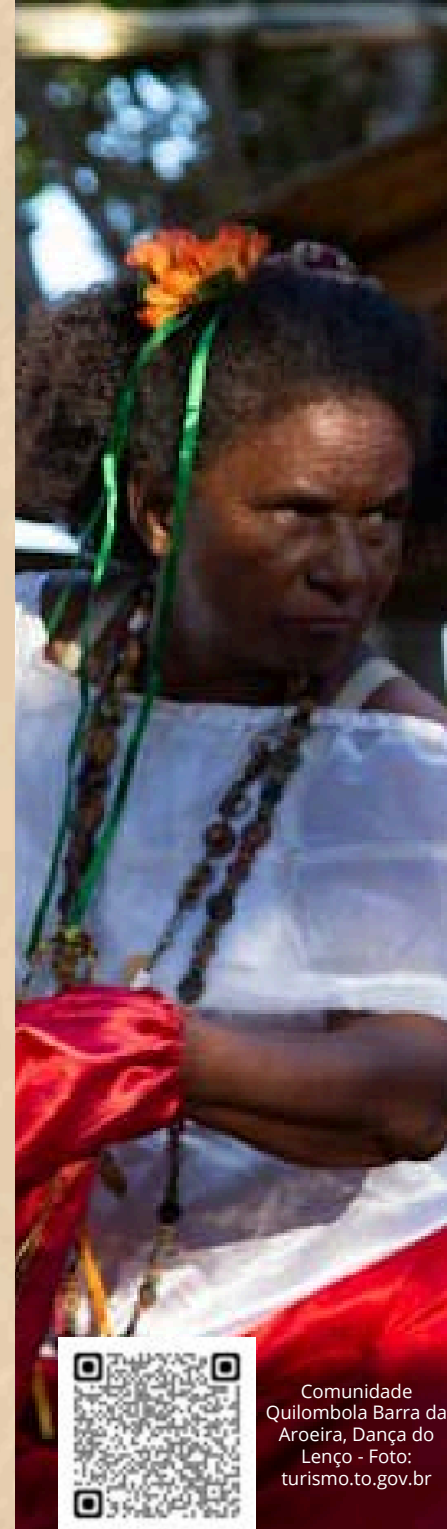


KHELLEN CRISTINA PIRES CORREIA SOARES

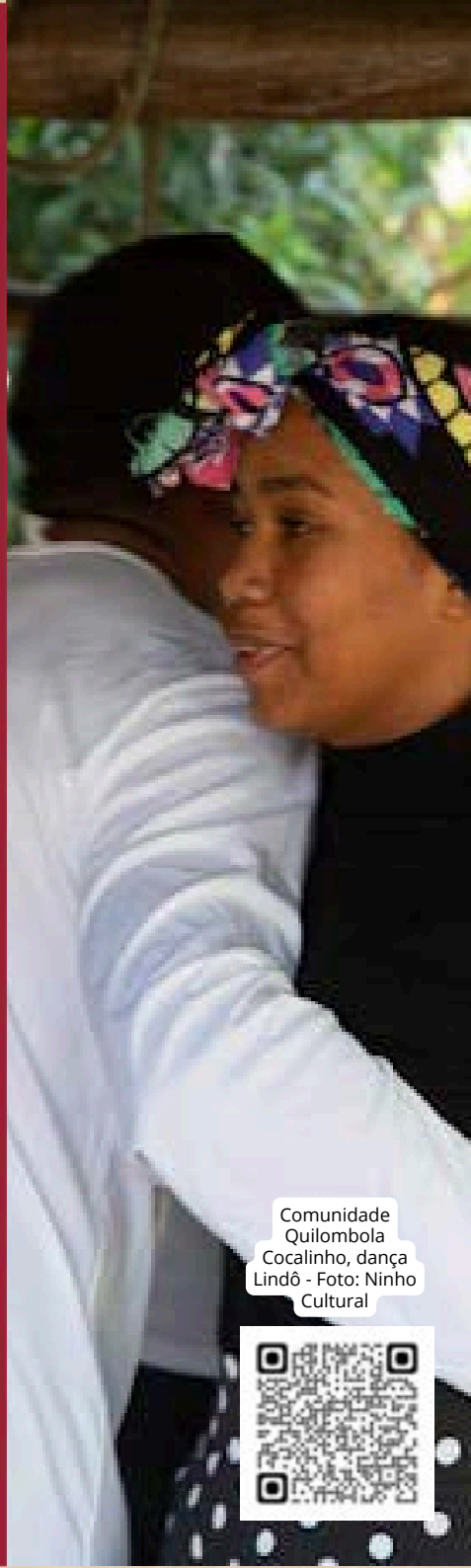
Pós-Doutora em Educação pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Doutora em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Ciências da Educação Superior pela Universidade Católica de Goiás (2006). Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal do Tocantins (2013). Licenciada em Educação Física pela Universidade Estadual de Goiás (1999). Professora efetiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO). Professora do Mestrado PROFEPT e do curso de Licenciatura em Educação Física do IFTO. Experiência na área de Educação Física com ênfase na perspectiva interdisciplinar, sendo os seguintes temas o foco dos meus estudos: lazer, educação física, educação intercultural e estudos étnicos e raciais.

Sumário

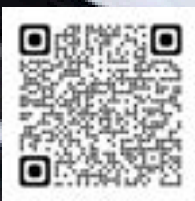
1. Apresentação	06
2. Introdução	07
3. As Comunidades Quilombolas do Tocantins	10
4. A cultura das comunidades quilombolas do Tocantins	16
4.1 Comunidade Quilombola Cocalinho	20
4.2 Comunidade Quilombola Morro do São João	23
4.3 Comunidade Quilombola Mumbuca	25



Comunidade
Quilombola Barra da
Aroeira, Dança do
Lenço - Foto:
turismo.to.gov.br



Comunidade
Quilombola
Cocalinho, dança
Lindô - Foto: Ninho
Cultural



4.4 Comunidade Quilombola Barra da Aroeira	27
4.5 Comunidade Quilombola Lagoa da Pedra	30
4.6 Comunidade Quilombola Dona Juscelina	33
5. Processo de reconhecimento e certificação	36
6. Direitos para os Quilombos	38
7. Sugestões para disciplinas curriculares	42
8. Trabalhos sobre as Comunidades Quilombolas do Tocantins	46
Referências	61

1 - APRESENTAÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido na linha de pesquisa Organização e Memória dos Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica-EPT e faz parte do macro projeto 5 Organização do Currículo Integrado, o qual abriga projetos que trabalham na perspectiva da organização do currículo integrado na EPT.

A partir dos resultados encontrados na pesquisa de mestrado intitulada “ O lugar da cultura quilombola na organização do currículo integrado da EPT: um estudo no Instituto Federal do Tocantins/Campus Palmas”, objetivou-se criar uma cartilha digital de orientação para ser um instrumento de busca e auxiliar tanto professores, coordenadores pedagógicos, diretores, alunos, servidores, do IFTO-Campus Palmas e demais interessados no tema, a conhecer a história e a cultura de comunidades quilombolas do estado do Tocantins. A intenção foi fornecer, principalmente para a sala de aula, um material de apoio que fale da história e da cultura de povos quilombolas desse estado.



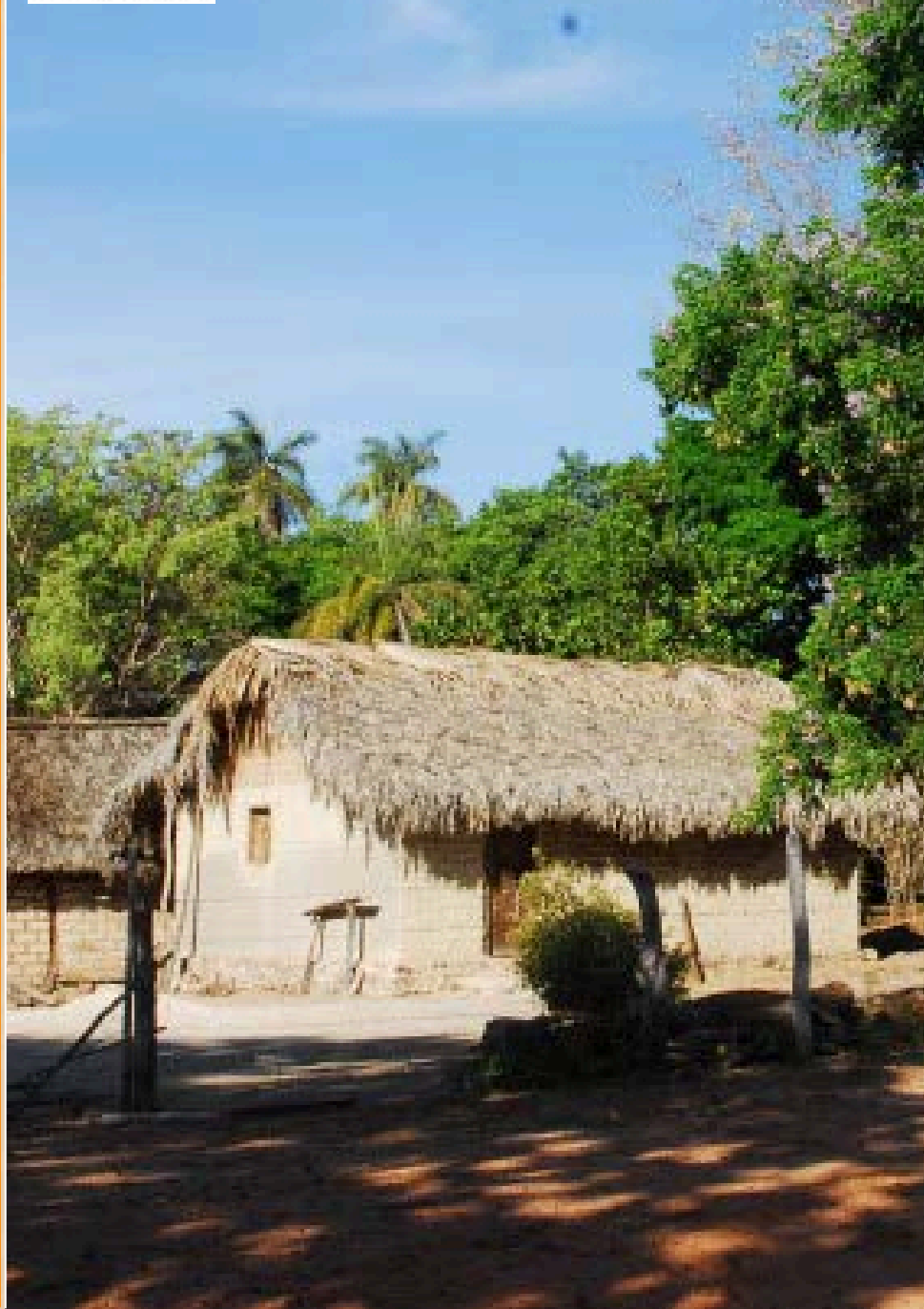
A cartilha é composta por material textual acerca da história e da cultura dos povos quilombolas, documentos que representam os marcos legais para eles e também uma espécie de banco de dados, com uma seleção composta por livros, artigos, teses, dissertações e documentários, que abordam história, modo de vida e cultura das comunidades quilombolas do estado do Tocantins, com vários QR code de acesso. Além disso, há, em várias páginas desta cartilha, pequenos trechos do livro "Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade" da autora bell hooks, o qual foi uma das inspirações para a elaboração desta cartilha.

Este material se justifica devido à escassez ou até mesmo falta de material relacionado ao tema para se trabalhar em salas de aula. O produto cria possibilidades para a ressignificação do lugar ocupado pelos quilombolas no currículo do EMI da EPT, contribuindo para uma Educação Intercultural que valorize a história e a cultura afro-brasileira e africana, e desconstrua padrões discriminatórios, racistas e excludentes.





Comunidade
Mumbuca - Foto:
Adetuc/Governo do
Tocantins



2 - INTRODUÇÃO

Os negros africanos trazidos para as Américas na condição de escravos eram submetidos a todo tipo de violência, desde a violência física, como os castigos e a exaustão pelo trabalho forçado, como também a violências psicológicas, que incluíam a dissolução de vínculos familiares, a proibição de manifestações de crenças religiosas e práticas culturais de suas regiões de origens.

Diante de um sistema cruel que lhes negava a condição de humanos, os negros escravizados nem sempre costumavam aceitar essa cruel realidade que lhes foi imposta e resistiam das mais variadas formas. Essa resistência, de acordo com os autores Moura (1981) e Arruti(2006), incluía motins, insurreições, assassinatos, suicídios e fugas, estas que, em sua grande maioria, resultaram na formação dos quilombos. “(...) este último vai se configurar como o fato espacial mais expressivo, distribuído por quase todo o território brasileiro,”(ANJO, 2006, p. 09)

Segundo o antropólogo Munanga (1996, p, 58), pesquisador brasileiro-engoles, “o quilombo é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas bantos (kilombo, aportuguesado: quilombo)”. Para o autor, os quilombos são originários do continente africano. Por terem sido trazidos para o Brasil no período escravocrata, esses movimentos quilombolas foram espalhados em todo território brasileiro, conforme afirma Moura (2021): “No Brasil, o quilombo marcou sua presença durante todo o período escravista e existiu praticamente em toda a extensão do território nacional” (MOURA, 2021, p. 24).

Estudos e pesquisas mostram que, além dos quilombos que surgiram em varias partes do território brasileiro no período da escravidão, outros foram formados também após a abolição dos escravos em 1888, uma vez que viver em quilombos “ continuou a ser, para muitos, a única possibilidade de viver em liberdade”(BRASIL, 2005, p. 9).

Nestes espaços, embora vivendo relegados à própria sorte, pois não possuíam qualquer patrimônio ou condições financeiras, os negros e negras aquilombados conseguiram manter e preservar sua identidade através das suas manifestações culturais. "É possível afirmar que a ligação com o passado reside na manutenção de práticas de resistência e reprodução do seu modo de vida num determinado local, onde prevalece a coletividade dos bens materiais e imateriais," (BRASIL, 2005, p. 10).

Ao longo da nossa história, foram várias as definições que surgiram para designar o termo quilombo, as quais variam muito de autor para autor, mas, em sua essência, são muito parecidas.

Aqui no Brasil, este conceito, ao longo da história, foi utilizado para se referir aos quilombos apenas como espaço de negros em fuga, e não fazia menção a questões relacionadas às representações culturais, religiosas e identitárias que esses povos carregavam para esses espaços. Para a autora Moura (1999), "o termo quilombo não se refere apenas a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica (...)." (MOURA,1999, p.102-103).

Para a autora, a resignificação do termo se sobrepõe ao conceito de espaço de negros fugitivos, ela aponta que, "(...) sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos na consolidação de um território próprio." (MOURA,1999, p.102-103).

O autor Arruti (2006) também fala do termo quilombo nesta concepção de espaço histórico e mantenedor de manifestações culturais.

O conceito contemporâneo de quilombo efetivamente deu tradução legal a uma demanda coletiva pela pluralização dos direitos, sustentado na observação da diversidade histórica, étnica e cultural da população compreendida pelos limites territoriais do Estado brasileiro. (Arruti, 2006, p. 338)

Na perspectiva de Arruti (2006), além da visão conceitual e política que dá suporte ao termo quilombo, há também a base histórica, cultural e social que amplia a significação do termo. Hoje, são territórios de resistência cultural e deles são remanescentes os grupos étnicos raciais que assim se identificam. (BRASIL, 2005, p.10).



"(...) os educadores têm o dever de confrontar as parcialidades que têm moldado as práticas pedagógicas em nossa sociedade e de criar novas maneiras de saber, estratégias diferentes para partilhar o conhecimento". (HOOKS, 2013, p. 23)



Livro Quilombolas do
Tocantins: Palavras e
Olhares - Foto: DPE-
TO/ Loise Maria e
Silva



3 - AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO TOCANTINS

A história do surgimento de boa parte das comunidades quilombolas do estado do Tocantins está ligada às descobertas de ouro em várias partes desse território que era conhecido, na época, como antigo norte goiano, dando origem à mineração, uma atividade econômica praticada no século XVIII até meados do século XIX.

Apolinário (2007) aponta que “a bandeira chefiada por Bartolomeu Bueno da Silva descobre as primeiras minas auríferas da futura capitania de Goiás em 1722” (APOLINÁRIO, 2007, p. 41). Ainda segundo Apolinário (2007), “a atividade de mineração teve como elemento fundamental o trabalho escravo”. (APOLINÁRIO, 2007, p. 41)

Para trabalhar nas recém descobertas minas de ouro do norte goiano, foram trazidos para essa região centenas de africanos escravizados, os quais, por muito tempo, representaram a mola propulsora dessa atividade econômica.

Enquanto economia colonial, a mineração teve como elemento fundamental o trabalho escravo. A busca incessante de grandes descobertas auríferas, impulsionada pelos incentivos econômicos, sociais e políticos da metrópole, facilitou a utilização em grande escala da mão de obra africana. (APOLINÁRIO, 2007, p. 41)

Para a autora, todos os processos da atividade mineradora foram realizados pelo trabalho escravo, pois centenas de africanos escravizados faziam o trabalho de extração do ouro encontrado nas minas.

Como em toda região brasileira oriunda da mineração, que teve o trabalho escravo como mola propulsora da economia, aconteceram as revoltas e as fugas dos africanos e africanas escravizados, cuja meta era a sua liberdade e também sua afirmação identitária. Assim, houve a formação dos quilombos.

No estado do Tocantins, antigo norte goiano, não foi diferente. Segundo a historiografia, inúmeros quilombos se formaram nessa região ao longo dos tempos, como afirma Karasch (1996): “Toda localidade mineira de Goiás, já se disse, vivia à sombra dos quilombos”. (KARASCH, 1996, p. 244). A autora aponta ainda que,

Embora possamos conhecer as razões de ter sido possível a formação de quilombos em Goiás, seu número exato é desconhecido. A afirmação mais comum nas fontes do século XVIII é que eram “numerosos”. (KARASCH, 1996, p. 245).

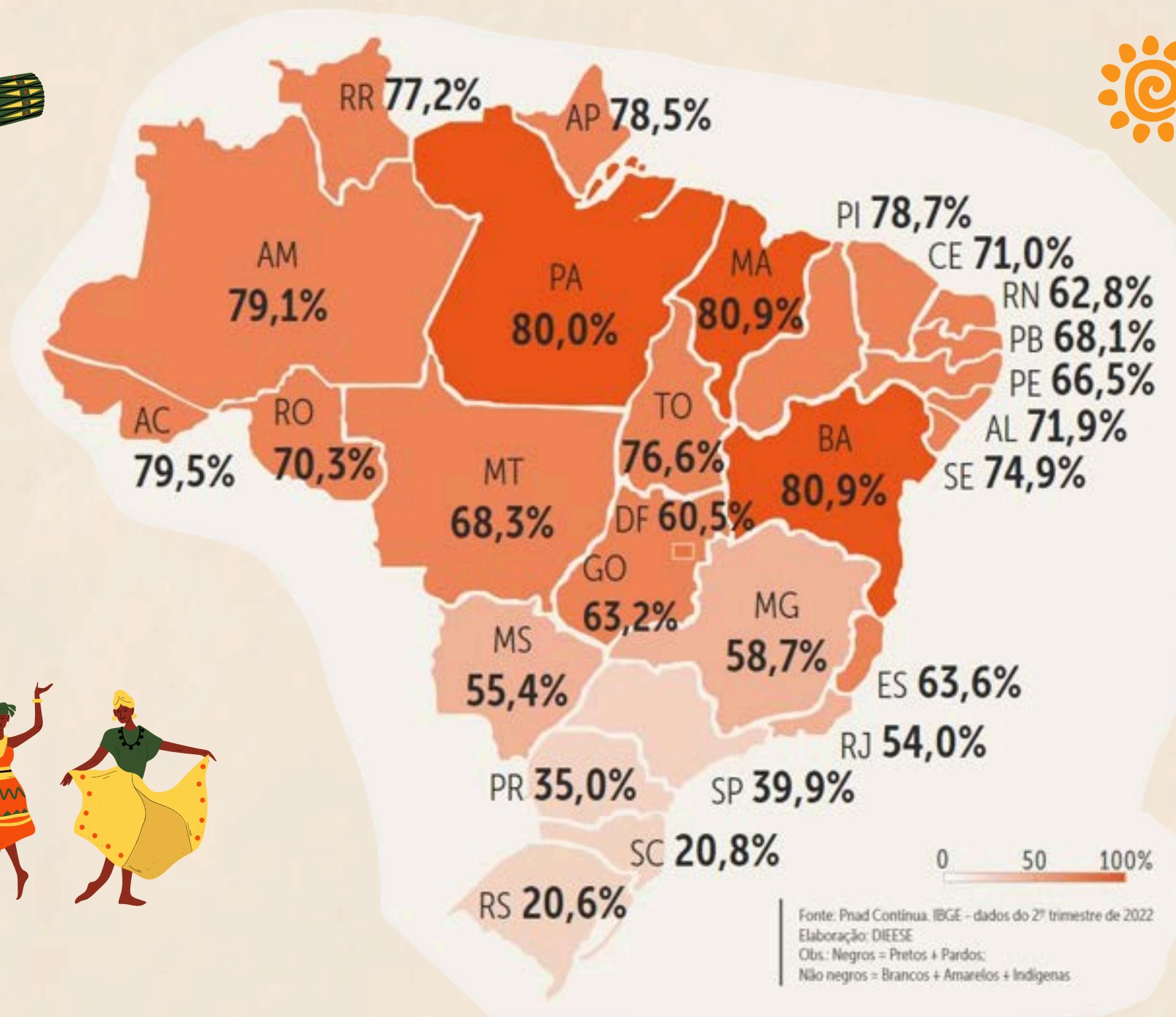
A partir da fala dessas autoras, percebemos que os africanos escravizados trazidos não só para a região do antigo norte goiano, como para o território brasileiro como um todo, buscaram de toda forma meios de defesa e afirmação da sua liberdade, lutaram contra as crueldades impostas pelo sistema e se organizavam para as fugas e, conseqüentemente, houve a formação dos quilombos.

Além das comunidades quilombolas que se formaram a partir da mineração, no Tocantins, existem também as comunidades cuja origem não está ligada à atividade da mineração, nem tampouco ao período escravocrata. São comunidades que se formaram a partir da fuga de outros estados. “Os africanos fugidos do Maranhão, da Bahia e de Pernambuco percorreram a rota do sertão com destino ao norte e nordeste de Goiás.” (LOPES 2009, p 04)

A forte presença do africano escravizado nessa região influenciou e continua influenciando tanto a composição da população tocantinense, como também as manifestações culturais do estado. De acordo com dados do IBGE (2022), a população do estado é composta, em sua grande maioria, por negros e negras.



Livro Quilombolas do
Tocantins: Palavras e
Olhares - Foto: DPE-
TO/ Loise Maria e
Silva



Outra influência da presença do africano escravizado aqui no Tocantins é o quantitativo de comunidades quilombolas existentes na atualidade em várias partes do território tocantinense. Hoje o estado possui 46 comunidades reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares-FCP, como mostra o quadro abaixo:

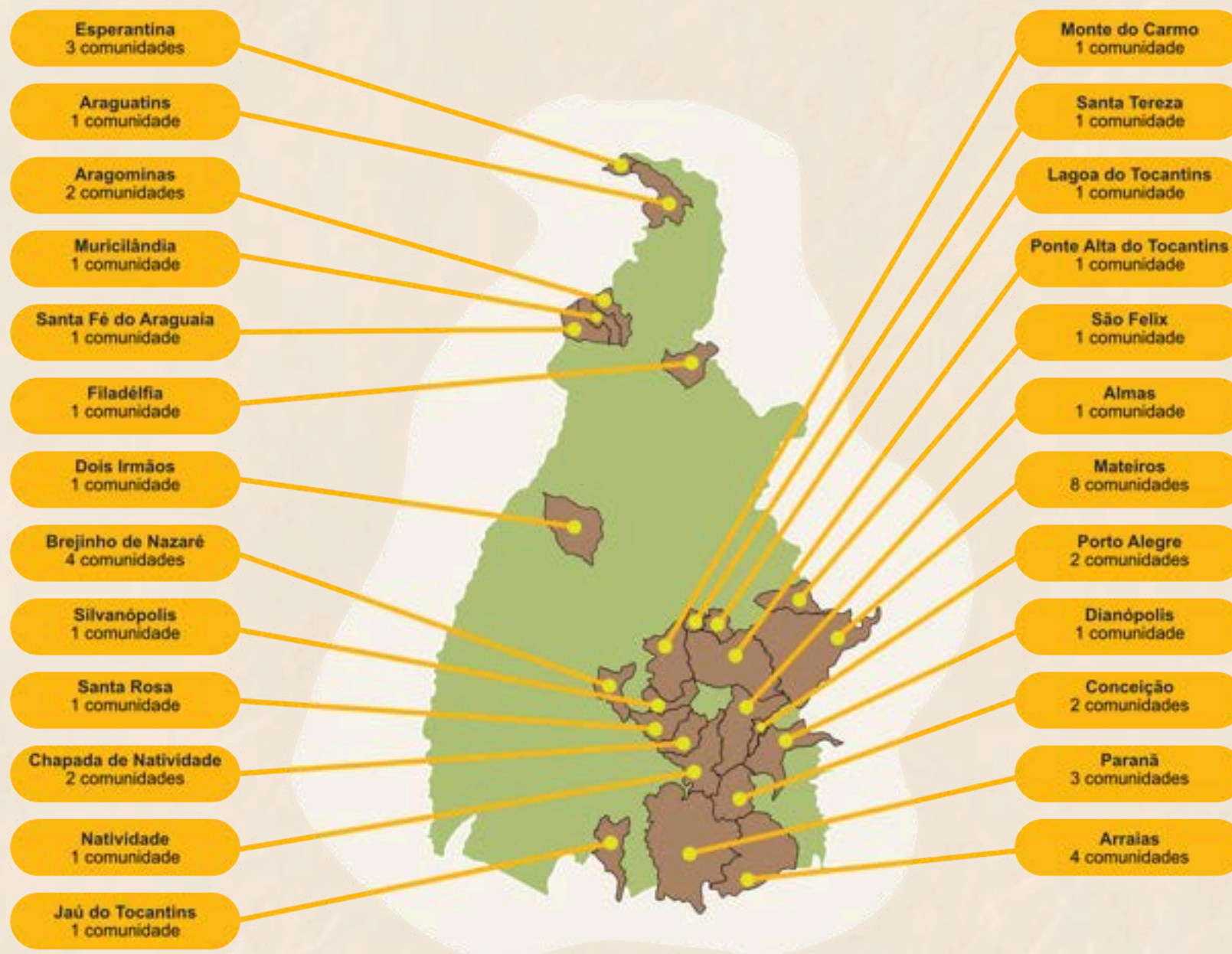
Item	Comunidade	Município
1	Baião Almas	Almas
2	Projeto da Baviera	Aragominas
3	Pé do Morro	Aragominas
4	Ilha de São Vicente	Araguatins
5	Lagoa da Pedra	Arraias
6	Kalunga do Mimoso	Arraias
7	Kágados	Arraias
8	Lagoa dos Patos	Arraias
9	Córrego Fundo	Brejinho de Nazaré
10	Malhadinha	Brejinho de Nazaré
11	Curralinho do Pontal	Brejinho de Nazaré
12	Manoel João	Brejinho de Nazaré
13	São José	Chapada da Natividade
14	Chapada da Natividade	Chapada da Natividade
15	Água Branca	Conceição do Tocantins
16	Matões	Conceição do Tocantins
17	Lajeado	Dianópolis
18	Santa Maria das Mangueiras	Dois Irmãos

Item	Comunidade	Município
19	Carapiché	Esperantina
20	Ciriaco	Esperantina
21	Prachata	Esperantina
22	Grotão	Filadélfia
23	Rio das Almas	Jaú do Tocantins
24	Rio Preto	Lagoa do Tocantins
25	Mumbuca e Arredores	Mateiros
26	Carrapato	Mateiros
27	Formiga	Mateiros
28	Ambrósio	Mateiros
29	Rio Novo	Mateiros
30	Rio Preto	Mateiros
31	Riachão	Mateiros
32	Boa Esperança	Mateiros
33	Mata Grande	Monte do Carmo
34	Dona Juscelina	Muricilândia
35	Redenção	Natividade
36	Claro	Paranã
37	Prata	Paranã

Item	Comunidade	Município
38	Ouro Fino	Paranã
39	Lagoa Azul	Ponte Alta do Tocantins
40	Laginha e Áreas Vizinhas	Porto Alegre
41	São Joaquim e Áreas Vizinhas	Porto Alegre
42	Cocalinho e Arredores	Santa Fé do Araguaia
43	Morro de São João	Santa Rosa
44	Barra do Aroeira	Santa Tereza
45	Povoado do Prata e Arredores	São Félix do Tocantins
46	Raiz do Quilombo	Silvanópolis



As 46 comunidades quilombolas reconhecidas e certificadas apresentam um quantitativo populacional de 12.881 pessoas, como aponta o IBGE (2022). A ilustração a seguir mostra a distribuição das comunidades no estado do Tocantins.



Essas comunidades quilombolas localizadas de norte a sul do estado possuem características específicas que diferem uma das outras, mas no geral apresentam semelhanças no que se refere aos costumes e tradições, no respeito pelo sagrado, no uso e na ligação com a terra.

Elas continuam preservando esses princípios e mantendo suas tradições culturais, celebram a vida com suas danças e festas tradicionais e, assim, reforçam o sentimento de pertencimento ao grupo e fortalecem sua identidade.



Certas pessoas acham que todos os que apoiam a diversidade cultural querem substituir uma ditadura do conhecimento por outra, trocar um bloco de pensamento por outro. Talvez seja essa a percepção mais errônea da diversidade cultural. (HOOKS, 2013, p. 49).



Comunidade
Quilombola de
Lajeado, município
Dianópolis - TO. -
Foto: Fernanda Costa



4 - A CULTURA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO TOCANTINS

O QUE É CULTURA

Alguns estudiosos mostram que a palavra cultura é estudada em diversas áreas do conhecimento como: antropologia, sociologia, filosofia, história, economia, entre outras, uma vez que ela abrange vários aspectos e características de um grupo de pessoas, como língua, religião, culinária, dança, vestimentas, músicas, artes e outras.

Para a autora Candau (2007), cultura corresponde aos diversos modos de vida, valores e significados compartilhados por diferentes grupos (nações, classe social, grupos étnicos) e períodos históricos , (CANDAU, 2007, p. 27). Nesse sentido, a cultura só existe em função das ações humanas, ao criar símbolos, significado e valores, os quais vão adquirindo sentido para sua vida, os homens produzem cultura.

O autor Silva (2006) afirma que cultura é uma construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social, ou seja, a cultura não é "algo natural", não é uma decorrência de leis físicas ou biológicas.

Para o autor Stuart Hall (2003), cultura significa

“(...) os sentidos e valores que nascem entre as classes e grupos sociais diferentes, com base em suas relações e condições históricas, pelas quais eles lidam com suas condições de existência e respondem a estas(...)” (HALL, 2003, p. 142).

Assim, de acordo com o autor, cultura acontece quando os homens interagem e organizam o seu modo de vida, com base nos valores e significados que vão adquirindo ao longo dos tempos.



Desta maneira, a cultura acontece quando os homens interagem e organizam o seu modo de vida, com base nos valores e significados que vão adquirindo ao longo dos tempos. Ainda segundo Stuart Hall (1997), a cultura e os elementos que estão associados a ela, adquirem relevância, para interpretar as relações e os comportamentos entre os homens.

À luz do entendimento de que a cultura se origina de valores, símbolos e significados adquiridos ao longo da trajetórias dos homens, é importante destacar que os quilombolas ao mesmo tempo que preservaram em seus territórios símbolos e aspectos da cultura africana, também ao longo dos tempos foram adquirindo outros símbolos e significados próprios do ser quilombola.

Esses aspectos estão impressos no seu modo de vida, no cotidiano, na religiosidade, na relação com a natureza, os quais se constituem e perpetuam de geração em geração. Além disso, eles têm uma forte ligação com a ancestralidade africana.

CULTURA QUILOMBOLA

É importante ressaltar que poucas comunidades conseguiram manter tais culturas ainda como seus antepassados deixaram, enquanto outras sofreram e até hoje têm sofrido transformações.

O que é perceptível, na medida em que avançam as pesquisas sobre o tema, é que cada comunidade tem particularidades, como as manifestações culturais (religiosidade, festas, cantigas, danças, culinária, artesanato, entre outras).



A religiosidade é um aspecto cultural marcante na identidade desses povos, uma vez que ela é permeada por uma mistura de crenças, ora o catolicismo, o protestantismo, ora religiões de matriz africana.

As festas que acontecem nos quilombos são carregadas de símbolos e significados que vão além de um simples evento festivo. É nestes eventos que quebram a rotina do trabalho, celebram encontros e reencontros entre amigos e familiares e, principalmente, reconstroem suas identidades.

Desta maneira, os momentos de festas são misturas de acontecimentos, socialização, práticas de tradições religiosas, momentos para se alegrarem e também para conhecermos suas danças, as músicas e o colorido de suas vestimentas.

Dentre os elementos culturais próprios das comunidades quilombolas, está o artesanato. Os autores Mello e Froehlich (2022) afirmam que “consideramos artesanato como sendo toda atividade produtiva que resultante em artefatos acabados feitos manualmente, ou com a utilização de meios tradicionais, e que aliem destreza, habilidade e criatividade.”(MELLO; FROEHLICH, 2022, p.79)



Dentre estes aspectos culturais, citamos o artesanato, feito nas comunidades quilombolas, que utiliza os recursos naturais próprios de seus territórios. Como existem comunidades quilombolas espalhadas por todo território brasileiro, o artesanato quilombola se baseia nas características dos recursos naturais de cada região. Os mais utilizados são: madeira, argila, palhas, folhas, capim, sementes e flores. Estes são utilizados na confecção de objetos de decoração, como também utensílios de trabalho, vestimentas e outros.

Outro aspecto cultural que, como já foi citado, é próprio do ser quilombola e que expressa a diversidade cultural nestes espaços é a culinária. Pelo fato também de as comunidades quilombolas estarem espalhadas por todo território brasileiro, os seus hábitos alimentares são formados de acordo com as características da região onde se encontram.

A grande maioria dos alimentos são plantados e cultivados, outros são encontrados na natureza, ou ao seu redor, e são preparados de forma simples, sem muitas elaborações complicadas.

E, assim, a cultura significa todas as maneiras que as pessoas ou grupo de pessoas usam para se expressar, por meio das festas, danças, do artesanato, no modo de viver, com seus hábitos e costumes ou na maneira de ver e viver o mundo. Desta forma, as comunidades quilombolas espalhadas por todo território brasileiro, com suas manifestações culturais, buscam resistir no tempo e lugar, demonstrando força e resistência.

É evidente que um dos muitos usos da teoria no ambiente acadêmico é a produção de uma hierarquia de classes intelectuais, onde as únicas obras consideradas realmente teóricas são as altamente abstratas, escritas em jargão, difíceis de ler e com referências obscuras. (HOOKS, 2013,p. 89)



4.1 - COMUNIDADE QUILOMBOLA COCALINHO

A comunidade quilombola Cocalinho está localizada no município de Santa fé do Araguaia, na região norte do estado do Tocantins, a 11km da sede do referido município. Recebeu o certificado de comunidade remanescente de quilombo em 2006, pela Fundação Cultural Palmares, sendo composta na época por 129 famílias.

A origem da comunidade está relacionada a um processo migratório, por um grupo de pessoas negras. Conforme Pinheiro (2020),

É uma comunidade negra e rural, formada por descendentes de escravos. Teve sua origem por volta da década de sessenta com várias famílias migrando do Maranhão para o norte do antigo Goiás (PINHEIRO 2020 ,p 70).

Para o autor, e também de acordo com publicações sobre a referida comunidade, o ponto central no processo de formação dela são relatos da migração do estado do Maranhão para o antigo norte goiano.



Comunidade
Quilombola
Cocalinho, dança
Lindô - Foto: Ninho
Cultural

Em relação à economia, o autor Pinheiro (2020) aponta que uma das principais atividades econômicas da comunidade é a agricultura de subsistência,

As principais produção da lavoura é o milho, arroz, mandioca e feijão.(...) criam galinha e porco, que servem tanto para o consumo quanto para gerar uma renda extra, pois eles também vendem no comércio local. (PINHEIRO, 2020 , p. 72)

Além da agricultura de subsistência, existe outra atividade praticada na comunidade, o extrativismo, na qual os moradores fazem a coleta do coco babaçu encontrado em abundância na região, e também a mamona, para a extração de óleos.

No que se refere às manifestações culturais desta comunidade, há as festas, por exemplo, o Dia da Consciência Negra em 20 de novembro e o 13 de maio que são os principais eventos realizados pela comunidade. Nesses eventos, várias tradições, como a dança Lindô, são celebradas pelos moradores durante os eventos.

A dança do Lindô “trata-se de uma dança de roda, dançada em pares, onde a quantidade de participantes é definida de acordo com o espaço de realização da dança.” (SUDRÉ; CALDEIRA; SIARES, 2022, p. 259).



Comunidade
Quilombola
Cocalinho, dança
Lindô - Foto: Ninho
Cultural



As autoras Sousa e Andrade(2022) explicam que o Lindô

É constituído por uma dualidade com dança e canto, semelhante à dança de roda, mas com representação de pisadas e cantos que revelam traços da religiosidade, do cotidiano da vida rural, além da história de vida e da luta dos afro-brasileiros. (SOUSA; ANDRADE,2022, p 96).

Outra expressão que faz parte das manifestações culturais desta comunidade é a culinária. A comunidade ainda prepara pratos típicos, os quais em sua maioria pelas mãos dos mais velhos. São pratos que não são muito presentes no cotidiano da comunidade, apenas nos momentos festivos, como por exemplo o bolo de puba, "(...) um destes pratos típicos de Cocalinho é o bolo de puba assado na pedra, preparado apenas na Semana Santa".(SUDRÉ; CALDEIRA; SIARES, 2021, p.10). Este bolo não segue a lógica cartesiana de medidas padronizadas de ingredientes e tempo de preparo, pois é feito a partir da lógica e conhecimento herdados de seus ancestrais.

Estas manifestações culturais praticadas nas festividades religiosas, com suas danças e cantos, e na culinária contribuem para o fortalecimento da cultura desse grupo, contribuindo com a valorização e o reconhecimento de sua cultura e identidade.



Comunidade
Quilombola
Cocalinho, Bolo de
Puba - Foto: Emerson
Silva / Governo do
Tocantins

Para que o esforço de respeitar e honrar a realidade social e a experiência de grupos não brancos possa se refletir num processo pedagógico, nós, como professores em todos os níveis, do ensino fundamental à universidade, temos de reconhecer que nosso estilo de ensinar tem de mudar. (HOOKS, 2013, p. 51)

4.2 - COMUNIDADE QUILOMBOLA MORRO DO SÃO JOÃO

A comunidade quilombola Morro do São João está localizada no município de Santa Rosa, região Sudeste do estado do Tocantins, a 34 km da sede do município. Recebeu a certificação como sendo Comunidade Remanescente de Quilombo no ano de 2006, pela Fundação Cultural Palmares. Segundo Silva (2021), a comunidade possui 38 famílias formadas por 270 pessoas.

Em relação aos aspectos históricos da comunidade, sua origem está em torno de uma doação de terras por parte de um padre a uma escrava,

(...) o povoado existe há mais de 200 anos, e foi formado pelos descendentes do senhor Victor de Sena Ferreira, fruto do relacionamento entre a escrava Pelonha e o Padre Bernardino de Sena Ferreira, na época pároco da diocese de Goiás Velho, comarca de Natividade (SANTOS, 2020, p. 21).

Esse relato de doação das terras da comunidade é mencionado também pelos autores Souza e Chaveiro (2019). Para eles, a comunidade é, “uma comunidade negra rural cuja formação remete a terras doadas por testamento a descendentes da relação entre um padre e uma escrava, no século XIX”. (SOUZA; CHAVEIRO, 2019, p.7).



Comunidade
Quilombola Morro do
São João, Dança do
Congo - Foto: Emerson
Silva / Governo do
Tocantins





Comunidade
Quilombola Morro do
São João, Dança do
Congo - Foto: Emerson
Silva / Governo do
Tocantins



Comunidade
Quilombola Morro do
São João, Dança do
Congo - Foto: Emerson
Silva / Governo do
Tocantins



A Secretaria do Planejamento e Orçamento - SEPLAN (2016), por meio do Diagnóstico da Dinâmica Social e Econômica do estado do Tocantins, no tópico Populações Tradicionais, informa que a maior parte da atividade econômica nesta comunidade consiste na agricultura de subsistência com o plantio de milho, mandioca, feijão, arroz, abóbora, batata-doce e mandioca, e em pequenas criações de animais (bovinos, porcos, e galinha) também na lógica da subsistência.

Quanto às manifestações culturais desta comunidade, destacam-se as festas religiosas, especialmente a celebração da festa das Santas Almas Benditas, com o ritual dos Congos. Este é um evento importante nesta celebração. Segundo afirma Santos (2020), o ritual é realizado

(...) através de danças e cantigas típicas das ancestralidades africanas, apresentadas no percurso da igreja ao “campo santo” (cemitério) do Quilombo, (...) com cânticos, louvor e respeito aos seus antepassados de descendência africana, que viveram há muitos anos no Quilombo. (SANTOS, 2020, p. 12).

Estas manifestações culturais na Comunidade Quilombola Morro São João, assim como em outras comunidades, trazem a importância de um legado que é transferido de geração em geração e que resiste até os dias atuais.

4.3 - COMUNIDADE QUILOMBOLA MUMBUCA

A Comunidade Quilombola Mumbuca está localizada no município de Mateiros, região conhecida como Jalapão. Foi reconhecida e certificada em 2006 pela FCP, é composta por 52 famílias, fica a uma distância de 35 km da sede do município de Mateiros e a 360 km da capital Palmas.

Segundo informações contidas no Relatório Antropológico do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a comunidade se formou a mais ou menos 250 anos atrás, sua origem está ligada à fuga de negros escravizados do sistema escravocrata, de senzalas no estado da Bahia. (INCRA, 2006, p. 6).

A autora Mota (2022) também compartilha esta ideia de fuga. Segundo ela, a população da comunidade quilombola Mumbuca, "(...) a maioria pertence à uma linhagem de pessoas escravizadas fugidas, migrantes da Bahia, que entre o século XIX e XX chegaram à região." (MOTA, 2022, p. 2).





Comunidade
Quilombola Mumbuca,
Artesanato com Capim
Dourado - Foto:
Skyscrapercity /
Conexão Tocantins



No que se refere a atividades econômicas, Pereira (2012,p. 124) aponta que “a Comunidade Mumbuca utiliza todo o seu território para desenvolver as atividades de produção de alimentos (agricultura, criação de animais e extrativismo)”. Uma das alternativas do extrativismo praticado na comunidade é o artesanato, com destaque principal para a coleta de fios de capim dourado e da seda do Buriti.

De acordo com Cavalcante (2018),

A história do artesanato com capim dourado da região é indissociável da Comunidade Mumbuca, tendo como engrenagem propulsora a Dona Miúda, à época matriarca da Comunidade e uma liderança política forte[...]. (CAVALCANTE, 2018, p. 54)

O artesanato produzido através do trançado do capim dourado com a corda retirada do buriti se transforma em diversos objetos, sendo eles de decoração e também de utilização doméstica.

Além do artesanato com o capim dourado, comunidade confecciona também instrumentos musicais com a tala do buriti, por exemplo, as violas de buriti.



Comunidade
Quilombola
Mumbuca, Viola de
Buriti - Foto: Nayla
Oliveira



4.4 - COMUNIDADE QUILOMBOLA BARRA DA AROEIRA

A Comunidade Quilombola Barra da Aroeira está localizada no município de Santa Tereza do Tocantins, distante 86 km da capital Palmas. Foi certificada pela Fundação Cultural Palmares como remanescente quilombo no ano de 2006.

De acordo com as publicações, a história da origem desta comunidade está ligada a uma circunstância que ocorreu na guerra do Paraguai, no período de 1854 a 1870, como podemos observar na fala de Amaral (2017),

Os moradores da Barra de Aroeira carregam dentro de si a figura do herói fundador, aquele que lutou na guerra, que venceu e que conquistou a terra, ele é uma forte representação de força e identificação do grupo.(AMARAL, 2017, p. 46)



Comunidade
Quilombola Barra da
Aroeira, Dança do
Lenço - Foto:
turismo.to.gov.br

Esse relato da origem desta comunidade, relacionando sua existência à guerra do Paraguai, também pode ser encontrada nas afirmações da autora Borges (2021) que afirma que:

A Comunidade Quilombola Barra da Aroeira se constitui enquanto grupo étnico com identidade territorial que se originou em 1871, quando Dom Pedro II teria presenteado, com terras, um negro combatente na Guerra do Paraguai, Félix José Rodrigues, existindo, portanto, há 150 anos no mesmo território. (BORGES, 2021, p. 53)

Hoje a comunidade quilombola Barra da Aroeira é formada por várias famílias que partilham da mesma ancestralidade. Para Borges (2021, p. 124) “atualmente a Barra da Aroeira possui cerca de 170 famílias que vivem da agropecuária e do extrativismo.”

No que se refere à atividade econômica, os autores Nunes, Amaral e Alves (2021) declaram que ela se baseia,

(...) sobretudo, na fabricação de farinha de mandioca e derivados. Como atividades econômicas secundárias é possível citar: criação de bovinos para corte; criação de bovinos para produção de leite; criação de suínos; criação de frangos para corte; serviços especializados para construção; comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns. (NUNES; AMARAL e ALVES, 2021, p. 8)

Podemos perceber pelo relato dos autores que esta comunidade é uma das poucas existentes no estado que possui uma atividade econômica diversificada, pois, além das citadas acima, também é praticado o extrativismo, com a coleta do capim dourado para a confecção do artesanato.





Comunidade
Quilombola Barra da
Aroeira, Dança do
Lenço - Foto:
turismo.to.gov.br



Nesta comunidade o festejo religioso de São Domingos de Gusmão representa a manifestação cultural mais expressiva. De acordo com Amaral (2017),

O principal ritual religioso é o Festejo de São Domingos de Gusmão, que acontece todos os anos, entre o final do mês de julho e começo do mês de agosto. Ele é marcado pelas rezas, levante e derrubada do mastro e pelas festas, (...). São nove dias de festa, que possui o caráter religioso, sagrado e também profano, com a comemoração se estendendo noite adentro com as festas dançantes. (AMARAL, 2017, p.75).

Além dos momentos religiosos que ocorrem neste festejo, sua abertura é marcada por duas danças, a dança do lenço e o maculele, que são tradicionais e próprias desta comunidade, de acordo com o site Gazeta do Cerrado (2024),

A “Dança do Lenço”, uma apresentação artística cheia de simbolismo que homenageia os ancestrais que foram os primeiros habitantes da região, é composta por nove membros, três bandeiras e roupas com as cores que representam a comunidade. (GAZETA DO CERRADO, 2024)



Comunidade
Quilombola Barra da
Aroeira, Dança
Maculelê - Foto:
Flaviana Ox



Nesse sentido, essas manifestações de cunho religioso ou não representam o fortalecimento da tradição cultural e identificação dos moradores desta comunidade, além de reforçar as suas ancestralidades negras.

4.5 - COMUNIDADE QUILOMBOLA LAGOA DA PEDRA

A comunidade quilombola Lagoa da Pedra fica no município de Arraias, região Sudeste do estado do Tocantins, a 34 km da sede do município. Recebeu o certificado como Comunidade Remanescente de Quilombo no ano de 2004, pela Fundação Cultural Palmares. Esta comunidade foi a primeira a ser reconhecida e certificada no estado do Tocantins e nela vivem 40 famílias.

De acordo com publicações sobre esta comunidade, sua origem está na doação de uma porção de terras férteis a um casal de escravos, por seus senhores. A partir dessa doação, esse casal convidou parentes e famílias para morar neste local, constituindo assim a comunidade. Esse fato é confirmado pelo autor Tesk (2009) o qual afirma que:

A referida comunidade teve origem no início do século passado, quando Joaquim Evangelista Machado, um provável descendente de escravos, tomou posse de uma gleba de terra que recebeu como doação. (TESK 2009, p. 49).



Comunidade
Quilombola Lagoa da
Pedra, Roda de São
Gonçalo - Foto:
Helena Batista

Em relação à atividade econômica desenvolvida nesta comunidade, os autores Vizolli, Santos e Machado (2012) afirmam que nela

São cultivados uma série de produtos agrícolas (arroz, mandioca, feijão, milho, cana de açúcar, batata doce, melancia, abóbora e árvores frutíferas) e criam-se animais (equinos, suínos, bovinos e aves). Assim, grande parte da alimentação das pessoas é produzida pelas próprias famílias. (VIZOLLI.SANTOS.; MACHADO 2012,p 04)

De acordo com os autores, a sobrevivência da comunidade está na agricultura familiar, por meio da qual eles produzem seu alimento.

Em relação às manifestações culturais presentes nesta comunidade, os autores Vizolli, Santos e Machado(2012) afirmam que (...) o desenrolar do cotidiano na Comunidade Quilombola Lagoa da Pedra é repleto de saberes culturais, determinado pelo modo de ser e viver das pessoas, assim como das relações que estabelecem entre si e com o meio ambiente. (VIZOLLI; SANTOS; MACHADO, 2012, p. 591).

Essas manifestações culturais em sua maioria são de caráter religioso, como as folias de Reis, a folia do Divino e a Roda de São Gonçalo, e a dança Sussia.



Comunidade
Quilombola Lagoa da
Pedra, Roda de São
Gonçalo - Foto:
Helena Batista



Para Teske (2008), a Roda de São Gonçalo consiste em um evento repleto de simbologia na comunidade. É realizada como pagamento de promessa dos moradores e marcada por aspectos religiosos e sincréticos que representam a dinâmica de preservação das tradições locais. Teske (2013) relata que,

Na comunidade só ocorre a Roda de São Gonçalo por pagamento de alguma promessa, normalmente por duas razões: falta de chuva ou doença. Por outro lado, não é uma manifestação com data fixa, pois sempre irá ocorrer quando a pessoa que fez a promessa resolver pagá-la. (TESKE, 2013, p. 8)

Essas manifestações culturais são fundamentais para a preservação e valorização da identidade cultural dessa comunidade e são transmitidas de geração em geração, tornando-se patrimônio material e imaterial dela.



4.6 - COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA

A Comunidade Quilombola Dona Juscelina está localizada na região norte do estado do Tocantins no município de Muricilândia, dentro do perímetro urbano dele. De acordo com Santos (2018), a comunidade é composta por duzentas e trinta e seis famílias. Ela recebeu o certificado de reconhecimento como uma comunidade remanescente quilombola pela Fundação Cultural Palmares no ano 2010, tendo o processo de regularização de suas terras originais ainda em andamento pelo INCRA.

A origem desta comunidade esta ligada ao processo de migração por um grupo de negros para essa região, onde hoje encontra-se o município de Muricilandia. Segundo afirma a autora Santos (2018),

Foi em 1952 que em Muricilândia chegaram os primeiros habitantes, se designando como romeiros e retirantes nordestinos, através de um processo de ajuntamento de pessoas dirigiram-se em rumo ao desconhecido (...) (SANTOS, 2018, p. 64)

Para a autora, esse processo migratório foi movido por um ideal: encontrar terras inexploradas e devolutas, onde o grupo pudesse se estabelecer. Outro autor que também compartilha essa tese de formação da comunidade, a partir de um processo migratório, é o autor Borges (2018), segundo o qual,



Comunidade Quilombola Dona Juscelina, Dança Lindô - Foto: Adilvan Nogueira/Secult

Conforme o relato dos moradores mais antigos de Muricilândia, a cultura quilombola em Muricilândia, surge com a fundação da cidade em 1952, quando um grupo de oito retirantes nordestinos em sua maioria negros, (...) partem da região de Araguaína abrindo caminhos na direção deste futuro município. (BORGES, 2018, p. 4)

Na fala do autor, percebe-se que a origem desta comunidade está ligada a um processo migratório que ocorreu na região na década de 50.

Uma das principais fontes de renda da comunidade está na agricultura de subsistência com plantações de roças para produção de alimentos. Os moradores praticam também a atividade extrativista, através da coleta do coco-babaçu para a produção de artesanatos. Na comunidade, acontece também a troca e venda de produtos produzidos localmente, possibilitando à comunidade meios de sobrevivência.



As manifestações culturais presentes na Comunidade são marcadas pelas festas religiosas, com danças, e celebrações de cunho afro. De acordo com a autora Santos (2021), a festa religiosa

(...) possui fortes laços com o catolicismo popular sincretizado nas religiões afro-brasileiras presente nas manifestações religiosas, dentre estas, estão as penitências, festa de Santos Reis, do Divino Pai Eterno, Divino Espírito Santo e outras divindades católicas.(...) outro laço cultural forte na comunidade é o Festejo da Abolição da Escravatura (neste evento acontece o seminário, a alvorada, o teatro e o cortejo pelas ruas da cidade), realizado todos os anos no dia 13 de maio desde 1968. O Festejo é um importante marco cultural do quilombo(...) (SANTOS, 2021, p. 16)

Percebe-se que esta comunidade vem ao longo dos tempos preservando e valorizando sua cultura e seu modo de vida, mesmo situada no perímetro urbano da cidade, como Borges (2018) afirma: “Vale ressaltar, que apesar de estar localizada dentro do perímetro urbano de Muricilândia, apresenta fortes traços culturais afrodescendentes característicos que remontam a vida rural”. (BORGES, 2018, p. 5)



Comunidade
Quilombola Dona
Juscelina, Encontro
de Griôs - Foto:
Keliãne Vale



Na comunidade, há também um conselho responsável por manter e transmitir aos mais jovens a cultura da comunidade, como afirma Santos (2021)

(...) o Conselho de Griôs composto por sete anciãos quilombolas, responsáveis por preservar e transmitir os seus saberes e fazeres tradicionais (...) e manutenção das tradições herdadas dos seus ancestrais para que a comunidade não perca o vínculo com o passado e não deixe enfraquecer suas manifestações. (SANTOS, 2021, p. 9)

Percebe-se que os mestres griôs, como são chamados, têm um papel importante e significativo para todos, assim também como a matriarca.

Desta forma essas manifestações culturais praticadas nesta comunidade contribuem para o fortalecimento das relações identitárias de seus moradores e também possibilitam a reprodução do que aprenderam para as gerações futuras e criam outras formas, outras ressignificações de saberes.



Comunidade
Quilombola Dona
Juscelina, Dança
Lindô - Foto: Adilvan
Nogueira/Secult



5 - PROCESSO DE RECONHECIMENTO E CERTIFICAÇÃO

Neste tópico, de forma resumida, destacamos os passos para que vocês conheçam o processo de reconhecimento, certificação e titulação de um território quilombola.

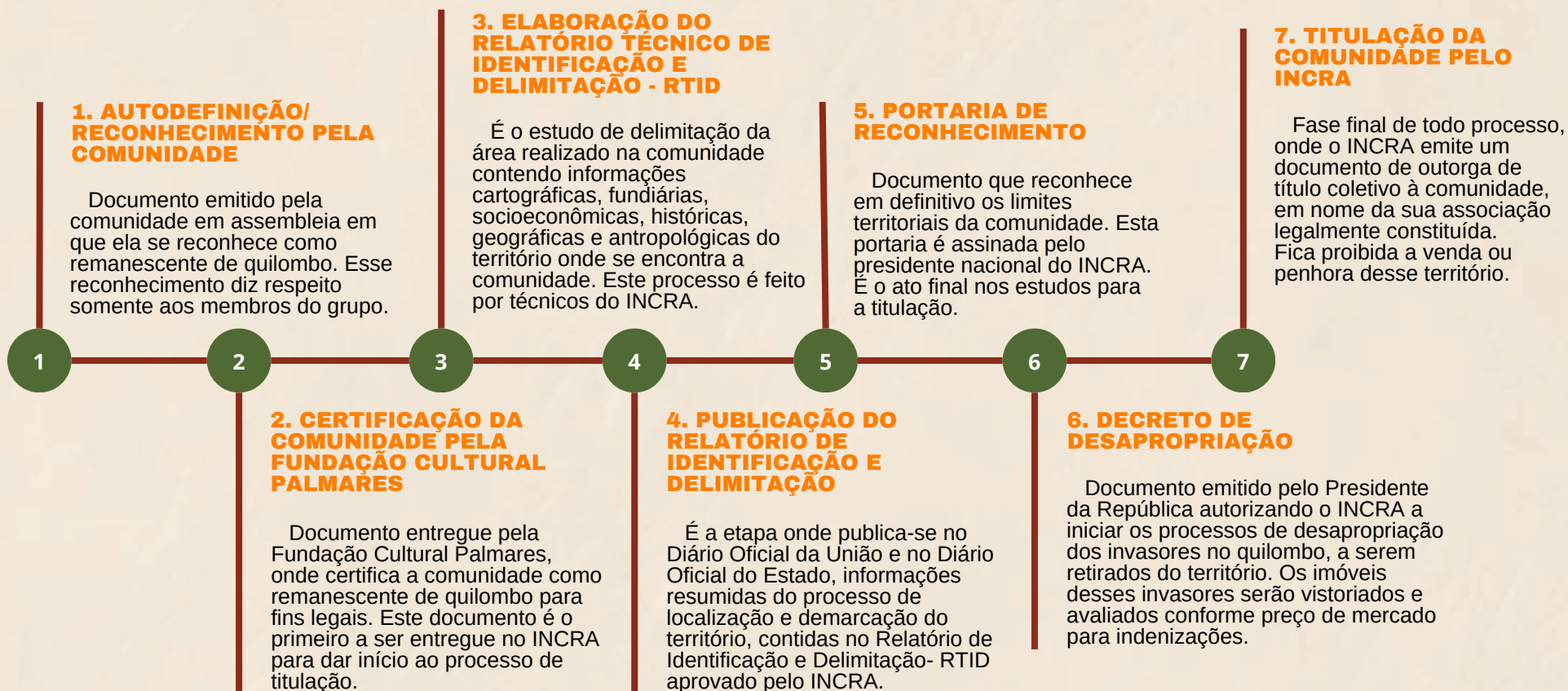
As informações foram extraídas dos sites das duas instituições do Governo Federal responsáveis por estes procedimentos: a Fundação Cultural Palmares e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA.



Comunidade
Quilombola Lagoa
da Pedra - Foto:
Gustavo
Louzada/Instituto
Marlin Azul



RECONHECIMENTO E CERTIFICAÇÃO DE UM QUILOMBO / PALMARES E INCRA



Ao longo de meus muitos anos como aluna e professora, fui inspirada sobretudo por aqueles professores que tiveram coragem de transgredir as fronteiras que fecham cada aluno numa abordagem do aprendizado como uma rotina de linha de produção. (HOOKS, 2013, p. 25)



6 - DIREITOS PARA OS QUILOMBOLAS

As comunidades quilombolas buscam cada vez mais o reconhecimento de seus direitos legais, a titulação definitiva de seus territórios, o respeito e a valorização de suas manifestações culturais e as garantias de suas atividades de subsistência pautadas na sustentabilidade.

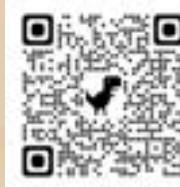
Em razão disso, o governo brasileiro vem reconhecendo tais direitos e implementando políticas públicas específicas para atender a esta população. Veja, abaixo, o conjunto das principais leis, decretos e portarias que atendem a tais solicitações.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Saiba mais!
Acesse o
documento na
íntegra.



Comunidade
Quilombola Kalunga
do Mimoso - Foto:
Paulo Rogerio
Gonçalves (APA-TO)



DA CULTURA

Art. 215.

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Art. 216.

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Saiba mais!
Acesse o documento na íntegra.

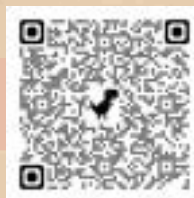


Comunidade
Quilombola Baião,
Almas TO - Foto:
Conexão Tocantins



ACORDO INTERNACIONAL

Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes.



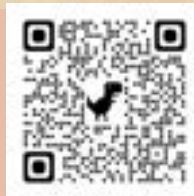
INSTRUÇÃO NORMATIVA



Instrução Normativa Incra nº 128, de 30 de agosto de 2022 - Esta Instrução normativa define critérios e procedimentos administrativos e técnicos para a edição da Portaria de Reconhecimento e de decreto declaratório de interesse social, avaliação de imóveis incidentes em terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos.

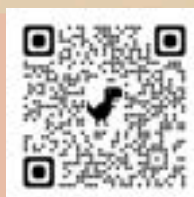
PORTARIAS

Portaria FCP nº 75, de 5 de abril de 2023 - Esta Portaria institui Grupo de Trabalho para elaborar proposta de ato normativo que instituirá o Cadastro Geral de Remanescente dos Quilombos e estabelecerá os procedimentos para expedição da Certidão de Autodefinição na Fundação Cultural Palmares.



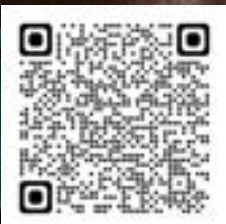
Portaria Iphan nº 135, de 20 de novembro 2023 - Esta Portaria dispõe sobre a regulamentação do procedimento para a declaração do tombamento de documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Portaria ICMBio nº 16, de 12 de janeiro de 2024 - Esta portaria institui Comitê de Acompanhamento e Implementação do Programa Aquilomba Brasil para propor plano de ação para implementação da Política de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.



Livro Quilombolas do Tocantins: Palavras e Olhares - Foto: DPE-TO/Loise Maria e Silva





Comunidade
Quilombola Lagoa
da Pedra - Foto:
Gustavo
Louzada/Instituto
Marlin Azul

DECRETOS



DECRETO Nº 4.887 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003 - Este Decreto regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

DECRETO Nº 6.040 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007 - Este Decreto Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.



DECRETO Nº 11.447 DE 21 DE MARÇO DE 2023 - Este Decreto Institui o Programa Aquilomba Brasil e o seu Comitê Gestor, no âmbito da administração pública federal, com a finalidade de promover medidas intersetoriais para a garantia dos direitos da população quilombola no País.

Decreto nº 11.786, de 20 de novembro 2023 - Este Decreto Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola e o seu Comitê Gestor.



7 - SUGESTÕES PARA AS DISCIPLINAS CURRICULARES

O conhecimento pautado na História, Literatura e Artes locais apresenta um caráter estratégico, uma vez que oferece uma valiosa contribuição no estudo das questões étnicas, raciais, sociais, artísticas, linguísticas e culturais de uma determinada localidade.

Desta forma, este trabalho pretende contribuir para que instituições de ensino, em especial o IFTO/ Campus Palmas, conheça possibilidades de um ensino em consonância com a realidade social e cultural da região, com vista à formação crítica, ativa e intercultural de seus alunos.

Apresentamos, a seguir, uma sequência de sugestões de conteúdos referentes à temática quilombola para serem incluídos nas referidas disciplinas.



Comunidade
Quilombola Kalunga do
mimoso Foto:
Observatório da
Educação do Campo e
Quilombola da UFT



HISTÓRIA

COMPONENTE DA EMENTA

O império colonial português; A colonização da América espanhola; O Atlântico negro: O tráfico de escravos e as relações comerciais com a África; A mineração na América portuguesa; As Treze Colônias e a formação dos EUA; O Iluminismo; Das Revoluções Inglesas à Revolução Industrial; Revolução Francesa; Independência das colônias espanholas; O processo de independência da América portuguesa; Sociedade e cultura no século XIX; A resistência do movimento operário; A monarquia brasileira; **História Regional – Tocantins: Consolidação do povoamento e a luta pela autonomia do norte goiano.** Enfoque do currículo integrado: Cidade e relações sociais, com ênfase nos eventos como espaços de afirmação de relações de poder; História aplicada à área tecnológica do curso.



Apesar de o multiculturalismo estar atualmente em foco em nossa sociedade, especialmente na educação, não há, nem de longe, discussões práticas suficientes acerca de como o contexto da sala de aula pode ser transformado de modo a fazer o aprendizado uma experiência de inclusão.
(HOOKS, 2013, p. 51)



História Regional – Tocantins: Consolidação do povoamento e a luta pela autonomia do norte goiano. (Com perspectivas para as contribuições históricas, sociais e culturais dos povos indígenas, que já estavam no estado/país e os africanos escravizados que para ele foram trazidos, dando origem aos quilombos.)

OBJETIVOS

- 1 - Conhecer a história, origens e características dos quilombos no Brasil.
- 2 - Discutir sobre o significado do termo quilombo no passado e na contemporaneidade.
- 3 - Compreender o que é ser quilombola, sujeito constituinte de sua própria história, através de lutas, resistências e organização.
- 4 - Identificar as diversas formas e estratégias de sobrevivências tanto econômicas, sociais e culturais dos quilombos em seus territórios.

LITERATURA

COMPONENTE DA EMENTA

Conhecimentos linguísticos e habilidades de leitura e produção de textos orais e escritos. Autores e obras do Humanismo, da Renascença e do Classicismo ocidental e português; Quinhentismo brasileiro; Barroco e Arcadismo na literatura ocidental e, em especial, no Brasil e em Portugal.



A prática do diálogo é um dos meios mais simples com que nós, como professores, acadêmicos e pensadores críticos, podemos começar a cruzar as fronteiras, as barreiras que podem ser ou não erguidas pela raça, pelo gênero, pela classe social, pela reputação profissional, e por um sem números de outras diferenças. (HOOKS, 2013, p.174)



Conhecimentos linguísticos e habilidades de leitura e produção de textos orais e escritos. (Inclusão de abordagens linguísticas e de habilidades de produção de textos orais e escritos dos povos indígenas que já estavam no estado/país e dos africanos escravizados que para ele foram trazidos, dando origem aos quilombos).

OBJETIVOS

- 1 - Estudar sobre a importância da oralidade e da memória na construção da identidade quilombola.
- 2 - Identificar manifestações culturais presentes na poesia, na musicalidade e nos versos produzidos nas comunidades quilombolas.
- 3 - Estudar sobre a história, produção e valorização dos contos na construção da cultura quilombola.
- 4 - Reconhecer e valorizar aspectos linguísticos próprios da cultura quilombola que são preservados em alguns quilombos.

ARTES

COMPONENTE DA EMENTA

Introdução à Arte. Um estudo sobre as diversas linguagens artísticas e sua importância para a vida cotidiana, com ênfase na linguagem musical. Artes articuladas com a formação específica.

Temas transversais.



Se realmente queremos criar uma atmosfera cultural em que os preconceitos possam ser questionados e modificados, todos os atos de cruzar fronteiras devem ser vistos como válidos e legítimos. (HOOKS, 2013, p. 175)



Temas transversais. *(Inclusão de temas com abordagens artísticas, e culturais dos povos indígenas, que já estavam no estado/país e dos africanos escravizados que para ele foram trazidos, dando origem aos quilombos).

OBJETIVOS

- 1 - Conhecer as diversas manifestações artísticas e culturais produzidas nas comunidades quilombolas, como forma de resistência (musicalidade, dança, culinária, artesanato e outras)
- 2 - Reconhecer e valorizar o sincretismo religioso na construção da cultura e identidade quilombola.
- 3 - Identificar a influência da arte africana na formação da nossa sociedade, presente nas danças, na culinária, nas vestimentas, na religião etc.

8 - TRABALHOS PUBLICADOS SOBRE AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO TOCANTINS

LIVROS COM ACESSO DIGITAL

TÍTULO	AUTOR(A)	ACESSO
Identidade e Territorialidade na Comunidade Remanescente de Quilombo Ilha de São Vicente-Tocantins	Rita de Cássia Domingues Lopes	
Quilombolas do Tocantins: Palavras e Olhares	Defensoria Pública/Tocantins	
Quilombolas da Malhadinha: a construção de uma realidade social	Francisco Patrício Esteves	
Identidade, memória e propriedade quilombola	Jéssica Painkow Rosa Cavalcante	

LIVROS SEM ACESSO DIGITAL



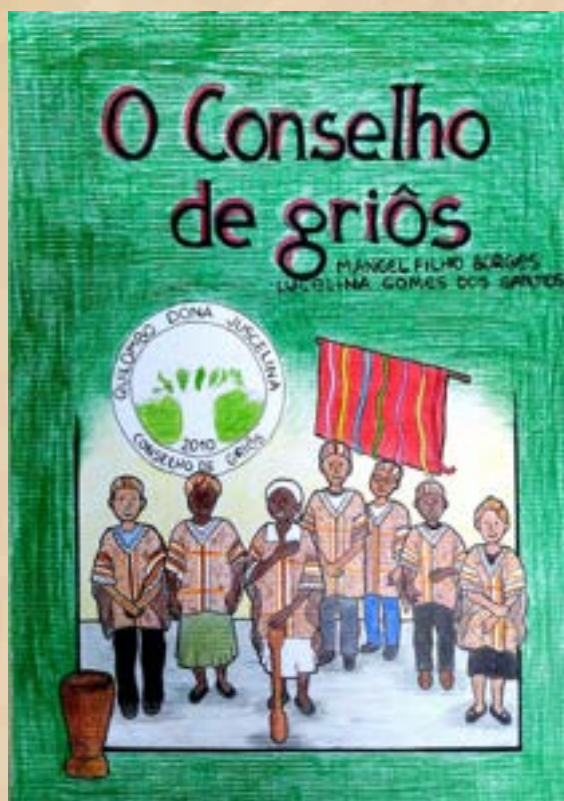
A roda de São Gonçalo na comunidade quilombola da Lagoa da Pedra em Arraias (TO): Um estudo de caso de processo folkcomunacional

Autor: Wolfgang Teske



O barulho da terra: nem Kalunga nem Camponeses

Autora: Rosy de Oliveira



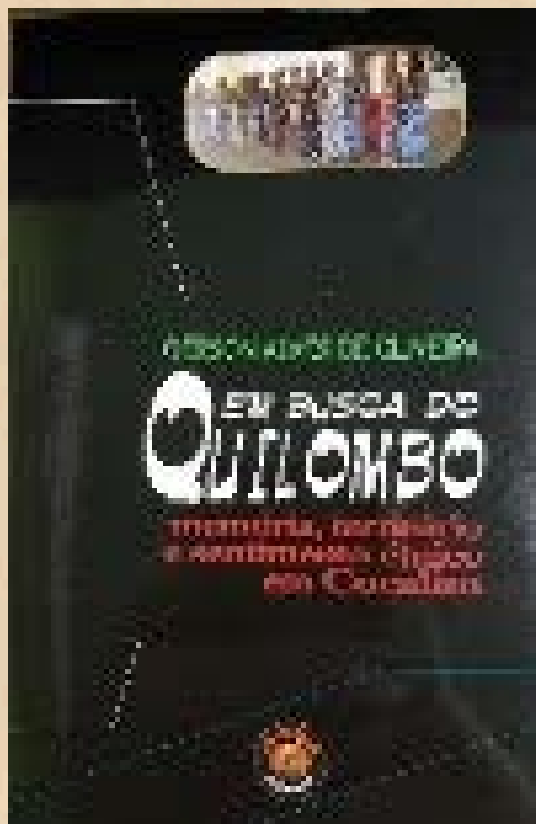
O conselho de Griôs: Quilombo Dona Juscelina

Autores: Manoel Filho Borges e Lucelina Gomes dos Santos

Sociabilidades Negras: Comunidades Remanescentes, Escravidão e Cultura

Autores: Antônio Liberac Cardoso Simões Pires e Rosy de Oliveira (Orgs.)



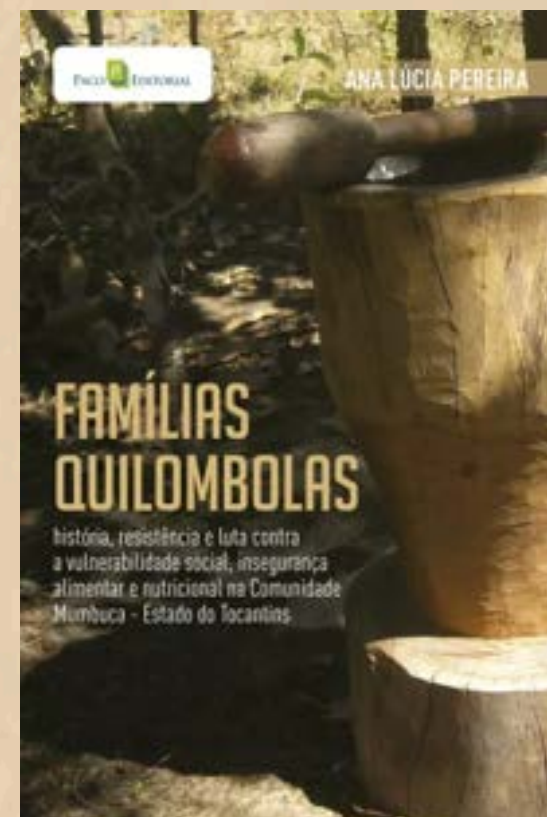


Em busca do quilombo: memória, território e sentimento étnico em Cocalim.

Autor: Gerson Alves de Oliveira

FAMÍLIAS QUILOMBOLAS: história, resistência e luta contra a vulnerabilidade social, insegurança alimentar e nutricional na Comunidade Mumbuca - Estado do Tocantins

Autora: Ana Lúcia Pereira



TESES

TÍTULO	AUTOR(A)	ACESSO
O barulho da terra: nem Kalunga nem camponeses	Rosy de Oliveira	
Minha viola é de buriti: uma etnomusicologia aplicada-participativa-engajada sobre a musicalidade no quilombo Mumbuca, no Jalapão (TO)	Marcus Facchin Bonilla	
Comunidades remanescentes de quilombo em Paranã-Tocantins: educação escolar, história, memória, cultura e narrativas	Maria Edimaci Teixeira Barbosa Leite	
Geopoesia kalunga: identidades territoriais da comunidade quilombola do Mimoso - Tocantins	Elizeth da Costa Alves	
A toponímia das comunidades quilombolas do Tocantins	Rodrigo Vieira Nascimento	

TESES

TÍTULO	AUTOR(A)	ACESSO
Entre o vivido e o sentido na escola: uma experiência formativa na comunidade quilombola Lagoa da Pedra, TO.	Solange Aparecida do Nascimento	
Identidade quilombola, mineração e novas tecnologias: uma análise folkcomunicacional da comunidade Lagoa da Pedra, Arraias-To	Wolfgang Teske	
Entre o nomos e o nome: o discurso identitário na comunidade quilombola de Malhadinha (Tocantins – Brasil)	Ariel Elias do Nascimento	
Uma visita nunca é só uma visita receptividade, política e amizade na comunidade quilombola Malhadinha – To	Daniella Santos Alves	
DAS VEREDAS ÀS VITRINES: entre o saber-fazer das artesãs e o design do capim-dourado na Comunidade Quilombola Mumbuca do Tocantins	Caio Monteiro Melo	

DISSERTAÇÕES

TÍTULO	AUTOR(A)	ACESSO
Cultura quilombola: comunidade e assistência social na Ilha São Vicente	Jean Bezerra da Silva	
Do passado ao presente: a festa 13 de maio da comunidade quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO	Katiane da Silva Santos	
Atuação das mulheres na comunidade quilombola de Cocalinho Município de Santa Fé do Araguaia - TO um comum feminino	Cristiane Dias da Silva	
As territorialidades da juventude na comunidade quilombola Barra de Aroeira, em Santa Tereza do Tocantins - TO	Glaucia Bastos do Amaral	
Saberes socioambientais associados à Educação Escolar Quilombola na comunidade do Mumbuca, Jalapão/TO	Ronaldo Andrade dos Santos	

DISSERTAÇÕES

TÍTULO	AUTOR(A)	ACESSO
Brincadiquê: brinquedos e brincadeiras no quilombo de Lajeado	Laurenita Gualberto Pereira Alves	
A comunidade quilombola Córrego Fundo no Município de Brejinho de Nazaré – TO	Kátia Maria Carvalho de Moraes Marques	
“Agora nós é quilombo, mais nossa raiz é a mesma”: de campesinato a território quilombola, a história narrada da Barra da Aroeira	Maria Helena Borges	
Comunidades quilombolas no Jalapão – TO, e os territórios e identidades territoriais: carrapato, formiga e ambrósio	Jonathas Adonias Xavier	
Resiliência e reconhecimento em neocomunidades: o caso da comunidade quilombola Morro de São João-TO	Elaine Aparecida Toricelli Cleto	

DISSERTAÇÕES

TÍTULO	AUTOR(A)	ACESSO
Comunidade quilombola Morro São João no Município de Santa Rosa do Tocantins: memórias e território	Nayara Kallinne Cândido dos Santos	
Protagonistas de sua história: territorialidades femininas da comunidade quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO	Elaine da Silva Sousa	
Territórios e trajetórias socioespaciais da Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia – Tocantins	Marcos Antonio Pereira Neto	
Comunidade remanescente quilombola Ilha de São Vicente/Tocantins: história de lutas, conquistas e conflitos	Cristina de Sousa Fonseca Almeida	
Os desafios da atuação docente na comunidade quilombola de Chapada da Natividade – TO	Maria de Jesus Pereira dos Santos	

DISSERTAÇÕES

TÍTULO	AUTOR(A)	ACESSO
Vozes dissonantes na literatura oral de Araguatins - Tocantins: memórias quilombolas na Ilha de São Vicente	Alex montel de sousa	
Uma escrita contra-colonialista do quilombo Mumbuca Jalapão-TO	Ana Claudia Matos da Silva	
Regularização territorial do quilombo Mumbuca: identidade e memória como fundamento da propriedade quilombola	Jéssica Painkow Rosa Cavalcante	
Memórias e trajetórias formativas de jovens universitários da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, em Araguatins/ Tocantins.	Elma Vital da Silva	

ARTIGOS

TÍTULO	AUTOR(A)	ACESSO
Comunidade quilombola Lagoa da Pedra, Arraias (TO) e seu Patrimônio Imaterial	Wolfgang Teske	
Cantigas de lindô na comunidade remanescente de quilombola Cocalinho: uma “pisada boa”	Jane Guimarães Sousa Karylleila dos Santos Andrade	
Memória, processos de identificação cultural e desobediência epistêmica na/da comunidade quilombola da Ilha de São Vicente em Araguatins-TO	Alex Montel de Sousa	
A comunidade quilombola Dona Juscelina (Muricilândia - TO): inventário, turismo e educação patrimonial	Khalla Ribeiro Tupinambá Ivanise Borges Souza	
As contradições entre a realidade socioeconômica da comunidade quilombola Mimoso do Kalunga e a garantia dos direitos legais de educação e território.	Sandra Regina Evangelista Araújo, Atamis Antonio Foschiera	

ARTIGOS

TÍTULO	AUTOR(A)	ACESSO
Patrimônio cultural da comunidade quilombola de Barra de Aroeira no olhar docente/discente do curso de pedagogia da UFT.	Denise Aquino Alves Martins	
Educação escolar, território e cultura quilombola: experiencias, pesquisas e vivências	Roberto de Souza Santos	
Culinária tradicional quilombola: expressões culturais e potencialidades turísticas da comunidade Cocalinho -Tocantins	Stephanni Gabriella Silva Sudré, Regiane Caldeira, Tiago Diniz Siores	
Comunidade remanescente de quilombola Ilha de São Vicente: território de memórias, resistências e afeto.	Edna Sousa Cruz Bianca de Sousa Torres	
Interseções entre território e identidade étnica: estudo sobre a comunidade quilombola Barra da Aroeira – TO	Glaucia Bastos do Amaral Carolina Machado Rocha Busch Pereira.	

ARTIGOS

TÍTULO	AUTOR(A)	ACESSO
O protagonismo das mulheres quilombolas da comunidade Barra da Aroeira em defesa de seu território	Otília Paiva Nunes Leila, Dias Pereira do Amaral, Sérgio Roberto Jorge Alves	
Território, ambiente e modos de vida: conflitos entre o agronegócio e a Comunidade Quilombola de Morro de São João, Tocantins	Lucas Barbosa e Souza Eguimar Felício Chaveiro	
O território e a identidade quilombola: o caso da comunidade afrodescendente Mata Grande no Município de Monte do Carmo-TO	Elizeu Ribeiro Lira Olegário B. Ribeiro Neto	
Indicação de uso e ocupação do solo da comunidade quilombola Barra do Aroeira – Santa Tereza do Tocantins - TO	Michele Ribeiro Ramos Matheus Borges do Amorim Olivia de Campos Maia Pereira Andressa Caroline Silva Leitão Gomes	
Verificação da relação com a natureza por parte de uma comunidade quilombola do Tocantins	Mauricio Dias Marques Angélica Gois Morales	

ARTIGOS

TÍTULO	AUTOR(A)	ACESSO
Educação quilombola no polo regional de Porto Nacional – TO : experiências pedagógicas na Comunidade Malhadinha – Brejinho de Nazaré – TO	Roberto de Souza Santos Alyne Gomes De Carvalho	
A identidade carrapiché no processo de ressignificação de quilombo na Microrregião Bico do Papagaio/Tocantins, Brasil	Veríssima Dilma Nunes Clímaco Luís Fernando da Silva Laroque	
Ser quilombola: expressões de identidade quilombola construídas na comunidade Dona Jucelina	Monaliza Borges de Almeida Robenilson Moura Barreto	
Territórios negros no Tocantins: caracterização das comunidades quilombolas no Território Eclesiástico da Diocese de Porto Nacional, Tocantins.	Valdir Aquino Zitzke Josimar Jânio de Sousa Silva	
Identidade quilombola e o reconhecimento do quilombo Raízes no Município de Silvanópolis, Tocantins, Brasil.	Valdir Aquino Zitzke Dorilene Belém Carvalho	

DOCUMENTÁRIOS

TÍTULO	AUTOR(A)	ACESSO
Roda de São Gonçalo - quilombo Lagoa da Pedra- Arraias	Sidinei Madalena	
Comunidade Quilombola Malhadinha	COEQTO Coordenação Quilombola do Tocantins	
Comunidade Quilombola Malhadinha	Prosa e História	
Ilha de São Vicente Comunidade Quilombola	Prosa e História	

A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e dos nossos camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática da liberdade. (HOOKS, 2013, p. 273)

REFERÊNCIAS

AMARAL, Glaucia Bastos do. **As Territorialidades da Juventude na Comunidade Quilombola Barra de Aroeira, em Santa Tereza do Tocantins – TO**. Mestrado(acadêmico). Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins, Campus Porto Nacional. Porto Nacional, 2017. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/870/1/GI%20a1ucia%20Bastos%20do%20Amaral%20-%20Disserta%20a7%20a3o.pdf>. Acesso em : 21/01/2023

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Escravidão Negra no Tocantins Colonial**: vivências escravistas em Arraias, (1739-1800) Goiânia: kelps, 2000.

ARRUTI, José Maurício. Mocambo. **Antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru: Edusc, 2006. 370 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
Acesso em : 04/09/2023.

BRASIL. **Programa Brasil Quilombola**: diagnóstico das ações realizadas. Brasília: SEPPIR, 2005. Disponível em : <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2149/1/Integra%C3%A7%C3%A3o%20de%20dados%20do%20Programa%20Brasil%20Quilombola%20%28PBQ%29.pdf>. Acesso em : 03/08/2022.

BRASIL. Decreto Federal Nº 4.887 de 20/11/2003. Disponível https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 13/02/2024.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 11/02/2024.

BRASIL. Decreto nº 11.447, de 21 de Março de 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11447.htm. Acesso em: 22/06/2023.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 11.786, de 20 de Novembro de 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11786.htm#:~:text=D11786&text. Acesso em: 07/11/2023.

BORGES, Maria Helena. **“Agora nós é quilombo, mais nossa raiz é a mesma”: de campesinato e território Quilombola, A história narrada da Barra da Aroeira.** Mestrado (profissional). Universidade Federal do Tocantins. Câmpus de Porto Nacional. Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em História das Populações Amazônicas. Porto Nacional -TO. 2021. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/3669/1/Maria%20Helena%20Borges%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 17/03/2023.>

BORGES. Aristóteles Franklyn Chaves. **O festejo da abolição na comunidade quilombola Dona Jucelina/Muricilandia-TO: o turismo cultural e patrimônio imaterial.** Dissertação (Mestrado), Tecnologia em Gestão de Turismo, Universidade Federal do Tocantins – Campus universitário de Araguaína, ARAGUAÍNA-TO 2018. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/4834/1/ARYST%C3%93TELES%20FRANKLYN%20CHAVES%20BORGES%20-%20TCC%20-%20TURISMO.pdf. Acesso em: 08/12/2023>

CANDAU. Vera Maria. **Diferenças Culturais, Interculturalidade e Educação em Direitos Humanos.** 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/QL9nWPmwbhP8B4QdN8yt5xg/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 12/12/2023.>

CAVALCANTE. Jéssica Painkow Rosa. **Regularização territorial do quilombo Mumbuca: identidade e memória como fundamento da propriedade quilombola.** Dissertação(mestrado), Pós-Graduação Stricto Sensu em Direitos Humanos, da Universidade Federal de Goiás, Goiânia 2018. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstreams/d90f85ce-b221-41a2-a9ea-8f1bde5bc2e3/download. Acesso em: 18/09/2023.>

REFERÊNCIAS

CONVENÇÃO n.169 Sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT. 2011. Brasília: OIT. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf. Acesso em: 02/03/2024.

FARIAS; Marizeth Ferreira de; ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de. **As Mulheres do Quilombo Lagoa da Pedra e a dança Roda de São Gonçalo**: fragmentos de Cultura. 2016. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/4720/2646>. Acesso em: 13/12/2023

HALL, Stuart. **Da diáspora**: Identidades e mediações culturais. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardiã Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n. 2, v. 22, p .5, 1997.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2013.

IBGE. **População Palmas-Tocantins**, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/palmas/panorama>. Acesso em: 07/12/2023

KARASCH, M. Os quilombos de ouro na capitania de Goiás. REIS, J. J.; GOMES, F. S. (org). In: **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. 4. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1996.

OLIVEIRA, Maria Aparecida de Lopes. **Experiências históricas dos quilombolas no Tocantins**: organização, resistência e identidades. 2009. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/download/116/518>. Acesso em: 09/11/2023

MELLO. Carolina Iuva de . FROELICH. José Marcos. **Território feito à mão**: o artesanato como expressão identitária em comunidades remanescentes quilombolas. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/tessituras/article/view/4885/4194>. Acesso em : 25/08/2023

REFERÊNCIAS

MOURA, Clóvis. **Quilombos**: resistência ao escravismo. 5ª ed. - Teresina : EdUESPI, 2021.

MUNANGA, Kabengele. **Origem e histórico do Quilombo na África**, 1996. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28364/30222>. Acesso em: 22/ 01/2023.

MOTA, Alice Agnes Spíndola. **Infrapolítica no quilombo de Mumbuca, no Tocantins**: negociação e resistência no processo de elaboração de um termo de ajustamento de conduta. 2024. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/55970/35966>. Acesso em: 15/04/2023.

NUNES, Otília Paiva; AMARAL, Leila Dias Pereira do; ALVES, Sérgio Roberto Jorge. **O Protagonismo das mulheres quilombolas da Comunidade Barra da Aroeira em defesa de seu território**. 2021. Disponível em:

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/5521/3479>. Acesso em: 23/05/2023.

PEREIRA, Ana Lúcia. **Famílias quilombolas**: história, resistência e luta contra a vulnerabilidade social, insegurança alimentar e nutricional na Comunidade Mumbuca – Estado do Tocantins. Doutorado (acadêmico). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Araraquara/SP, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/b13ef5a8-5335-4032-bf21-a1aff9a9b4b1/content>. Acesso em: 25/11/202.

PINHEIRO. Ailki de Souza. **A atuação do sistema de justiça na efetivação do direito fundamental à territorialidade das comunidades quilombolas tocantinenses**. (Relatório Técnico) Pós-Graduação Stricto Sensu.

UFT.Palmas, 2020. Disponível Em:

<https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/2067/1/Ailk%20de%20Souza%20Pinheiro%20-%20Disserta%3a7%3a3o.pdf>. Acesso em: 20/09/2021.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil . São Paulo, Cia das Letras, 1996.

REFERÊNCIAS

SANTOS, Nayara Kallinne Cândido dos. **Comunidade Quilombola Morro São João no município de Santa Rosa do Tocantins**: memórias e território. Dissertação (mestrado acadêmico). Universidade Federal do Tocantins. Campus Universitário de Porto Nacional. Programa de Pós-graduação em Geografia. Porto Nacional, 2020. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/2059/1/Nayara%20Kallinne%20C%C3%A2ndido%20dos%20Santos%20Abentroth%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 14/05/2023.

SANTOS, J. L. dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006 – Coleção Primeiros Passos.

SANTOS, Katiane da Silva. **Do passado ao presente: a festa 13 de maio da comunidade quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-To**. Dissertação (mestrado acadêmico).

Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Araguaína. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos de Cultura e Território. Disponível em : <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/1647/1/Katiane%20da%20Silva%20Santos%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 17/06/2023.

SANTOS, Mayana Fernandes dos. **Os laços culturais e a organização social como fatores para o desenvolvimento da comunidade Dona Juscelina em Muricilândia - TO**. Artigo apresentado à UFT- Universidade Federal do Tocantins – Campus universitário de Araguaína para obtenção de título de graduação. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/4962/1/MAYANA%20FERNANDES%20DOS%20SANTOS%20-%20TCC%20-%20COOPERATIVISMO.pdf>. Acesso em: 23/08/2023.

SOUZA. Lucas Barbosa; CHAVEIRO. Eguimar Felício. **Território, ambiente e modos de vida: conflitos entre o agronegócio e a Comunidade Quilombola de Morro de São João, Tocantins**. 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/42482/25855>. Acesso em: 22/08/2022.

REFERÊNCIAS

SOUSA, Jane Guimarães; ANDRADE, Karylleila dos Santos. **Cantigas de lindô na comunidade remanescente de quilombola de Cocalinho**: uma "pisada boa". 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/39027/26334>. Acesso em: 23/08/2023.

SUDRÉ, Stephanni Gabriella Silva; CALDEIRA, Regiane Culinária; SIARES, Tiago Diniz. **Culinária Tradicional Quilombola**: expressões culturais e potencialidades turísticas da Comunidade Cocalinho -Tocantins. 2021. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/15960/9696>. Acesso em: 18/09/2022.

TESKE, Wolfgang. **Comunidade quilombola Lagoa da Pedra, Arraias (TO) e seu patrimônio imaterial**. 2013. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/2746/1672>. Acesso em: 03/12/2022.

TESKE, Wolfgang. **A Roda de São Gonçalo na comunidade quilombola Lagoa da Pedra em Arraias (TO)**: um estudo de caso de processo folkcomunicacional. Goiânia: Kelps, 2008.

TOCANTINS. **Zoneamento Ecológico-Econômico. Diagnóstico da Dinâmica Social e Econômica do Estado do Tocantins**. Rede de Cidades. Palmas. Seplan, 2016. Disponível em: http://www.amazonia.cnptia.embrapa.br/publicacoes_estados/Tocantins/Norte/Rel_RedeCidades.pdf. Acesso em: 20/06/2022.

VIZOLLI, Idemar; SANTOS, Rosa Maria Gonçalves; MACHADO, Renato Francisco. **Saberes Quilombolas**: um estudo no processo de produção da farinha de mandioca. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bolema/a/LM5VKtbPWQSbVdnFcb5pjZs/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22/06/2022.